

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS



Os “Mandarins” Amazonenses: as Representações da Intelectualidade Local
Sobre Zona Franca de Manaus e Globalização.

Ricardo Lima da Silva

Manaus – AM

2014

Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFAM

Os “mandarins” amazonenses: as representações da intelectualidade local
sobre Zona Franca de Manaus e sua relação com a globalização.

Ricardo Lima da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas,
como requisito de título de mestre em sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilene Correa da Silva Freitas

Banca Examinadora: _____

Prof^a. Dr^a. Marilene Correa da Silva Freitas
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof^a. Dr^a.
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof^a. Dr^a.
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Manaus - AM
2014

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as representações da intelectualidade amazonense a respeito do fenômeno da Zona Franca de Manaus, hoje Polo industrial de Manaus, e sua relação com a globalização. O estudo toma a ZFM enquanto um fruto da historicidade do capitalismo e enxerga os intelectuais enquanto um grupo que propicia a autoconsciência da sociedade, refletindo sobre as questões mais urgentes de seu tempo e que se distingue de outros segmentos sociais pela sua formação acadêmica. Foram escolhidos dez intelectuais provindos de diferentes áreas de atuação: política, universidade e jornalismo que são, ou foram, envolvidos com o tema da Zona Franca de Manaus. A metodologia foi de caráter qualitativo e consistiu em entrevistas indiretas com o auxílio do gravador e na leitura das obras dos entrevistados. Desta forma, procura-se compreender como os diferentes grupos de intelectuais, compreendidos como um estrato desvinculado, enxergam a ZFM e como o processo de globalização afeta a realidade amazônica. A pesquisa procura mostrar como os processos recentes de globalização e mundialização influenciam as formas de pensar e problematizar a sociedade. As conclusões a que chegou a pesquisa é de que as representações sociais da elite intelectual local são determinadas não apenas por demandas locais e nacionais, mas também por demandas globais.

Palavras chave: Zona Franca de Manaus, globalização, intelectuais, representação social, ação social.

ABSTRACT

This study aims to analyze the representations of Amazonian intelligentsia about the phenomenon of the Manaus Free Zone, Industrial Pole of Manaus today, and globalization. The study takes the MFZ as a fruit of the historicity of capitalism and sees the intelligentsia as a group that promotes the self-consciousness of society, reflecting on the most pressing issues of his time and is distinguished from other social groups by their academic training. Policy, university and journalism that are, or have been, involved with the theme of the Manaus Free Zone: Ten intellectuals stemmed from different areas were chosen. The methodology was qualitative and consisted of direct interviews with the help of the recorder and reading the works of respondents. Thus, we seek to understand how different groups of intellectuals, understood as a detached layer, sighted the MFZ and how the process of globalization affects the Amazonian reality. The research aims to show how the recent processes of globalization and globalization influence ways of thinking and questioning society. The conclusions reached by the research is that the social representations of the local intellectual elite are determined not only by local and national demands, but also by global demands.

Keywords: Manaus Free Trade Zone, globalization, intellectual, regional development, social representation.

AGRADECIMENTOS

Á minha família, que foi compreensiva com minhas necessidades enquanto pesquisador; á professora Marilene Corrêa, paciente e sempre solícita em auxiliar-me na árdua vereda da pesquisa social; aos professores Benedito José de Carvalho Filho, Izabel Medeiros Valle, Antônio Carlos Witkoski e Marcelo Seráfico, cujas aulas foram extremamente importantes para a minha reflexão sociológica; Ana Paula Amorim, noiva e parceira das discussões teóricas; aos colegas Alex Régis, Cleiton Maciel, Allison Andrade, Silvia Matos, Alberto Souza, Luciana Verás e Marcelo Mazar que, com nossas discussões teóricas e metodológicas que sempre travávamos em sala de aula e fora dela, muito me ajudaram a refletir sobre o mundo a nossa volta; e á agência CAPES, pelo financiamento que propiciou a execução da pesquisa. Enfim, são tantos nomes de pessoas que estiveram diretamente ou indiretamente envolvidas, que este pequeno espaço não seria o bastante para mencionar todos os nomes. Fica, apenas, meu sincero obrigado.

*Dedicado á Ana Paula Amorim,
minha noiva e flor do Capibaribe.*

Vivemos uma época de crescente autoconsciência. Não é uma fé fundamentalmente nova o que distingue nosso tempo dos outros, mas sim uma preocupação e uma autoconsciência cada vez maiores.

Karl Mannheim

Tudo ganha outra luz, quando visto sob a perspectiva da globalização.

Octavio Ianni

Cada um deve ver que o poder do criador do universo está em si. Cada um cria a realidade e deve assumir a responsabilidade por ela.

Buda Shakyamuni

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1: Globalização, Amazônia e Zona Franca de Manaus.....	13
1.1 <i>Capitalismo, globalização e modernidade.....</i>	13
1.2 <i>A Zona Franca de Manaus e a Operação Amazônia.....</i>	20
Capítulo 2: Epistemologia e Sociologia dos Intelectuais: problemas e soluções.....	43
2.1 <i>Intelligentsia, modernidade e globalização.....</i>	43
2.2 <i>Por uma Sociologia crítica dos intelectuais.....</i>	48
Capítulo 3: Os Mandarins em Contexto Amazônico: diálogos sobre a globalização e modernidade.....	63
3.1 <i>Breve histórico das representações sociais da elite intelectuais amazonense.....</i>	63
3.2 <i>Os Mandarins Atuantes na Universidade: a teoria na interpretação da dinâmica regional.....</i>	68
3.3 <i>Os Mandarins Atuantes no Jornalismo: a reflexão factual como forma de representação.....</i>	74
3.4 <i>Os Mandarins Atuantes na Política: o poder e suas relações.....</i>	79
Capítulo 4: Os Mandarins amazonenses, a ZFM e a globalização: a emergência de uma intelectualidade global.....	84
4.1 <i>A crítica e análise intelectual da modernização na Amazônia.....</i>	84
4.2 <i>Os três momentos na história da representação dos mandarins amazonenses desenvolvimentista, crítica e globalizante.....</i>	92
Considerações Finais.....	97
Referencias Bibliográficas.....	101

Introdução

Enquanto grupo, a intelectualidade local sempre refletiu a respeito de temas referentes aos impasses do desenvolvimento regional e das formas de inserção da região em âmbito nacional e internacional. As formas de problematizar e analisar fatores e projetos que eram importantes, ou não, para a sociedade local sempre estiveram determinados pelo contexto histórico e pelo campo de atuação destes intelectuais. Em outras palavras, há uma seleção de temas, problemas e perspectivas que são colocados em evidência dependendo da sociedade, da época e da maneira com essa sociedade se relaciona com a esfera nacional e internacional.

Em contexto de globalização, a forma como o estrato dos intelectuais vai pensar sua região, nação e mundo, vai estar condizente com os processos mais amplos do global agindo dialeticamente com o local.

Trazendo esta problemática para a questão regional, procuro saber, a partir da presente pesquisa, como a globalização, entendida como um fenômeno cultural e econômico, direciona, influencia ou determina as formas de reflexão da intelectualidade local. Para que isso fosse possível, foi necessário apreender como a intelligentsia amazonense compreende a estrutura econômica que liga a cidade de Manaus á dinâmica global, a Zona Franca de Manaus (ZFM), hoje Polo Industrial de Manaus (PIM).

A ZFM tornou Manaus uma típica cidade industrial brasileira, com um distrito industrial de atividade intensa e que empregava centenas de milhares de trabalhadores. No início da década de noventa, com a mudança no perfil do capitalismo mundial e o início do processo de globalização do mundo, o papel da capital amazonense mais uma vez transfigura-se, de cidade industrial para cidade global, pois mantém em seu território um nó que une alguns fios da grande rede dos fluxos globais de capital, a Zona Franca de Manaus, ou simplesmente Polo industrial de Manaus.

A ZFM também trouxe toda uma série de consequências imprevistas para Manaus, entre as quais podemos citar a migração demasiada que, por sua vez, desencadeou um crescimento acelerado, desigual e descontrolado do corpo urbano da cidade, esvaziamento do interior do Estado, emergência de uma nova classe média, mudança nas relações de gênero, alterações na estrutura educacional, acordos entre empresariado local e transnacional e emergência de novos

atores sociais causando alterações profundas em todo o escopo das formas de sociabilidade manauaras a amazonenses.

Pode-se dizer que a Zona Franca de Manaus reposicionou Manaus no jogo de forças globais do capitalismo mundial, alterando por completo a solidariedade social dos agentes sociais da cidade, imprimindo-lhes relações de caráter racional e global.

A história do desenvolvimento de Manaus, que passou de cidade sem grande relevância econômica, para cidade industrial e posteriormente para uma cidade global com todas as contradições que uma cidade deste tipo encerra, como riqueza e pobreza, desenvolvimento e subdesenvolvimento, tradição e modernidade, integração e isolamento, a dialética entre global e o local e o regional, não passaram despercebidos pela intelligentsia local que passou a analisar, refletir, problematizar e fabular a forma e consequência do desenvolvimento capitalista na região. Portanto, a intelectualidade local e suas representações sobre globalização e Zona Franca de Manaus passa a ser o foco privilegiado da pesquisa. São atores sociais que, com suas elaborações teóricas ou críticas a respeito do tema, abordaram as questões sobre o desenvolvimento capitalista e os impasses da cidade frente aos fluxos globais de capital hora com entusiasmo, hora com ceticismo ou, mesmo, com completo pessimismo.

Uso o conceito de mandarim, de Fritz Ringer (2001), para estudar a intelligentsia moderna manauara. O mandarim, em linhas gerais, é um indivíduo que não se distingue na nobreza feudal por ter títulos ou grandes extensões de terras, e nem é dotado de um amplo volume de capital, como é a grande burguesia. Sua distinção reside em seus títulos adquiridos por meio da educação formal e sua ação social voltada para os processos de autoconsciência social. Em outras palavras, o mandarim é o ator social que se sente no dever de ser o dirigente cultural da sua sociedade.

A hipótese que pretendo provar com a pesquisa é de que os processos de globalização e desenvolvimento capitalista pelo qual passou a região influenciam, embora não de maneira mecânica e determinante, as formas de representação social da intelligentsia local. Atualmente, a cidade de Manaus, por ter se tornado um importante ator no jogo de forças globais, também trouxe para o debate público problemas e questões que são discutidas globalmente, como o desenvolvimento sustentável, a causa ambiental e a dialética entre culturas endógenas e as forças exógenas da globalização.

A amostragem pretendida para a pesquisa foi um número de onze intelectuais atuantes na universidade, na imprensa e na política. A metodologia escolhida foi a leitura das obras dos determinados autores, quando fosse possível, seguida de entrevistas de caráter direto com auxílio do gravador.

As perguntas principais que pretendo responder é: Como estes três grupos de intelectuais, enquanto agentes que imprimem autoconsciência em sua sociedade, compreendem o fenômeno do capitalismo e da modernidade na região? Haverá entre eles diferenças de representação? Quais seriam elas? Haverá semelhanças? Quais seriam? Quais as múltiplas determinações sociais que imprimem especificidades na forma de ver os fenômenos? Ao mesmo tempo, procuro saber como esses intelectuais compreendem as influências da globalização sobre a Amazônia e como a sociedade local reage a eles.

Também procuro mostrar na pesquisa, a partir do estudo de caso dos mandarins amazonenses, como que o ato de conhecer é um ato que não se submete apenas a subjetividade do ator, mas, também, a determinações de caráter histórico. No limite, procuro estudar a relação dialética e relacional entre o fenômeno da globalização e da mundialização e as formas de pensar, representar e problematizar a realidade de um dado grupo situado no tempo (historicamente) e no espaço (localmente).

No primeiro capítulo fizemos uma reconstrução sociológica e histórica do fenômeno ZFM, compreendendo-a, a partir da perspectiva da sociologia crítica, como uma medida de caráter autoritário modernizante que visava imprimir o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo na região. Muito mais que uma medida neutra, no dizer dos tecnoburocratas da época, ela foi fruto de escolhas políticas e de articulações em âmbito nacional e global (IANNI, 1986). Em seguida mostrei como as mudanças na contextura geral no capitalismo mundial logrou transformar a capital amazonense em cidade global.

No segundo capítulo, pretendemos fazer uma discussão epistemológica e metodológica condizente com as necessidades da pesquisa. Epistemologicamente tomei partido por uma concepção fenomênica do conhecimento. Isso significa que o conhecimento é fruto de múltiplas determinações, e por isso é múltiplo, complexo, contraditório e líquido, sujeito sempre a mudanças e críticas exatamente como o próprio objeto que ela procura analisar; conhecimento, assim como própria sociedade, está sujeito às flutuações do devir histórico (KOSIK, 1976).

Também usei o conceito de ação social de Weber para compreender individualmente cada indivíduo que foi entrevistado (1985). Em seguida farei incursões teóricas na sociologia dos intelectuais, escolhendo como autor Karl Mannheim (1972), que se adequa mais às pretensões teóricas da pesquisa.

No terceiro capítulo será apresentada nossos dados empíricos procurando mostrar, por partes, a representação do objeto de pesquisa a respeito da ZFM e da globalização.

Após a fase da descrição minuciosa dos dados, passarei á interpretação, efetuada no capítulo seguinte, que está devidamente harmonizada com o arsenal teórico e metodológico apontado nos primeiros dois capítulos. Neste capítulo também proponho a hipótese de que a história do desenvolvimento dos mandarins amazonenses nos últimos cinquenta anos teve três estágios distintos que está ligada diretamente ao lugar de Manaus e do Amazonas na dinâmica regional e internacional, são eles a representação desenvolvimentista, a representação crítica e, por último, a representação globalizante.

Na conclusão efetuaremos uma síntese dialética dos dados, com vistas a auferir tanto as diferenças quanto similitudes das formulações de cada grupo e uma representação geral dos intelectuais a respeito da ZFM e da globalização.

Capítulo 1: Globalização, Amazônia e Zona Franca de Manaus

1.1. Capitalismo, globalização e modernidade.

A emergência da Zona Franca de Manaus, enquanto fruto das articulações da Amazônia dentro das novas relações capitalistas de produção¹, está inserida dentro do panorama mais geral onde se movimenta a própria dinâmica do capitalismo racionalmente orientado com relação a fins². Fruto dos equacionamentos³ e dinâmicas próprios da sociedade ocidental europeia, o capitalismo racional⁴ metamorfoseou-se em um sistema de caráter mundial, cujos pressupostos de sua estrutura⁵ não são apenas econômicos, mas culturais.

Em contraposição as formas pré-capitalistas de produção, que se pautavam por um limite imanente, entendido aqui como uma capacidade limite de se expandir sem se desintegrar em decorrência de barreiras externas, o capitalismo moderno é infinito, pois a base de seu *ethos*⁶ é a expansão. Ele só pode se reproduzir, enquanto sistema, mantendo seu apetite de expansão sobre todas as coisas. Ele absorve as barreiras externas e molda-as a sua imagem e semelhança (CHAUÍ, 2006).

Desse modo, o capitalismo racional é, acima de tudo, um fato social total⁷ que rearranja todas as estruturas das sociedades que com ele entram em contato para suprir a própria demanda dos seus pressupostos: a expansão via racionalização, mercantilização e desencantamento de todas as relações. Dentro desta conjuntura geral, articulam-se três relações *causais*, ou *determinações*, que se relacionam e se influenciam na ocorrência do fenômeno Zona Franca de Manaus ou do capitalismo na Amazônia. São elas o global, o nacional e o regional.

Em âmbito global, há o novo equacionamento das relações capitalistas de produção que passam a ter uma dimensão mundial como um contraponto à influência do modelo soviético⁸ que emergia como rival no controle do mundo da liderança americana e do próprio capitalismo. Por

¹ A nova etapa da história do capitalismo iniciada logo após o fim da 2ª Grande Guerra, em 1945.

² Segundo Max Weber, em vários momentos da história da humanidade o ímpeto na busca pelo lucro existiu. O capitalismo surgiria sob as mais variadas roupagens ao longo da história como, por exemplo, o capitalismo aventureiro, típico de judeus e corsários. Mas o capitalismo moderno, tal qual o conhecemos, sentimos e estamos inseridos hoje, é um caso tipicamente ocidental. Ele se caracteriza pela busca sistemática do lucro por meio da empresa capitalista racional. Ver mais em: WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Martin Claret, 2007.

³ Equacionamento deve ser entendido como um processo de rearranjo de forças ou estruturas da sociedade com vistas a acomodarem-se a nova conjuntura nascente.

⁴ Ver nota 3.

⁵ Segundo Florestan Fernandes, o capitalismo não é apenas uma formação econômica, mas um complexo arcabouço sócio-cultural. Ver mais em: FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e subdesenvolvimento. São Paulo, Editora Global, 2008.

⁶ Em sociologia *Ethos* significa o modo de ser típico de um povo. Aqui usamos com vistas a significar o modo de ser típico do modo de produção capitalista.

⁷ Para Marcel Mouss fato social total são fenômenos que, devido a sua complexidade e alcance, possuem uma implicação decisiva nas várias esferas da realidade social.

⁸ Modelo arguido a partir da revolução russa (1917) que se caracteriza pela planificação da economia pelo Estado.

consequente, na conjuntura nacional, emerge o conflito de forças políticas e grupos sociais logo após o fim do Estado Novo⁹ cujo desdobramento será o golpe político de 1964, sedimentando a hegemonia de um novo bloco político, formado pela burguesia agrária e industrial, setores do clero e da classe média. Bem como burocratas civis e militares, que imprimem ao Brasil um modelo de desenvolvimento cujo principio está na associação com os Estados Unidos e a abertura da nação para a expansão do capitalismo monopolista, dependente, extensivo e autoritário¹⁰.

Numa perspectiva mais local, está a associação das elites regionais, naquele momento falidas com o esvaziamento da outrora pungente economia extrativista, com o governo autoritário e conseqüentemente com o novo modelo de desenvolvimento¹¹ escolhido para a região.

A reorganização das forças políticas e econômicas do mundo, acarretada pela globalização do capitalismo e pela emergência de dois blocos de poder que rivalizam entre si tem como um dos desdobramentos, no âmbito local, da Zona Franca de Manaus. Nesse sentido, o sustentáculo deste fenômeno é a universalização do modo de produção capitalista em todo o globo.

(...) o capital adquiriu proporções universais. Articula os mais diversos subsistemas econômicos nacionais e regionais, os mais distintos projetos nacionais de organização da economia, as mais diferentes formas de organização social e técnica do trabalho, subsumindo moedas, reservas cambiais, dívidas externas e internas, taxas de câmbio, cartões de crédito e todas as outras moedas reais ou imaginárias. O capital em geral, agora propriamente universal, tornou-se o parâmetro das operações econômicas em todo o mundo. (IANNI, 1996, p.15).

Foi a partir da segunda guerra mundial em que houve o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo via mundialização das indústrias. O capital passa, de fato, a transcender mercados, fronteiras, regimes políticos, sociedades e culturas:

Inicialmente desenvolveram-se políticas de industrialização substitutivas de importação e, depois, de industrialização orientada para a exportação, sendo que em vários casos combinam-se as duas políticas. Em poucas palavras, muitas nações asiáticas, latino-americanas e africanas ingressaram no sistema industrial mundial. As empresas, corporações e conglomerados transnacionais desenvolveram-se e generalizaram-se. (IANNI, 1996, p. 19-20)

⁹Período da história brasileira iniciado com a revolução de 1930, liderado então por Getúlio Vargas.

¹⁰ Em oposição a uma economia política independente, que buscasse desenvolvimento da sociedade brasileira de forma autônoma e soberana, o modelo de economia política adotado pela ditadura se caracterizou como um modelo que não leva em conta a soberania da nação em favor de uma associação subalterna com os Estados Unidos. Veremos isso com mais detalhes mais tarde.

¹¹ A Operação Amazônia. Também será melhor explicado nas próximas páginas.

O mundo passa a ser de fato um grande ente histórico. Redesenham-se fronteiras, rearticulam-se forças produtivas, blocos políticos se alinham ou se excluem, grupos sociais ganham a hegemonia em seus respectivos países e passam a ditar os trâmites de sua economia política. O mundo equaciona-se, dentro dos pressupostos do capital, de modo a se tornar um enorme espaço de lutas, de interpelações e de interdependências.

Ora, esse processo de mundialização do capitalismo, via massificação da industrialização, apontado por Ianni, possui correlação direta com o que Hobsbawm (1994) chama de *A Era de Ouro do Capitalismo* que se iniciou logo depois da Segunda Guerra Mundial, onde o capitalismo passou por uma grande reformulação, adquirindo, de fato, uma característica mundial.

Desse modo, a velha divisão internacional do trabalho, onde países desenvolvidos exportavam produtos manufaturados para nações subdesenvolvidas passa a ser rompida em meados da década de 1950. Isso significa que as transações comerciais principiam, nesse período, a se libertarem das velhas amarras do estado nação. As industriais, originalmente situadas nos países de primeiro mundo e pioneiros no processo de industrialização, começam a migrar para outras regiões não industrializadas.

O mundo desenvolvido passou a exportar um pouco mais de suas manufaturas para os países para o resto do mundo, porém, — mais significativamente — o Terceiro Mundo passou a exportar manufaturas para os países industriais desenvolvidos em escala substancial. A medida que as tradicionais exportações primárias de regiões atrasadas perdiam terreno (...) elas começaram, irregular mas rapidamente, a industrializar-se. (HOBSBAWN, 1994, p. 274)

São os trinta anos gloriosos do capitalismo do pós-guerra e de maior desenvolvimento nunca antes experimentado pelas economias capitalistas no mundo. Nas palavras de Boron:

São os anos do imperialismo keynesiano, da instauração do estado de bem-estar e da maior expansão desse modo de produção em toda a história. Nunca antes o capitalismo havia crescido simultaneamente em tantos países, por tanto tempo, e a taxas tão elevadas (BORON, p. 464. 2006).

Nesse sentido, quatro pontos fundamentais foram postos em consenso logo depois da segunda guerra mundial. 1) O sistema capitalista global não poderia mais entrar em colapso. 2) Não poderia haver a autarquia das economias nacionais. 3) Deveria haver a substituição da libra pelo dólar como a única moeda capaz de estabilizar o fluxo de capital. 4) A máquina

pública deveria ser usada para a manutenção da reprodução capitalista em níveis aceitáveis (SILVA, 1997).

Dentro deste quadro situa-se a própria condição subalterna das nações latino-americanas, produtos da expansão da civilização ocidental e de um colonialismo intenso e sistemático. Se Hobsbawm chama de *Era de Ouro*, Ianni analisa como uma nova fase de desenvolvimento tanto intensivo e extensivo do capitalismo em escala mundial. Fernandes (2006) credita que esse fenômeno é uma nova etapa do *imperialismo*, desta vez não sendo capitaneado por Portugal, Espanha, França ou Inglaterra, como ocorreu nos séculos anteriores do processo de acumulação originária¹², mas liderado pelos Estados Unidos da América que desempenham um papel pioneiro e dominante nas políticas do continente.

Florestan Fernandes aponta precisamente que, para além do conteúdo econômico, fruto das flutuações, expansões e contradições do sistema capitalista no mundo, há também, nestes mesmos movimentos, o conteúdo político cujo pano de fundo está a Guerra Fria e o choque de dois modelos civilizacionais. O que está em jogo, portanto, é um campo de poder onde se digladiam duas superpotências em âmbito mundial.

Assim, o continente latino americano, fruto da expansão da civilização ocidental e consequentemente do próprio imperialismo da civilização europeia, agora sob o novo imperialismo liderado pelos Estados Unidos, passa a ser incorporado, enquanto região dependente, ao seu espaço sociocultural e, desde então, submetido como área vital para a reprodução política e econômica do modelo civilizacional capitaneado por este ele.

A globalização, caso tomássemos a teoria de Durkheim como ponto de partida¹³, é um processo onde as sociedades de solidariedade orgânica, de divisão do trabalho mais complexa, começam a englobar as sociedades de solidariedade mecânica¹⁴, de divisão social do trabalho mais simples (FERNANDES, 2006). O derivativo colateral desse processo seria a criação, em

¹² Processo de acumulação de riquezas ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVIII, que possibilitou as grandes transformações econômicas da Revolução Industrial.

¹³ Embora o autor não tenha refletido sobre o processo de globalização, suas teorias servem para refletir sobre a emergência de uma sociedade global.

¹⁴ Para Durkheim, as sociedades simples eram caracterizadas como tendo uma divisão do trabalho pouco heterogênea. Os indivíduos poucos se diferenciam entre si. Suas atividades não necessitam de muita especialização e qualquer membro do grupo pode exercê-las. A sincronia entre eles assemelha-se como as engrenagens de um relógio. Nessa etapa os indivíduos estão ligados ao organismo social sem quaisquer intermediários. Por isso que as infrações exercidas pelos indivíduos são prontamente punidas com penas graves, como açoites, mutilações ou a morte. Eles não possuem uma individualidade desenvolvida o suficiente para reclamar “diretos inalienáveis”, pois eles não pertencem a si mesmos, eles pertence à sociedade. Conforme a produção material dessa sociedade vai ganhando densidade e os laços que unem os homens se multiplicam intensiva e extensivamente, a solidariedade que os une vai, aos poucos, se modificando. Os homens vão se especializando em suas atividades e se tornando cada vez mais interdependentes entre si e, por consequência, vão se diferenciando. As peças de relógio, antes tão semelhantes, vão ganhando novas funções e, por isso mesmo, se transmutando. O organismo deixa de ser um relógio e passa assemelhar-se com o corpo de um mamífero — cada órgão do seu corpo especializada numa função, com uma estrutura única e interdependente entre si. (DURKHEIM, 2007).

nível global, de uma nova solidariedade do trabalho em nível mundial. Assim, as sociedades mais simples seriam constantemente modificadas em suas engrenagens sociais, transfiguradas em seus órgãos e adaptadas aos imperativos das sociedades complexas e alocadas como mais uma engrenagem deste organismo chamado divisão internacional do trabalho.

Tomando Marx como ponto de partida, seria possível enxergar o processo de globalização como tributário da imposição do capitalismo e do modo de vida burguês, ao implementar em todas as sociedades do mundo relações sociais típicas do capitalismo, submetendo todas as sociedades e culturais do mundo todo ao modo de produção capitalista. Já tomando Weber como referência para refletir sobre a globalização, o que estaria acontecendo no mundo é a expansão e implementação sistemática da ação racional com relação a fins. Isso quer dizer que todos os indivíduos e coletividades do mundo todos teriam suas representações modificadas pela modernidade, subsumidas ao cálculo e ao desencantamento completa de suas culturas com vistas a atender ao parâmetros da racionalidade do mundo contemporâneos que se torna cada vez mais universal (SILVA, 2013) (IANNI, 2001).

Segundo Sassen (2010), a globalização é um processo que gera uma série de novos escalonamentos. As escalas locais e nacionais ficam subsumidas a uma dinâmica global. O estado nacional, que até o fim da década noventa era o principal gerenciados das relações sociais, agora se torna uma coadjuvante desse mesmo processo, tendo como principal papel criar um cenário propicio para a reprodução dos altos fluxos de capital em seus territórios; estes, por sua vez, não obedecem a uma regulação produzidas pelos Estados Nacionais, mas a uma regulação peculiar, criadas por instituições que operam em âmbito global.

A partir de Michalet (2002) o capitalismo em sua etapa mundial “engloba, ao mesmo tempo, a dimensão das trocas de bens e serviços, a dimensão dos investimentos diretos e a dimensão da circulação dos capitais financeiros” (p.22). Essa dimensão macro do capitalismo se materializa nas cidades que recebem de maneira mais intensa esses fluxos através de uma organização urbana peculiar, caracterizada pela privatização intensa e extensa dos espaços públicos, segregação mais radical entre ricos e pobres e proliferação de enclaves fortificados tanto residenciais quanto comerciais e corporativos (BAUMAN, 2009) (CAIDEIRA, 2000).

Dentro desse contexto de emergência de uma nova solidariedade, de uma forma de ação dos indivíduos e da emergência do modo de produção capitalista como sistema mundial, é que se pode perceber o surgimento da modernidade como um estilo de vida, um fato social total que

abarca de maneira totalitária todas as relações e todo mundo a nossa volta, cujos princípios estruturais emergiram com o desmoronamento do mundo feudal e a emergência de novos significantes sociais a partir do século XVI (BERMAN, 2007). Ela foi fruto de uma série de combinações históricas da sociedade europeia/ocidental.

A modernidade é subjacente ao sistema capitalista de produção e, mesmo em seus primórdios, ela já trazia em seu bojo seu caráter expansionista e agregador. Modernidade e globalização são inerentes. Esta é uma faceta daquela. Não se pode falar em modernização sem mencionar o processo de agregação, articulação, interdependência e equacionamento do mundo num grande ente histórico, num grande espaço de lutas no qual se defrontam forças, ou vontades de potências, na forma de nações, povos, etnias, forças econômicas, corporações transnacionais e indivíduos.

1.2. A Zona Franca de Manaus e a Operação Amazônia.

Dominada social, econômica e culturalmente por uma matriz civilizacional exógena, a América Latina passa a sofrer as flutuações de forças estrangeiras. Uma delas é a nova divisão internacional do trabalho. Várias empresas antes instaladas no primeiro mundo desenvolvido e industrializado passaram a instalar filiais em países como México, Argentina, Brasil, África do Sul e Iugoslávia. Estas fábricas não abasteciam apenas os mercados locais, mas também os mercados mundiais, tornando-se, assim, parte de um processo transnacional e mundial da manufatura.

Foi a inovação decisiva da Era de Ouro, embora só atingisse plenamente a maioria depois. Isso só poderia ter acontecido graças a revolução no transporte e comunicação, que tornou possível e economicamente factível dividir a produção de um único artigo entre, digamos, Houston, Cingapura e Tailândia, transportando por frete aéreo o produto parcialmente completo entre esses centros e controlando centralmente todo o processo com a moderna tecnologia de informação. Grandes fabricantes de produtos eletroeletrônicos começaram a globalizar-se a partir de meados da década de 1960. A linha de produção cruzava agora não hangares gigantescos num único local, mas o globo, algumas delas paravam nas extraterritoriais “zonas francas” ou fábricas *offshore*, que agora começavam a espalhar-se, esmagadoramente pelos países pobres com mão de obra barata, e sobre tudo feminina e jovem, outro novo artifício para escapar ao controle de um só Estado. Assim, uma das primeiras, Manaus, no interior da floresta amazônica, fabricava artigos têxteis, brinquedos,

produtos de papel, eletrônicos e relógios digitais para empresas americanas, holandesas e japonesas. (HOSBAWM, 1994, p. 275)

Estas extraordinárias zonas francas, pontos de encontro e processamento da maravilha máxima do capital, a mercadoria, foram tornadas concretas graças às evoluções na tecnologia de transportes e logística; estes, por sua vez, não poderiam ter sido possíveis caso os capitais direcionados para pesquisa, monopolizados durante anos para o setor militar em virtude das exigências da segunda guerra mundial, não tivessem sido liberados para outras áreas logo após o fim do conflito.

Estas Zonas *Offshore* são um fenômeno relativamente recente na história do capital, é uma tendência que, para o autor, expressa o processo de desenvolvimento específico deste modo de produção:

A zona de livre comércio é contemporânea do sistema manufatureiro do capitalismo, ou da nova divisão transnacional do trabalho e da produção (...). São contemporâneos da reorientação das estratégias de desenvolvimento, quando se abandona a industrialização substitutiva de importações e adota a industrialização orientada para a exportação, na onda da globalização do capitalismo (IANNI, p.124. 1996).

Fruto de reorganizações do capital em nível mundial, em que ocorre uma descentralização da produção industrial do mundo, o fenômeno Zona Franca de Manaus (ZFM) também é um desdobramento não apenas da mudança conjuntural do capital em nível mundial, mas também de escolhas, em nível político, da ditadura civil/militar, vigente desde 1964 no Brasil, para um determinado modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo associado, para a inserção da Amazônia nas relações econômicas mundiais.

Portanto, a partir de 1964, a região amazônica passa a ter um dos maiores e mais dramáticos projetos de desenvolvimento regional de sua história: a *Operação Amazônia*. A partir daí, a *estagnação econômica* que enfraquecia a comunicação da região com as esferas nacionais e internacionais quebra-se com o implemento de grandiosos empreendimentos transnacionais, fruto de articulações políticas entre as elites locais, nacionais e internacionais, cuja intenção era tornar a Região Amazônica, considerada até então como um grande espaço vazio, num palco adequado na reprodução do capital.

Nessa perspectiva, o governo criou todo um ambiente propício para a vinda de empreendimentos agrícolas, mineradores e industriais ligam a Amazônia ao capitalismo nacional

e transnacional, por meio de uma dependência considerada pelas autoridades da época como real e necessária. A Amazônia, para os generais, era um desafio para os grandes, ousados e visionários investidores (SILVA, 1997, p.13).

Desde o começo, os atores que tinham a liderança do governo autoritário comprometeram o aparelho público com uma economia política que dava ênfase em aumentar o caráter dependente/associado da economia brasileira e mesmo de anular qualquer forma de autonomia do estado brasileiro e de seu povo.

A inflação, a queda na taxa de inversões, as greves assalariadas, na cidade e no campo, a luta pelas reformas de base (...) vários foram os motivos alegados pelo imperialismo, e os seus aliados no País, para justificar e apressar o Golpe de Estado de 31 de Março de 1964. Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só os aparelhos do Estado, mas toda a vida econômica, política e cultural do país passa a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal. Tratava-se, por um lado, de expropriar ao máximo o proletariado industrial e agrícola, além de certos setores da classe média e do campesinato; e, por outro lado, tratava-se de abrir as portas do país a livre ação do capital monopolista estrangeiro. (IANNI, p.17. 1986)

Em oposição à política economia independente de João Goulart foi posta em prática a política dependente e associada do governo autoritário. Assim, os militares, bem com outros grupos sociais que formavam o bloco hegemônico da ditadura, adequaram o país ao processo de concentração e intensificação do capital sob a sustentação da empresa privada estrangeira, nacional e associada.

Bloqueando qualquer tendência de desenvolvimento de um capitalismo nacional no país, as reformas institucionais implantadas pela ditadura civil/militar não eram apenas artifícios técnicos, mas, acima de tudo, artifícios políticos e econômicos que, disfarçados de um *ethos* aparentemente neutro, visavam propiciar, por meio da articulação de dispositivos, reformas e instituições, a proliferação do capital associado no país.

A ditadura refez, modernizou ou aprimorou as instituições e as estruturas econômicas e políticas do Brasil, de modo a garantir altos índices de acumulação de capital; ao mesmo tempo em que desenvolvia a concentração do capital, sob o controle ou a influência da empresa estrangeira e multinacional, isto é, imperialista. A economia do Brasil se refez, sob a ditadura, como um vasto enclave do imperialismo. (IANNI, p. 25. 1986)

Todas as relações sociais foram rearticuladas com vistas a atender as novas exigências. Nada escapou à inexorabilidade do novo paradigma de desenvolvimento. Populações tradicionais e suas culturas, o extrativismo, a agropecuária e a agricultura foram desarticuladas e rearticuladas, como também foi desenvolvido um vasto enclave industrial como o polo de montagem de componente no interior floresta — Zona Franca de Manaus. Se antes, boa parte dessas atividades estavam orientadas para a produção de subsistência, agora, com o governo militar, o ocorre sua rearticulação para a produção racional capitalista.

Foi nesse período em que se inaugurou a rodovia Belém-Brasília. Em 1966 criou-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Lei nº 5.173 de outubro) em substituição ao SPEVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia). No mesmo ano criou-se o Banco da Amazônia S.A. O banco do Brasil aumentou sua presença na região criando novas agências. Em 1967 surgiu a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Em junho de 1970 o governo adotou o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como a criação de importantes rodovias como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracáí.

Foram estes os principais mecanismos do estado racional/burocrático/autoritário para criar condições possíveis para a proliferação do capital imperialista.

Em primeiro lugar, dinamizou-se e diversificaram as atividades produtivas. Em segundo lugar, desenvolveu-se bastante o sistema creditício, público e privado. Tem terceiro, dinamizou-se e ampliou-se a administração pública federal na região. Em quarto, desenvolveu-se a agravou-se a luta pela terra, luta essa que envolve, entre outros elementos: o poder público (...) grandes e médias empresas agropecuárias e de mineração, posseiros, ou antigos sítiantes e grupos indígenas. Em quinto, recolocou-se a problemática indígena, seja enquanto na defesa de sua cultura e terra, seja no que se refere a problematização de sua mão-de-obra. Em sexto, criaram-se núcleos coloniais com a finalidade de se constituir reserva de mão de obra para empreendimentos privados e públicos. Em sétimo lugar, criou-se amplamente a significação geopolítica da região Amazônia, tanto no que diz respeito ao problema da segurança nacional, quanto no que diz respeito aos problemas de segurança interna. (IANNI, p. 62. 1986)

Os governantes e tecno-burocratas do governo autoritário tinham impressão de que, para desenvolver a Amazônia e livrá-la da estagnação econômica e social, entendido como a dependência da decadente economia extrativista, deveriam industrializá-la a qualquer custo. Deveria *integrar* para não *entregar*. A industrialização intensiva, extensiva e autoritária era a sua ideologia. Para o bloco político que tomou as rédeas da economia política brasileira a partir de

1964, o progresso social só era possível se fossem desencadeados os mecanismos que possibilitassem a industrialização qualquer preço.

O binômio Estado-Empresa privada produziu resultados cada vez mais notáveis, em termos de dinamização das forças produtivas ou expansão do capitalismo na região. Praticamente começou-se a criar ali um setor industrial, ao mesmo tempo em que começou-se a criar ali um setor agropecuário preponderante nas atividades rurais. Isto é, o setor subsistência, ou setor camponês, começou a ser recoberto pela agropecuário mercantil, e de grandes proporções. É verdade que subsiste na região, às vezes recriado, um segmento sócio econômico de autoconsumo. Da mesma forma, subsiste ali o extrativismo vegetal, animal e mineral. Mas todas as atividades presentes na região estão sendo redefinidas, ou rearticuladas, em função da crescente expansão ou diversificação dos empreendimentos privados, nacionais e estrangeiros. Como o poder público (...) engajou-se abertamente na dinamização e diferenciação da economia da Amazônia., esses anos representam a época em que essa região ingressou no que parece ser peculiar e economia do século XX: a expansão da grande empresa privada com amplo apoio e proteção do poder público, sob comando do capital monopolista (IANNI, p. 78. 1986).

Esse movimento de expansão do capital, rearticulando as sociedades, tanto tradicionais quanto rurais e urbanas, acarretou em grave prejuízo para as populações indígenas que tiveram seus modos de vida, quando não completamente rearticulados as exigências da economia política da ditadura civil/militar, simplesmente espoliados.

Frequentemente se viram pressionados, submetidos, expulsos ou assassinados. Às vezes, esses índios eram prejudicados pelos posseiros que chegavam e estabeleciam roças e criações em terras tribais. Outras vezes, os índios, os caboclos amazonenses eram pressionados e expulsos de suas terras pelos grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários, que chegavam com a proteção econômica e política do poder estatal. Pouco a pouco, repentinamente, conforme a área de ocasião, índios, caboclos e posseiros viram uma transformação social radical da terra. A terra dada, farta, do-sem-fim, tribal, ocupada ou devoluta, pouco a pouco, ou repente, transformou-se em mercadoria. (IANNI, p. 78.1986).

Os grandes grupos econômicos, tanto nacionais quanto estrangeiros, que se beneficiaram do modelo de desenvolvimento autoritário vigente na Amazônia desde 1964, tiveram seu estabelecimento na região oportunizados na forma de créditos, incentivos fiscais, além de grande apoio político. Isso derivou numa grande busca pela terra por parte desses grupos, propiciando uma recomposição do latifúndio, ao lado da expansão do extrativismo, da indústria e da empresa agropecuária racionalmente orientada para o mercado.

A consequência disso é justamente a monopolização das terras por grandes empresas. Ocorre também a expulsão de índios, caboclos e ribeirinhos de suas terras não apenas pelos grandes empreendimentos econômicos que se instalam na região, mas também pelo grande contingente humano que aqui se instala e que começa a ocupar terras antes usadas pelas produções tradicionais. A pequena propriedade de subsistência se submete aos ditames da grande propriedade monopolista — como derivado desse processo ocorre a proletarização do indígena, posseiro, caboclo, sitiante e dos colonos.

Não é necessário imaginar quais são os interesses pessoais dos grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários estrangeiros, que os levam a comprar ou explorar as terras. Pode haver preocupação de beneficiar-se dos favores e incentivos fiscais e financeiros criados pelo governo. Também há interesse de fazer da terra reserva de valor. Além dessas outras razões, a penetração do imperialismo na região, sob forma de apropriação da terra, estava e continua a estar fortemente determinada pelo fato de que o capital monopolista colocou o estado brasileiro quase que exclusivamente a ser serviço. Tanto assim que os negócios da terra apenas um dos desdobramentos o forma agressiva e repressiva que a acumulação do capital imperialista ganhou no Brasil (IANNI, p. 108. 1986).

Por hora, acredita-se que a criação desse projeto se deva ao general e presidente Emílio Garrastazu Médici que, ao ter sobrevoado a Amazônia num avião, teria cunhado a frase: “Uma terra sem homens para homens sem terra.” Contudo, a Amazônia não sofria e nunca sofreu com o suposto vazio demográfico, pois antes da chegada dos grandes empreendimentos agrícolas e industriais e dos milhares de migrantes nordestinos que seriam usados como de mão de obra, já havia aqui e nas de tribos indígenas, posseiros descendentes dos seringueiros nordestinos que vieram para a região entre os anos de 1880 e 1920, povoados que formaram-se a partir de antigos quilombos ainda na época do império e uma considerável população ribeirinha descendentes de indígenas que exercia uma agricultura e uma pesca de subsistência (TEIXEIRA, 2009) (TOCANTINS, 1982).

Os tecnoburocratas civis e militares que planejaram e executaram a Operação Amazônia não levaram em conta as necessidades destas populações e nem as peculiaridades ambientais da região. O resultado foi o genocídio de etnias indígenas e a expulsão de outro tanto contingente populacional que não se encaixava no novo modelo desenvolvimentista.

Zygmunt Bauman (1991), ao discorrer sobre as raízes sociais dos Estados Nacionais e suas implicações para as culturais locais, afirma que uma das principais características do

Estado, em condições de Modernidade Sólida¹⁵, é a eliminação de todo e qualquer traço cultural que não se encaixe no seu modelo de desenvolvimento. A homogeneização cultural e social deveria ser o pré-requisito fundamental para a supremacia do capital e do Estado.

O processo a que foram submetidas às populações tradicionais na Amazônia estão diretamente ligadas a esse contexto em que o Estado Nacional, como um grande jardineiro social, deve extinguir toda ambivalência. Todos os grupos sociais que não pudessem ser aproveitados pelo capital ou não servissem para a consolidação do Estado deveriam ser eliminados como se elimina ervas daninhas de um jardim — trata-se de retirar aqueles que estão no caminho do sistema e, ou rearticula-los as requisições do capital homogeneizador.

A partir desse cenário, a implantação da Zona Franca de Manaus pode ser explicada a partir das reflexões de Habermas (1980) para quem a imposição da ciência e da técnica é um sintoma da propagação da razão instrumental sobre todas as esferas da vida. Segundo o autor, a ciência e, por conseguinte, o pensamento racional científico, se tornaram uma verdadeira religião, ou seja, uma panacéia que supostamente poderia resolver todas as mazelas da sociedade — inclusive o mal do subdesenvolvimento, do isolamento em relação ao resto do país ou da ameaça comunista.

A Zona Franca de Manaus, enquanto um empreendimento capitalista bem sucedido da técnica externa ao meio ambiente, regido sob os paradigmas científicos e racionais de ordenamento do espaço geográfico e das relações sociais e econômicas, obedece a esta maneira de ordenar o mundo contemporâneo. Foi só quando a técnica uniu-se ao capital que foi possível sua bem sucedida propagação por todo o globo terrestre, criando um mundo a sua imagem e semelhança:

A superioridade do modo de produção capitalista sobre os modos de produção do passado tem um duplo fundamento: a instalação de um mecanismo econômico que assegure o longo prazo de propagação dos subsistemas do agir racional com respeito a fins e a criação de uma legitimação econômica, em nome da qual o sistema de dominação pode ser adaptado a novas exigências de racionalização (...) (HABERMAS, 1980, p. 326)

Habermas ainda afirma ter notado duas grandes tendências no desenvolvimento capitalista:

¹⁵Bauman relaciona a modernidade sólida com a ideia de projeto moderno, que consistia no ordenamento do mundo através da razão e da ciência. Dois fatores são importantes na consecução desta empreitada: o Estado, a Nação e a Ciência.

(1) acréscimo da atividade intervencionista do Estado, que deve garantir a estabilidade do sistema (2) uma crescente interdependência entre pesquisa e a técnica, que transformou a ciência em principal força produtiva. (HABERMAS, 1980, p. 328)

È possível também compreender a instalação da Zona Franca de Manaus como um desdobramento dessas duas grandes tendências do desenvolvimento capitalista; de um lado o ordenamento do modo de produção a partir de uma intervenção direta do Estado nacional, através de políticas públicas, para sustentar a supremacia do sistema capitalista e de uma determinada classe econômica, política e tecno-burocrata; de outro lado, a supremacia da ciência e da técnica, enquanto instrumento imbuído da tarefa socialmente legitimada de resolver todos os males da sociedade.

O sustentáculo ideológico que deu arrimo a ZFM também pode ser interpretada como diretamente ligada à ideologia Autoritária Modernizante (PEREIRA, 1982). Foi um projeto idealizado por Golbery de Solto e Silva e por Roberto Oliveira Campos nos anos cinquenta (enquanto o primeiro lança um livro chamado Aspectos “Geo políticos do Brasil”, em 1952, o segundo tentava conciliar uma ideologia do desenvolvimento com uma ideologia da segurança), ambos integrantes da escola superior de guerra.

A ideologia autoritária modernizante tornou-se o pensamento político econômico hegemônico no Brasil a partir do golpe de 1964, resultado de uma aliança entre capital internacional, tecnoburocracia militar e civil, da burguesia agro-exportadora e da burguesia industrial. Deste modo, a supremacia da modernização autoritária representou a derrota de outras formas de pensamento que tentavam ganhar a hegemonia no campo político, como por exemplo, a interpretação da CEPAL, ISEB e Partido Comunista, arautos da interpretação Nacional Burguesa, que defendiam uma aliança entre burguesia industrial, da tecnoburocracia e do proletariado contra a burguesia agrária e contra o imperialismo:

(...) duas idéias chave — desenvolvimento econômico e segurança nacional — e em uma aliança política entre a burguesia local, agora unificada, a tecnologia estatal e as empresas multinacionais. Em última análise, o golpe militar de 1964 é fruto da crise do populismo que a unificação da burguesia agrário mercantil com a industrial propicia. Esta unificação, por sua vez, estabelece uma nova clivagem (mas não um novo conflito) no seio da burguesia, na medida em que é o capital monopolista, tanto industrial quanto mercantil e bancário, que se torna hegemônico em detrimento do capital competitivo. (PEREIRA, 1982, Pg. 276-277)

O general Golbery defendia uma dependência política do Brasil em relação aos Estados Unidos, já Campos via a dependência brasileira para com as multinacionais como necessária, ao perceber que o capital estrangeiro passara a investir pesadamente na industrialização Brasileira.

No exato momento em que este novo pacto de forças se estabelece (união entre a burguesia e capital estrangeiro), com a entrada em massa de capital multinacional no país, ocorre a reconfiguração das estratégias políticas dos atores em campo, como aconteceu com a tecno burocracia estatal que, para sobreviver a nova conjuntura e realizar o seu projeto desenvolvimentista, se alia a grande burguesia brasileira e ao capital internacional.

Além de ser caráter essencialmente burguês, na medida em que defende a livre empresa, é uma interpretação tecno burocrática, que privilegia o planejamento econômico e a intervenção direta do estado na economia, não apenas como regulador, mas também como produtor de bens e serviços. O projeto industrializante, modernizador, burguês e tecnoburocrático reaparece na interpretação autoritário-modernizadora. O que desaparece é o discurso nacionalista e o discurso popular ou populista. (PEREIRA, 1982, p. 277)

Com a exclusão dos trabalhadores do processo de desenvolvimento, torna-se desnecessário qualquer discurso de caráter mais popular. A tônica do processo, a partir de 1964, é a da segurança nacional resultando na perseguição policial contra os trabalhadores e a esquerda. Estava armado o palco para vinte anos de modernização concentradora de renda, autoritária e dependente do capital monopolista internacional.

Roberto Campos (1994), ideólogo do modelo de desenvolvimento da ditadura, afirma que, segundo o General Castelo Branco, havia três estratégias que dominavam a Amazônia até o ano de 1964: o medo, o ressentimento e a omissão. O então ministro do planejamento foi incumbido de formular um plano de desenvolvimento geral para a região que se basearia na reformulação dos mecanismos de fomento existentes, então considerados inadequados.

O esquema concebido assentava num tripé: o Banco da Amazônia, a SUDAM e a Zona Franca de Manaus. O Banco da Amazônia substituiu o desacreditado Banco de Crédito da Amazônia, passando a exercer funções de banco regional, depositário de incentivos, a exemplo do banco do nordeste. A SPEVA cederia lugar a uma agência regional de desenvolvimento, a SUDAM, modelada similarmente à SUDENE, com a responsabilidade de administrar os incentivos fiscais e a SUDAM (Fundo de desenvolvimento da Amazônia), canalizando os recursos da renúncia fiscal para projetos prioritários. A terceira do tripé foi a Zona Franca de Manaus. (CAMPOS, p.740-741. 1994)

A ZFM tinha sido autorizada pela lei nº 3.173 de julho de 1957¹⁶, anteriormente proposta pelo deputado amazonense Francisco Pereira da Silva e reformulada como parte integrante da Operação Amazônia. Um fato importante na incorporação desse projeto foi a implantação, logo anteriormente, de um polo naval em Iquitos, no Peru — o que tornaria esta cidade, enquanto um vértice de desenvolvimento regional, em um pesado concorrente de desenvolvimento da região amazônica, precarizando ainda mais a já arruinada economia da região.

A criação da Zofran se justificaria, portanto, como parte de uma estratégia de preventiva para evitar maior esvaziamento da economia, já deprimida, de Manaus. Determinei um grupo de trabalho que aproveitasse os trabalhos que eu próprio liderara para a criação da Zona Franca de Guanabara (Zofranca) (...) Nessa ocasião, haviam sido estudados os estatutos de vários modelos de Zona Franca, inclusive o das Zonas de Comércio Exterior (...) estatutos de portos livres europeus (...) e várias iniciativas paralelas no Panamá, Chile, Argentina e México. (CAMPOS, p.740. 1994)

Apesar da iniciativa inicial da Zona de Franca a ser criada então em Manaus, com um viés notadamente para a exportação, seu funcionamento, na prática, acabou tendo um resultado inesperado, como Campos admite: “Que ela tenha se tornado anos depois principalmente uma zona de processamento para o mercado interno foi, até certo ponto, um desvio de rota” (1994, p.740).

Este desvio de rota apontado por Campos é mais uma consequência imprevista que uma ação social acarreta no tecido societário. As ações sociais, implementadas pelos agentes que atuam na sociedade, possuem sempre um sentido originário e são orientadas para um determinado fim.

Entretanto, as consequências últimas das ações sociais trazem desdobramentos que não são de maneira algumas esperadas pelos agentes que as implementam. A Zona Franca de Manaus, enquanto uma ação social com relação a fins, o desenvolvimento do capitalismo numa dada região, perpetrada por um ator determinado, o Estado, demonstrou justamente este desvio de rota ou consequência imprevista — a reorientação de seus produtos do mercado externo para o interno. Uma das relações causais que forçaram este desvio se deve, acredito, ao próprio crescimento, na época, do mercado consumidor interno brasileiro que alcançava grandes índices de expansão, isso no final da década de 1960 e até meados da década de 1970 — o chamado Milagre Brasileiro.

¹⁶Ver mais em CAMPOS, Roberto. Lanterna na Popa: Memórias. Top Books. São Paulo, 1994.

A montagem da “Operação Amazônia” se fez em três estágios. No primeiro, já em dezembro de 1965, tornaram-se, por emenda constitucional, extensivos á Amazônia todos os incentivos fiscais e favores creditícios concedidos ao nordeste. Entre setembro e outubro de 1966 foram votadas as leis básicas. O ponto culminante foi a assinatura do decreto-lei nº 288, em fevereiro de 1967, que regulamentava a operação da Zona Franca e que fora precedido, em embro de 1966, da Primeira Reunião de Incentivos Fiscais ao Desenvolvimento da Amazônia, em Manaus, organizada pelo governo federal e pelas Confederações Nacional da Indústria, Agricultura e Comércio, com a presença de Castello Branco. (CAMPOS, p.740. 1994)

Dentro do contexto de modernização arguida pelo governo, a ZFM, segundo Freitas Pinto (1986), define a implantação de uma área de livre comércio como uma das novas estratégias do sistema capitalista a nível mundial. Uma das provas disso é o aumento significativo de empresas estrangeiras entrando no país ao mesmo tempo em que houve um grande numero de empreendimentos nacionais que, ou foram compradas pelo capital internacional, ou tiveram que a ele se aliar para não irem totalmente á falência. Como uma das principais consequências está:

Dependência tecnológica, a proporção em que, é precisamente nos últimos anos que se tem acentuado o crescimento da tendência a se desenvolverem os chamados “produtos mundiais”. A justificativa para tal uniformização da produção mundial é a de que o mercado, em função da sua própria sofisticação em termos de consumo, estabelece novas exigências de padronização. (FREITAS PINTO, 1987, p. 21)

Um dado interessante apontado por Freitas Pinto é de que na época da implantação da ZFM já havia inúmeras empresas estrangeiras operando no Brasil, o que houve foi apenas a transferência das plantas fabris de muitas destas empresas para a Zona de Livre Produção no Amazonas. Com a migração, muitas linhas de produtos passaram a localizar-se apenas em Manaus, fazendo do Distrito Industrial da cidade um grande fornecedor para o mercado nacional e para os mercados de países latino-americanos.

Contudo, o que torna tão atrativo uma Zona de Livre Produção numa cidade geograficamente tão distante dos centros econômicos Brasileiros? A resposta está na baixíssima remuneração do trabalhador, muito mais baixa que nos países onde se encontram as matrizes destas empresas e das cidades centro do Brasil, onde o movimento sindical estava muito mais organizado e capaz e reivindicar salários melhores e jornadas de trabalho mensais menores.

Para se implantar uma ZF também é necessário que haja um controle político maior do estado sobre as instituições, um requisito necessário capaz de proporcionar aos grupos empresariais a segurança necessária para o seu investimento:

A totalidade das Zonas Francas industriais tem se implantado em países economicamente dependentes que passaram pela experiência do colonialismo e que apresentam, igualmente, determinados graus de controle do estado sobre a sociedade e suas instituições. Dito de outra forma, as Zonas Francas tem procurado a garantia de governos fortes, sobretudo no que se refere a questão do controle da classe trabalhadora, particularmente em relação a atuação de sindicatos e a perspectiva de movimentos grevistas. (FREITAS PINTO, 1986, p. 24)

É necessário restringir os direitos da força de trabalho, como o não pagamento dos encargos trabalhistas, o não pagamento do salário mínimo, a limitação da atividade sindical e o não cumprimento de outras obrigações sociais — somem-se a isso as taxas de isenção bilionárias e o afrouxamento da legislação ambiental. A existência de um grande contingente populacional nos lugares de implantação das ZF's rebaixa os salários, representando grandes obstáculos a organização sindical e política dos trabalhadores. Portanto, as ZFs são:

A realização de processos de produção voltados para o mercado mundial, baseados em condições de trabalho cujas principais características são salários baixos, jornada de trabalho prolongada, alta mobilidade (representada pela rotatividade, trabalho em turnos e sub contratação de mão de obra) e restrições a sindicalização e ao direito de greve. (FREITAS PINTO, 1987, p. 25.)

Outra característica das ZF's, proposta pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), é a existência de um órgão autônomo, mas vinculado ao governo central, que a administre. Entretanto, tem-se observado que:

Esses órgãos centrais dos distritos industriais, em geral, se transformam em instrumento de clientelismo político ou instrumento de pressão dos grupos econômicos, quando não em verdadeiros governos paralelos dentro do país. A SUFRAMA, por outro lado, parece ser um órgão publico cujas atribuições ultrapassam em muitos casos o que se estabelece a sugestão da ONUDI. (FREITAS PINTO, 1987, p.27)

As ZF's obedecem a um tipo de indústria chamado de produção parcial, que favorece a uniformização da produção. As fábricas, situadas em distritos industriais, estão interligadas de forma vertical a uma sede nos E.U.A ou Europa, todas estão encarregadas apenas de uma parcela da produção, seja na montagem de produtos semielaborados ou mercadorias acabadas; a

tecnologia para a criação do produto permanece com a matriz, o resultando numa dependência tecnológica dos países que abrigam as Zonas Francas em relação aos países desenvolvidos.

Quanto á mão de obra da Universidade empregada na Zona Franca de Manaus, ela é simplesmente sub-aproveitada, pois sendo um polo de montagem de produtos semi acabados, a habilidade para pesquisa e confecção de novas técnicas de produção torna-se desnecessária, o que relega estes diplomados aos níveis de administração ou supervisão.

As Zonas Francas também requerem dos governos que as hospedam que providenciem uma infra-estrutura de grandes proporções para abrigar as linhas de montagem, como energia elétrica, telefone, grandes ruas e avenidas, o que entra em choque com a situação paupérrima dos trabalhadores, caracterizados por uma grande massa de sub-empregados, empurrados para as cidades pela falência do modo de produção tradicional do interior (FREITAS PINTO, 1987)

Um polo como a ZFM, segundo Freitas Pinto, só se mantém em virtude de toda uma de facilidades criadas para a sua implantação, como por exemplo, os incentivos fiscais:

É riqueza transferida das mãos do governo para as mãos das empresas beneficiadas. Em outras palavras, o Estado brasileiro, por exemplo, através de uma legislação criada especificamente com esse fim, abre mão de receber impostos, taxas etc., em benefício de grupos econômicos industriais que se mostrem dispostos a se instalar na ZFM. Então seria muito importante saber-mos o quanto já custou a Zona Franca de Manaus ao patrimônio público da nação. (...) Dinheiro transferido para o setor privado preferencialmente multinacional que deixa de ser arrecadado pelo setor publico e que teoricamente deveria ser aplicado em programas sociais como saúde pública, educação, pesquisa, melhoria dos transportes coletivos, estímulo a produção agrícola abastecimento etc. (FREITAS PINTO, 1987, p.33-34)

Dando a preferência ao capital multinacional, a ZFM acaba por barrar o desenvolvimento de uma indústria nacional, que não consegue competir com o capital monopolista estrangeiro, concorre para a desnacionalização da indústria brasileira, e também impede de desenvolvimento de inúmeros projetos de pesquisa.

Este modelo, além de depender da perpetuação dos incentivos para se sustentar, com uma perda decorrente da arrecadação tributaria da União, do Estado e do município; além de provocar um desequilíbrio cambial permanente, também penaliza fortemente o desenvolvimento de capacitação tecnológica nacional. (FREITAS PINTO, 1987, p. 37)

Ainda segundo Freitas Pinto (1986), a ZFM, enquanto modelo que tem preponderância na montagem de componentes, teria sido criada sob a justificativa de dinamizar a economia regional com a criação de empregos e irradiar este desenvolvimento para o interior. Contudo, os

principais objetivos da Zona Franca de Manaus não foram alcançados, o que se alcançou foi a ocupação desordenada da cidade de Manaus, aumentando o nível de violência e pobreza e o contínuo esvaziamento do interior.

Marcio Souza (2010) compreende a Zona Franca de Manaus como uma medida que, assim como outras tomadas pelo poder central em outras épocas da história, foi um projeto imposto de fora para dentro, horizontal, linear, unilateral. Do mesmo modo que as articulações de economia política urdidas anteriormente para a região por Getúlio Vargas, Pombal ou pelo império, por exemplo, a ZFM se desenvolveu alienada de toda a dinâmica da vida amazonense e destruiu o que restava da capacidade decisória da decadente elite amazonense.

Ela foi criada como um instrumento integracionista, num momento de ascensão do comércio internacional, de hegemonia dos Estados Unidos sobre outras nações capitalistas. Uma situação muito semelhante ao fenômeno observado na segunda metade do século XX, com o comércio internacional sob controle inglês. (...) com suas estratégias ligadas às multinacionais, ao comércio de exportação e ao modelo agropecuário, abre ainda mais a região ao exterior, promovendo uma economia dependente, altamente espoliadora e prejudicial. (...) outro dado importante (...) é que o seu caráter dependente começou a tirar o último poder de barganha da elite amazonense. Solução justaposta a uma cidade problemática começa a absolver esta mesma cidade, expelindo os representantes do extrativismo. (...) Esvaziada do controle do mercado comercial e enrouquecida de tanto louvar o poder autoritário, como se a Zona Franca fosse uma panaceia, hoje começam a descobrir que são personagens em processo de abandono de cena. (...) a tendência é gerir a região sem intermediários mimados. Daí a Superintendência da Zona Franca de Manaus ser uma espécie de novo poder dentro do Estado, administrada por executivos federais. (SOUZA, p. 180-181. 2010)

A tradicional elite amazonense oriunda do decadente extrativismo, uma aristocracia arrivista, dependente e adésista, acolheu com louvor a subida do governo autoritário ao poder e aderiu aos exercícios de economia política implantados na região na esperança de que superassem o marasmo econômico e pudessem voltar a alcançar, outra vez, a status e poder econômico que mantinham durante o apogeu do ciclo da borracha.

Contudo, um dos efeitos colaterais da inserção da Amazônia no novo jogo internacional de forças e tensões geo-políticas e econômicas foi a retirada completa do poder decisório dessa elite sobre destinos da região. Era o momento da velha elite, com seus barões, comendadores e latifundiários, ceder lugar aos tecno-burocratas tanto do governo militar quanto das grandes multinacionais que vieram usufruir das facilidades concedidas pelos militares.

O novo modelo de desenvolvimento não podia ser dirigido por um segmento social que assentara sua opulência e seu poder de dominação sobre as bases do extrativismo — que já mostrara seus limites enquanto modelo econômico há décadas atrás. Os grandes empreendimentos agrícolas, industriais e de minério exigiam uma racionalidade administrativa capaz de atender aos seus anseios geo-políticos e aos grupos econômicos que se beneficiariam da Operação Amazônia — racionalidade está que não poderia ser empreendida pela velha elite.

A cidade de Manaus, enquanto capital de um estado que sempre esteve à mercê de decisões políticas ou flutuações de mercado, agora, com a ZFM, via suas arcaicas estruturas serem estremecidas, modificadas, reconfiguradas e liquefeitas. Um dos derivativos colaterais foi a reconfiguração completa do tecido urbano da cidade — fato que ocorreu a mercê completa do seu povo.

A cidade não cresceu, mas simplesmente hipertrofiou-se como um exemplo exato da metáfora da semente urdida por Holanda¹⁷. Com a migração de milhares de trabalhadores vindos de vários pontos do país e do interior do Amazonas, surgiu miríades de bairros, degradantes ajuntamentos humanos, que se alastraram por Manaus diante da completa impotência dos planejadores públicos. Era óbvio que a ZFM era um projeto cujos beneficiários seriam as elites, e não a larga massa de desprovidos que compunham a população manauara — que servem á estrutura de reprodução do capital apenas como mão de obra barata.

Não se pode chamar de bairro que se vê em São Raimundo, ou na Raiz, ou na Compensa, muito menos no coroadado e na Cidade das Palhas. (...) O que eufemisticamente se batizou por bairros são imundas favelas e guetos dos retirantes do interior. Cada um desses aglomerados é um prodígio de improvisação popular pela sobrevivência vegetativa, onde ruas foram traçadas por sua gente, suas casas foram construídas quase em mutirão, seus terrenos foram loteados pelo senso comum do povo. (SOUZA, p.186. 2010)

Por outro lado, Seráfico & Seráfico (2005) avaliam a Zona Franca de Manaus como um emblema das expectativas e ameaças da Amazônia frente a internacionalização e á ocupação estrangeiras. Pode-se compreende-la também como um:

Exercício de economia política dos governos brasileiros inserido no processo de transformação de um modelo de desenvolvimento de capitalismo nacional em outro de capitalismo associado. (SERÁFICO & SERÁFICO, 2005. p. 99.)

¹⁷Ver o capítulo O sementeador e o ladrilhador IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes de Brasil. Companhia das letras, 26ª Edição, 1995.

Esse exercício de economia política, definida por Nascimento (2002) como uma política keynesiana, vinha de uma estratégia de desenvolvimento com ênfase pesada na indústria que concentrava-se principalmente no eixo sul-sudeste. Um dos resultados foi que a Amazônia ficou com uma posição secundária durante o processo de dinamização econômica (SERÁFICO & SERÁFICO, 2005, p. 99)

A Zona Franca de Manaus, portanto, pode ser vista como:

Um duplo movimento do estado militarista no sentido, de um lado, da implantação de uma área de livre comércio, importação e exportação e de incentivos fiscais especiais a partir do qual ele reafirma o compromisso do Brasil com o sistema de mercado, assegurando a permanência como área de influência dos E.U.A no contexto da Guerra Fria; de outro lado, no sentido da criação de condições jurídico-políticas e de infra-estrutura local necessárias a atração de investimentos estrangeiros, num momento em que avançava a descentralização industrial. (SERÁFICO & SERÁFICO, 2005, p. 103)

Silva (1997) enxerga a Amazônia como uma construção social, como fruto das relações capitalistas em âmbito global e, portanto, sujeitas aos desdobramentos de expansão ou de retraimento de uma matriz produtiva historicamente determinada.

Os ciclos e interciclos históricos são marcos que a situam nos processos de prosperidade e crises mundiais. Como uma região geopoliticamente determinada no mercantilismo, no absolutismo monárquico, na transição feudal-capitalista, no colonialismo, a Amazônia sofreu mudanças acentuadas no processo de expansão e crise do capitalismo. (SILVA, 1997, p. 6).

Situar a Amazônia neste amplo movimento de transformação do mundo num ente histórico, significa captar a relação dialética que existe entre o local e o global. Mapear descritivamente as engrenagens deste processo, selecionando os fatos mais relevantes para a explicação sociológica pode ser o *intellectual path*¹⁸ mais interessante para o desvendamento da realidade social.

As estratégias de desenvolvimento adequadas à nova divisão internacional do trabalho podem ser ilustradas como forças traduzidas em projetos que, ao subsumirem em processos mais amplos, abrem possibilidades de resultados opostos aos desejados pelos seus promotores. Os chamados ciclos extrativos, industrial e agrícola, na Amazônia, adquirem outra conotação se examinados com este propósito. Do mesmo modo, as operações multilaterais, as ações militares, as rearticulações econômicas, as relações internacionais ganham outros significados quando situadas neste patamar. (SILVA, 1997, p.7)

¹⁸Vereda intelectual. Entende-se aqui como o caminho de interpelações entre conceitos, teorias e dados empíricos que o sociólogo realiza para a consecução da sua pesquisa.

Se a partir das décadas de 1970 e 1980 a Amazônia recebeu toda uma série de esforços para que se desenvolvesse o capitalismo na região, com industrialização intensiva e extensiva, mercantilização da agricultura, antes de subsistência, intensificação do extrativismo mineral e uma recriação e expansão da infra-estrutura de transportes que possa atender como veias de circulação do capital na região.

A magnitude dessas operações, concatenadas com as necessidades de reajuste da economia internacional, criou zonas de enclave para onde transplantaram-se modos de organização da produção e da circulação de mercadorias, compatíveis técnicas e socialmente com a nova divisão internacional do trabalho e com as novas relações de mercado mundiais. A autonomização desses processos, livres dos entraves institucionais e locais, liberou forças transnacionais para articulações econômicas descentralizadas, desterritorializadas, reterritorializadas e comandadas a distância. (SILVA, 1997, p.5)

Mesmo que as implicações sobre a tentativa dos governos militares de *conquistarem* a região seja um fator importante para o fenômeno ZFM, é importante ressaltar que ela:

(...) inclui elementos constituintes da historicidade do capitalismo e dos seus desenvolvimentos mais complexos e recentes, por tratar, entre outros aspectos, de avanços técnicos irreversíveis na sua dinâmica de produção de espaços (SILVA, 1997, p.17)

Outros componentes são importantes na análise da ZFM:

(...) a tendência ao desenvolvimento de produtos mundiais em outras partes do mundo e o fato de, a exemplo de outras, a Zona Franca de Manaus constituir uma região produtiva do mercado mundial descentralizada, impondo-se sobre o protecionismo nacional de países que já detinham a exclusividade da produção industrial para o atendimento do mercado externo (SILVA, 1997, p.17).

A ZFM, portanto, relaciona-se com a expansão geográfica do modo de produção capitalista e sua estabilização enquanto modo de produção hegemônico. Ela é fruto das concatenações do capitalismo em escala global que influenciam as localidades, criando novos espaços e equacionando as relações destes locais tendo em vista as exigências do capitalismo em escala global iniciada a partir do pós-guerra e radicalizada na década de 1960.

O encontro de arranjos mundiais na Amazônia torna-a circunstancialmente um local mundializado ou uma zona transversalmente marcada pelas bases físicas e culturais das mudanças mundiais. (...) O fato de as Zonas Francas estarem previstas como modelos prováveis, numa determina da ordem da conjuntura mundial, as insere num dinamismo mais complexo de articulações. (SILVA, 1997, p. 22)

A criação da ZFM obedece este quadro de articulação de variadas nuances em nível mundial:

A Grande depressão, as guerras mundiais, os mecanismos regulatórios dos períodos entre guerras, as entidades e instituições multi-laterais do poder pós-guerra podem exemplificar, entre 1870 e 1970, os sentidos que comandam a desterritorialização técnica e social da produção capitalista, com a globalização de suas relações técnicas, políticas e culturais. (SILVA, 1997, p.24)

Portanto, a ZFM não nasce aleatoriamente. Ela é resultado, segundo Correa, de um novo incremento das relações imperialistas entre as nações hegemônicas e os povos dependentes. Mas por que estas empresas resolveram transferir partes de suas plantas produtivas para um lugar como a Amazônia, se existiam lugares mais favoráveis a sua implantação? A resposta se deve as esperanças do governo no desenvolvimento regional e na integração da Amazônia com a nação. Estes eram vontades coletivas de classes e grupos que se inseriam num debate que se estendia desde o período de decadência econômica da região, no início do século XX.

O aparentemente é um problema, a cooperação entre militarismo, a economia mundial e o nacionalismo, faz parte de um momento definido da ordem mundial. Essa concatenação de interesses determina a escolha dos interesses determina a escolha do lugar de experimentação de um das primeiras zonas francas do mundo; determina também os modos de compatibilizar ordem nacional com a ordem mundial; e, finalmente, determina a contrapartida que os países periféricos, dependentes, podem obter por constituírem-se em áreas de expansão da economia capitalista. (SILVA, 1997, p. 29)

Para a autora, a ZFM não conseguiu densidade suficiente que a fizesse evoluir para um grau superior e tornar-se um verdadeiro “estado região”. O que teria comprometido isso seria justamente a política nacionalista que, em forma de protecionismo, barrou suas possibilidades de evoluir (SILVA, 1997, p. 42).

A implantação da Zona Franca, portanto, obedece a processos e relações da descentralização da produção capitalista de suas zonas originárias, bem como está inserida dentro do contexto da guerra fria, onde é feita uma opção política de alinhamento com o bloco de poder liderado pelos Estados Unidos.

Pereira (2006) concorda que a criação da Zona Franca de Manaus também pertence a este processo de equacionamento das relações produtivas mundiais.

Os Estados Unidos expandindo-se interna externamente para todos os continentes; a Europa reconstruindo-se com rapi, a destaque para o chamado Milagre Alemão. As grandes corporações econômicas transnacionalizavam-se

rapidamente. Predominava ainda uma visão linear do fenômeno do subdesenvolvimento. Acreditava-se que os países atrasados para atingirem o desenvolvimento deveriam percorrer as mesmas etapas por que haviam passado os países já desenvolvidos. O subdesenvolvimento não era mais concebido como fruto de uma estrutura mundial de exportação, nem como uma característica peculiar específica de determinada sociedade. (PEREIRA, 2006, p. 102)

Ainda segundo o autor, a ZFM é uma política exógena, alienígena, feita de fora para dentro e estranha aos reais interesses do povo amazônida:

Isto é, teve a sua raiz embrionária concebida no exterior, segundo a lógica da expansão da produção industrial, seguindo a ótica da divisão da produção recomendada por organismos multilaterais, intensificando as dependências financeiras, tecnológicas, comercial, produtiva e cultural dos países periféricos em relação aos países centrais. (PEREIRA, 2006, p. 115)

Dependência comercial, cultural, econômica e tecnológica são, para o autor, as semelhanças entre a Zona Franca de Manaus, nomeada por ele de terceiro ciclo de desenvolvimento, dos outros ciclos da história econômica da região — os ciclos das drogas do sertão e o ciclo da borracha.

A Amazônia, que gerou tantas riquezas aos atravessadores mercantilistas mundo afora, serviu de base para o enriquecimento do mundo capitalista industrial; também financiou com seus enormes saldos positivos no comércio exterior o desenvolvimento do restante do País, através das aplicações do Governo Federal e dos produtores que vinham para cá, semelhança com o modelo Zona Franca de Manaus? Embora protagonizando uma renda *percapita* de exportações 14 vezes superior ao restante do país, a região foi, ao término do ciclo da borracha, relegada ao abandono, o que seria dessa região sem os incentivos fiscais, que representa um pesado ao erário nacional? Etiologicamente a ZFM carrega consigo o estereótipo dos interesses exógenos em cumplicidade com importantes favores e benefícios fiscais e governamentais, característica comum entre os três ciclos, a que chamamos de modelo de desenvolvimento de fora para dentro (...) Esse modelo, por não possuir propósito deliberado de contemplar os interesses, recursos e potencialidades da região, apresenta-se inadequado e insuficiente para promover o desenvolvimento da região. (PEREIRA, 2006, p. 118)

A partir de 1990, o Brasil, e conseqüentemente a Zona Franca de Manaus, começam a sentir de maneira mais explícita as mudanças na esfera da produção e da organização do trabalho com o advento das reformas econômicas promovidas neste período. A partir de então o Brasil entra definitivamente na era da produção flexível, fruto do esfacelamento da produção fordista e dos esquemas rígidos de produção. As principais mudanças são:

1) Em um cenário crescentemente mais globalizado, de abertura de mercados e de forte competição internacional, as unidades produtivas de grande porte ficam mais “enxutas” e aumentam a produtividade (a chamada *leanproduction*); 2) a atividade produtiva passa a exigir trabalhadores polivalentes/flexíveis que, de posse de ferramentas flexíveis, teriam como resultado de seu trabalho um produto flexível; 3) a parcela do trabalho fora do foco principal da empresa passa a ser sub-contratada a outras empresas (ou terceirizada); 4) o setor industrial perde volume frente ao setor de serviços e a flexibilização das atividades produtivas leva também a um aumento da precarização nos contratos de trabalho; 5) na esfera sociopolítica, os sindicatos passam a lutar para se desvencilhar de praticas marcadas pelo grande porte das empresas e pela falta de organização nos locais trabalho, que os estava levando a uma diminuição na sindicalização e a uma dificuldade de competir pelos em velocidade e adequação aos impasses trazidos pelos novos tempos. Junte-se a isso o desemprego e a informatização que corroem grandemente o poder agenciado das instituições sindicais. (SANTANA & RAMALHO. 2004, p. 11)

As grandes fábricas produzindo artefatos padronizados e empregando milhares de trabalhadores pode ser considerada coisa do passado. Essas mudanças, que tiveram nas fábricas japonesas o seu principal baluarte, passaram a ser chamadas de produção flexível para uns, ou simplesmente toyotismo, por ter se iniciado com a Toyota.

Sorj (2000), analisando as mudanças no mundo do trabalho, conclui que:

“Os empregados das empresas estão, cada vez mais, produzindo bens especializados em fábricas que empregam consideravelmente menos funcionários e utilizam de forma crescente tecnologias altamente informalizadas. Há também grande alteração na organização espacial da produção. As empresas são hoje capazes de operar em escala mundial, movimentando-se por distintos países e/ou regiões, beneficiando-se da presença de menores níveis salariais, da baixa incidência de conflitos industriais e das vantagens propiciadas por isenções fiscais de variados tipos. Outras mudanças relacionadas a estas também são evidentes, embora o ritmo de implantação varie de país para país.” (SORJ, 2000, p. 29)

O processo de reestruturação produtiva também chega a Zona Franca de Manaus na forma daquilo que Valle (2007) chama de modernização conservadora, onde traços do modo de produção fordista convivem com os novos paradigmas da produção flexível, resultando daquilo que a autora conceituou de neotaylorismo¹⁹.

Com a entrada na década de 1990 na economia global, o país sepultou o velho modelo de substituição de importações que tinha sido um dos esteios que sustentavam o modelo ZFM. A

¹⁹ Segundo a autora, é a junção entre as praticas de gestão advindas do fordismo, do taylorismo e do toyotismo que coexistem nas relações sociais de chão de fábrica. Ver mais em: VALLE, Isabel. Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. EDUA, Manaus, 2007.

abertura do mercado demonstrou todas as fragilidades da Zona Franca em razão da extinção das vantagens competitivas oriundas do modelo de substituição de importações.

Se antes todo o país tinha barreiras contra produtos importados, sendo o único lugar onde eles podiam ser vendidos sem serem onerados por impostos protecionistas era em Manaus com sua ZF, o que a tornava um paraíso de compra para os turistas, agora, com o fim das barreiras todo o país passa a ter as mesmas vantagens de venda de produtos importados que a ZFM, o que solapa fatalmente o seu faturamento anual.

Portanto, na década de 1990, a vocação de polo de comercio da Zona Franca de Manaus se atrofia por completo, fazendo com que a Zona Franca, refazendo as suas estratégias diante dos abalos da produção flexível, reorientasse seus esforços de produção para o segundo setor, a indústria. A ZFM, então, na era da produção flexível, torna-se, de um polo de comercio e indústria, apenas um polo industrial.

O prejuízo que o modelo passa a amargar neste período de transição chega a ser de cento e trinta e seis milhões de dólares. Nesse sentido, a readaptação da ZFM frente aos novos equacionamentos das forças do capital força-a a superar o nacionalismo persistente e moribundo e inserir-se na nova conjuntura de maneira a atender as demandas da globalização.

Portanto, entendemos o projeto das Zonas Francas como um poderoso instrumento de expansão e legitimação do capital, cuja força destrói e altera as relações de produção das sociedades em que toca, segundo as palavras de Berman, (2007) quando analisa as concepções de Marx e Engels sobre a emergência do capitalismo com mercado mundial:

A medida que se expande, absorve e destrói todos os mercados locais e regionais que toca. Produção e consumo — e necessidades humana — tornam-se cada vez mais internacionais e cosmopolitas. O âmbito dos desejos e reivindicações humanas se amplia muito além da capacidade da capacidade das indústrias locais, que então entram em colapso. A escala de comunicações se torna mundial, o que faz emergir uma *mass media* tecnologicamente sofisticada. O capital se concentra cada vez mais nas mãos de poucos. Camponeses e artesãos independentes não podem competir com a produção de massa capitalista e são forçados a abandonar suas terras e fechar seus estabelecimentos. A produção se centraliza de maneira progressiva e se racionaliza em fabricas altamente automatizadas. (...) Uma vasto numero de migrantes pobres são despejados nas cidades, que crescem como num passe de magica, catastroficamente, do dia para a noite. Para que essas mudanças ocorram com relativa uniformidade, alguma centralização legal, fiscal e administrativa precisa acontecer; e acontece onde quer que chegue o capitalismo. Estados nacionais despontam e acumulam grande poder, embora esse poder seja solapado de forma continua pelos interesses internacionais do capital. Enquanto isso, trabalhadores despertam aos poucos para uma espécie de

consciência de classe e começam a agir contra a aguda miséria e opressão em que vivem. (BERMAN, 2007, p. 113)

A implantação deste modelo de desenvolvimento teve profundas consequências para a cidade. Entre as mais significativas podemos citar mudanças no perfil habitacional, ocasionado por uma intensa migração para a cidade, resultando num crescimento desordenado e no aparecimento de bairros pobres (BENTES, 1983); também o aparecimento de novos atores sociais, como uma nova classe média formada por quadros gestados na Universidade Federal do Amazonas (BENEVIDES, 1985); a reorganização do empresariado local diante da nova conjuntura econômica que possibilitava novas oportunidades de investimento (SERÁFICO, 2011); mudanças nas políticas públicas de gerenciamento de pobres (SHERER, 1987); alterações nas relações de gênero (COSTA, 1985); emergência de um novo tipo de trabalhador (SALAZAR, 1982); novas formas de gerenciamento do trabalho (VALLE, 2007) ou inserção da região dentro da dinâmica da historicidade do capitalismo (SILVA, 1997) são apenas algumas das principais consequências já largamente estudadas pelas ciências humanas.

A cidade de Manaus é, portanto, uma cidade que está ligada a estes fluxos de capital por meio da Zona Franca de Manaus, hoje Polo Industrial de Manaus. A partir do início da primeira década do século XXI, a capital amazonense passou por um processo mais avançado de desenvolvimento que a fez começar a esboçar características de cidades globais²⁰, sendo hoje o centro econômico, financeiro e corporativo da região norte (A CRITICA, 2013) e a sétima cidade mais populosa do Brasil (1 861 838 habitantes)²¹. Manaus também aumentou significativamente sua participação no Produto Interno Bruto nacional com 1,4%. Também houve um salto no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que passou de 0,601 em 2000 para 0,737 em 2010 - uma taxa de crescimento de 22,63% sendo hoje a sexta cidade mais rica do Brasil (IBGE, 2012).

Ligada a um setor industrial que emprega aproximadamente cento e dez mil trabalhadores e gera um faturamento que, num período de dez anos (2000-2010), teve um salto de 19 para 36 bilhões de dólares (VALLE & LIMA, 2013) fazem de Manaus uma cidade que está, sem dúvida, ligada aos fluxos globais de capital.

²⁰ O conceito de cidade global aqui é usado a partir de Sassen (2010), para quem as cidades globais não são apenas as urbanas onde se concentram grandes volumes de capital corporativo, industrial e de serviços. Mas também lugares onde se materializam as forças e fluxos da capital global como, por exemplo, as zonas de processamento offshore. Manaus é classificada como cidade global em virtude de abrigar uma das zonas de Processamento Offshore, materializada na Zona Franca de Manaus, ou Polo Industrial de Manaus.

²¹ Para saber mais veja: Produto Interno Bruto dos Municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2012.

Por estar ligada às forças da globalização e apresentando índices de acumulação capitalista típicas de cidades globais (SASSEN, 2010) e estando entre as cidades com maior produto interno bruto nacional (A CRITICA, 2012), Manaus sofre e acompanha as tendências, fluxos, refluxos, contradições e contingências do capitalismo mundial.

Tais processos não passaram despercebidos pela classe intelectual regional que passou a refletir, criticar e problematizar as origens, as contradições, as consequências e a dinâmica dos fluxos globais que se materializam em Manaus. Essa intelectualidade regional, gestada pelos processos de corporificação das forças do capitalismo global na Amazônia, passam a refletir sobre a cidade e sobre o seu povo dentro da perspectiva típica da intelectualidade moderna, que é a de intelectuais desvinculados, formada por indivíduos de múltiplos antecedentes sociais e agem dentro dos mais variados campos de atuação. Isso acarreta, sem dúvida, nas mais variadas perspectivas analíticas, seja de caráter crítico, numa análise trágica, ou mesmo num caráter otimista reformista.

Capítulo 2: Epistemologia e Sociologia dos Intelectuais: problemas e soluções.

2.1 Intelligentsia, modernidade e globalização.

Vivemos num mundo onde nada parece ser seguro o suficiente, tudo se recria, se transforma e o que fica não mais será o mesmo. Este é o cânone moderno. “Nada é vaidade, vamos á ciência, e para frente!”²² Disse uma vez Arthur Rimbaud, traduzindo bem um dos aspectos mais marcantes e discutidos do nosso mundo contemporâneo: o progresso como medida última de todas as coisas.

No capítulo anterior dissertei que o modo de produção capitalista provocou uma revolução em todo o mundo, criando uma civilização global que abarca todos os povos, nações e coletividades, mudando valores, representações e expectativas dos indivíduos e grupos em relação ao mundo. Mas quais as implicações culturais da modernidade? O que faz com que a modernidade influa em nossa maneira de ver e sentir o mundo? Qual a diferença básica entre a época moderna e as épocas anteriores? Em que se diferencia o pensamento de um homem de século XXI e um de século XIII? Mais ainda, como isso está relacionado com a formação dos intelectuais enquanto grupo?

Em períodos anteriores, o homem vivia numa situação de segurança, onde suas crenças e o mundo que as sustentavam eram sólidos, não havia necessidade de ele avaliar seu lugar e de seus semelhantes ou avaliar suas crenças e convicções (MANHHEIM, 2008). As relações eram extremamente estáveis e, por isso mesmo, a forma como o homem enxergava o mundo que o cercava também não precisava mudar, ter grandes revisões ou reelaborações. Mais ainda, as sociedades pré-modernas tinham como ponto em comum a crença de que suas origens, suas leis e seus valores foram fundados por heróis, patriarcas, deuses ou semideuses. Suas leis eram sagradas e, por isso, impossíveis de serem modificadas ou invalidadas. Essas sociedades eram heteronômicas ao considerar que suas leis e costumes tinham uma origem extraterrena (BAUMAN, 2000). A tradição, nesse contexto de fixidez, determinava o presente e o futuro destas sociedades sempre em relação ao passado. (GIDDENS, 1995). Em compensação, este cenário de falta de liberdade fornecia toda uma certeza a cerca da vida, da natureza e da sociedade, fazendo com que esses homens pudessem prever como seriam suas existências daqui

²² Ver mais em: RIMBAUD, Arthur. Uma Temporada no Inferno. Martin Claret, São Paulo, 2003.

a dez, vinte ou trinta anos (BAUMAN, 2000). Os guardiões das chaves que abriam os cadeados da interpretação do mundo naquele tempo, os sacerdotes, eram os intelectuais das sociedades pré-modernas. Eram eles que detinham o poder de acesso à lei sagrada e imutável e o monopólio de seu estudo e explanação. Estes intelectuais do tempo pré-moderno eram sempre provindos de uma classe, casta ou segmento determinado e, por isso, forneciam as visões de mundo que davam autoconsciência e coesão às suas sociedades (MANNHEIM, 2006). A intelectualidade pré-moderna era extremamente comprometida com o fornecimento de uma perspectiva fixa de mundo num tempo em que processos de mudança demoravam a ocorrer ou, quando ocorriam, o faziam de maneira muito lenta e gradual; seu DNA é a-histórico, ou seja, os mecanismos que regem seu funcionamento e mantêm sua solidariedade estão como que fora da história, pois não estão sujeitos a críticas e reformulações (BAUMAN, 2000).

Em condições de modernidade, porém, essa dinâmica se modifica. O capitalismo moderno precisa estar sempre se expandindo em direção a novas oportunidades de investimento, para que isso ocorra, a expansão extensiva do sistema por si só não satisfaz, é preciso também que a expansão ocorra de maneira intensiva, ou seja, os investimentos em inovação e tecnologia são primordiais para o sistema capitalista se manter em funcionamento. Uma das consequências desse processo é a reelaboração de todo o arcabouço cultural das sociedades a partir de então. Todas as coisas, relações, mitos, dogmas são modificados e revolucionados para funcionar a favor do sistema (GIDDENS, 1995). As sociedades pós-tradicionais, tocadas pela dinâmica da modernidade, não tem como mito fundador um herói, um deus ou um semideus, sua origem é terrena, suas leis foram talhadas por homens e, por isso mesmo, estes costumes e dogmas estão em constante debate e reformulações. Nas comunidades modernas há a consciência de que as leis não possuem um caráter extraterreno, mas foram geradas pelos próprios cidadãos num momento específico de uma história cujo significado e futuro ninguém sabe ao certo. As leis, os valores, a cultura e os preceitos no mundo moderno, portanto, são de caráter histórico, estão sujeitas a críticas, reformulações e estão situadas no devir da ação humana (BAUMAN, 2000).

As sociedades modernas são determinadas em direção ao futuro. Tanto o presente quanto o passado são reformulados constantemente para atender as exigências de progresso constante (GIDDENS, 1995). Isso não quer dizer que não exista tradição nas sociedades pós-tradicionais, que elas não teriam valor ou que simplesmente estariam condenadas a desaparecer, mas que elas,

ao contrário de épocas anteriores, possuem um papel meramente complementar na regulação da vida.

O intenso e extenso processo de inovação tecnológica, de racionalização da vida, de produção de conhecimento e de crítica, análise e reformulação das mais variadas esferas da sociedade, acaba redundando num fenômeno chamado de *reflexividade* que, em linhas gerais, segue a seguinte forma: a produção intensa de conhecimento causa fissuras, mudanças e ondulações inesperadas no tecido social, esse resultado contingencial leva inevitavelmente a uma maior produção de conhecimento que por sua vez, leva a mais mudanças (GIDDENS, 1995). Deste modo, uma das características da sociedade moderna é a racionalização e a intelectualização crescente causada pelo processo de reflexividade, sendo este levado, por sua vez, pelo intenso investimento em tecnologia e inovação pelo sistema capitalista.

Outra dimensão da vida moderna é a autoconsciência tanto entre indivíduos, coletividades e grupos que a compõe. Diferentemente das sociedades pré-modernas, de caráter mais simples, onde não há uma diferenciação latente entre os seus indivíduos, na sociedade moderna há uma intensa diferenciação nos seus mecanismos, ocasionando numa mais complexa divisão social do trabalho e numa maior diferenciação dos sujeitos. Esse fenômeno começa a se tornar mais perceptível a partir do estágio industrial do capitalismo moderno, onde a explosão urbana das cidades, o esvaziamento do campo com a expulsão dos camponeses e a proletarização dos que ficam, o forte desenvolvimento tecnológico, o surgimento da imprensa, o conexão de todos os lugares do mundo numa sociedade global através de uma eficiente rede de comunicação e consumo, a emergência de novos atores sociais como os operários das industriais e uma classe média, a massificação da educação básica e o aparecimento de novas ideologias e representações sociais são apenas alguns das mais significativas ocorrências que se abatem sobre o mundo moderno, um processo dialético e caótico, estruturante e estruturado, causa e ao mesmo tempo consequência.

Sem embargo, com a divisão social do trabalho se tornando cada vez diferenciada e especializada, os homens tendem a se diferenciar entre si. Os grupos e os indivíduos precisam, à todo momento, avaliar seu papel no mundo. A sociedade se torna mais complexa, emergindo grupos com suas funções específicas no tecido social; cada um desses grupos, por seu lugar específico no todo societário, enxergam a dinâmica das sociedades, seus problemas, suas maneiras de resolvê-los e os interesses a serem defendidos ou rechaçados de maneira muito

peculiar, bastante influenciada pelo seu lugar no organismo social. Dito em outras palavras, cada grupo social criado pela divisão social do trabalho, cada vez mais crescente no seio das sociedades modernas, desenvolve representações específicas a respeito de si mesmo e da sociedade (MANNHEIM, 1972). Assim, temos no seio da comunidade moderna toda uma quantidade de grupos, classes e coletividades com interesses distintos, muitas vezes contraditórios, lutando pela sua hegemonia no palco da *Ágora*, ou simplesmente sociedade civil.

Se há uma guerra, ou luta pela hegemonia, de cada grupo social para fazer seus interesses contra outros grupos divergentes, então as representações, ideias e objetivos destas classes e coletividades estão sempre sofrendo toda uma série de ataques perante seus rivais. Uma das consequências disso é a revisão contínua e ininterrupta que estes interesses e representações sofrem para se justificar como legítimos perante a *Ágora*²³. Cada coletividade gerada pela divisão do trabalho na modernidade precisa rearticular sempre seus interesses não apenas em virtude dos ataques dos rivais, mas também por causa do próprio caráter liquefeito da sociedade moderna, onde o processo de reflexividade sempre cria novas demandas, transformações e consequências inesperadas na sociedade global. Mais ainda, as disputas pelo campo político, as inovações tecnológicas, o caráter racional e intelectualizado destas sociedades, as contingências criadas pelo processo de globalização propicia um cenário instável e flexível onde é necessário, cada vez mais, uma revisão e justificação contínua perante a sociedade civil.

Nesse sentido é que compreendemos a intelectualidade moderna, como um dos estratos que propicia a autoconsciência à sociedade. Contudo, diferentemente de épocas anteriores onde os estratos cultos das comunidades pré-moderna eram provindos de uma casta ou estamento determinado, agora o segmento da intelligentsia passa a ser alimentado não mais por uma casta determinada, mas por várias outras classes sociais que ocupam as mais variadas posições do escopo social. A intelectualidade moderna é desvinculada, ou seja, é um grupo que não está limitado por uma classe social e cujos membros podem estar comprometidos pelas mais variadas concepções de mundo, seja dos grupos dominantes, dos dominados ou mesmo de grupo nenhum. (MANNHEIM, 2001). As próprias possibilidades de conhecimento e crítica dessa intelectualidade não estão submetidas apenas a imperativos individuais ou a própria investigação teórica ou a própria genialidade do indivíduo. As formas de ver, interpretar e problematizar o mundo estão submetidas a influências extra teóricas. Ditos em outras palavras, a influência do

²³ O lugar onde as preocupações públicas e privadas se encontram. Para ser mais preciso, *Ágora* significa "Sociedade Civil". Ver mais em: BAUMAN, Zygmunt. *Em busca de política*. Jorge Zahar Editor. São Paulo, 2000.

contexto social tem papel decisivo nas maneiras de imaginar um mundo. Isso é válido tanto para a classe intelectual quando para quaisquer outros grupos sociais em contexto de globalização. Isso não significa que o contexto social possui um valor determinante nos processos de conhecer e problematizar o mundo, mas que sua influência exerce um papel significativo no processo de conhecer. Portanto, a esfera social é algo que deve ser levada em conta para todo aquele que se propor a analisar processos de conhecimento.

Quanto à esfera individual, a ação social destes indivíduos, assim como as suas origens, é variada, e suas posições acerca do mundo podem mudar, dependendo da conjuntura histórica da natureza de seus financiadores, seu campo de atuação ou de seu processo de inserção no segmento da intelligentsia — resultado de processos de mobilidade.

Muito dessa mobilidade só é possível pelo próprio caráter móvel da sociedade moderna, cujo caráter revolucionário causado pelo capital, pela intensa reflexividade e pela expansão continua de suas estruturas, possibilita aos indivíduos uma relativa mobilidade social. Os homens, dentro das estruturas modernas de ação, precisam ser flexíveis para poder exercer os mais variados ofícios e trabalhos dentro de um mundo onde as condições de mobilidade, tanto especial quanto social são relativamente mais voláteis (GAUDEMAR; 1977). Em uma sociedade fluida, onde os homens não possuem mais os amparos sociais tão sólidos (como família, o estado e sindicato) a mobilidade, tanto social quanto espacial, se torna uma das suas características. Os homens em tais condições se tornam obrigados a construir sua própria biografia, a serem responsáveis pelos seus próprios sucessos e insucessos (GIDDENS, 1995). O pedreiro pode se tornar comerciante, o administrador pode tornar-se funcionário público e o advogado por vir a se tornar, quem sabe, intelectual.

Sem embargo, como o mundo está sob as mesmas condições e contradições da modernidade líquida, ou globalização, então os mesmos fenômenos, guardando as suas devidas especificidades locais, de materializam sob condições e consequências análogas em todos os cantos do globo terrestre. A intelectualidade de uma maneira geral, em contexto globalizante, enquanto um segmento que tem como principal característica de sua ação social, a reflexão sobre as condições econômicas, culturais e sociais de reprodução social, passa a refletir, sobre as formas de materialização das forças da globalização em contexto local. Questões como violência urbana, educação, emprego, desenvolvimento regional, por exemplo, passam a ser sempre postas em reflexão tomando como referência contextos globais de influência ou de referência. Ideias,

paradigmas, teorias, modelos, questões, fatos e modelos comparativos passam a serem mais ou menos os mesmos que estão presentes em escala global ou continental, pois o mundo, ligado a uma rede global onde perpassa bens culturais e econômicos, classes e coletividades dos mais variados graus de qualificação, está sujeito às mesmas determinações, não mais de caráter nacional, mas global (SASSEN, 2010). Em resumo, a intelligentsia moderna surge dos processos de mobilidade por que o capitalismo só se reproduz se conceder uma maior mobilidade aos indivíduos. Ela também é um estrato desvinculado, dono de variadas representações acerca dos problemas do mundo porque a sociedade moderna é possuidora de uma complexa e variada divisão do trabalho que cria, por sua vez, toda uma série de visões de mundo, interesses e ideologias no seio da sociedade civil. Ela forma um estrato determinado, ocupante de um lugar dado e de uma tarefa predeterminada na sociedade local, passa a desenvolver formas peculiares de enxergar o mundo e interpretar questões relevantes para a sociedade onde está inserido.

É nesse sentido, como uma parte de um estrato social que adquire cada vez mais características globais, que a intelligentsia amazonense passa a ser objeto de reflexão neste trabalho.

O estrato intelectual da sociedade local, quando reflete sobre a Zona Franca de Manaus e seus desdobramentos, contradições, limitações e benefícios está, na verdade, refletindo sobre as consequências da modernidade para a região amazônica. Ditos em outras palavras, quando nossa intelligentsia passa a debater a cerca das possibilidades e restrições do desenvolvimento local em termos de criação de emprego, inovação tecnológica, aperfeiçoamento da educação, por exemplo, está problematizando os processos de globalização do mundo, de mundialização do capital, de proliferação de uma cultura de mundial, de traços econômicos globais, de adoção de políticas públicas que se tornam presentes no mundo todo e de formas de desigualdades e de mobilidades presentes que passam a se reproduzir e, escala mundial.

2.2. Por uma Sociologia crítica dos intelectuais.

Tomei Fritz Ringer (2001) um importante instrumento teórico-metodológico para análise da intelectualidade local. O autor pesquisou sobre as maneiras de *pensar* e *sentir* da elite intelectual germânica a respeito de temas como modernização, capitalismo, política, educação, as implicações da Primeira Guerra Mundial sobre a sociedade alemã e sobre os desdobramentos

colaterais que estes fenômenos teriam sobre a manutenção dos privilégios que essa classe instruída auferia, principalmente no que tange a respeito do seu monopólio de refletir e julgar quais seriam os rumos corretos e incorretos a serem seguidos pela sociedade alemã.

Ringer estudou atentamente os discursos e coletâneas de textos de homens que lecionaram nas universidades alemãs de Berlim, Munique, Freiburg e Heiderberg entre os anos de 1890 e 1933, acrescentando manuais e analogias em várias disciplinas, juntamente com os escritos de outros intelectuais não acadêmicos. O autor estava interessado em elaborar uma história social da crença:

(...) queria descobrir quais ideias e quais defensores dessas ideias foram influentes ou representativos nesse campo e como os vários significados que nele desempenham algum papel estavam de fato relacionados entre si. Eu sabia que a minha maneira de tratar o tema não levaria em conta as diferenças individuais (...) Eu estava tentando fazer o mapa de uma paisagem e não estava tentando descrever determinadas árvores ou clareiras existentes (...) esforcei-me por examinar minhas fontes a uma certa distância analítica. Resistindo a tentação de empatizar com indivíduos, queria localizar os padrões impessoais de sentido e imaginar que esses padrões, pelo menos inicialmente, eram pouco familiares, problemáticos e, por isso mesmo, necessitavam de interpretação e explicação explícitas. (RINGER, 2001. p.10)

Na análise dos discursos e publicações da elite intelectual alemã, Ringer procurou guiar-se pelo o que ele chama de *explicação ideológica*, ou seja, procurou compreender as opiniões dos autores como fruto de suas orientações psicológicas ou mesmo como fruto de sua posição na *estrutura do campo social e econômico*. Assim, o autor construiu uma tipologia social que ele denominou de *ideologia mandarim*²⁴, fruto de sua posição na esfera da sociedade.

Desenvolvendo sua construção científica em cima do que ele chama de elite social e cultural, em que seu *status* se deve muito mais à caracteres relativos à instrução universitária que propriamente à riqueza ou direitos hereditários, o tipo social de Ringer, portanto, passaria a abranger toda a classe média alta com formação universitária, profissionais liberais e acadêmicos, pastores protestantes e os professores universitários, que o autor chamou de *intelectuais mandarins*. Obviamente que o constructo elaborado por Ringer possui uma correlação direta com a teoria de Weber e suas reflexões sobre status:

Segundo Weber, as situações de classe são posições objetivas no sistema de produção, ao passo que status é o prestígio social atribuído em conexão com determinados estilos de vida. Especifiquei, além disso, que os mandarins floresceram num estagio intermediário do desenvolvimento econômico. Nesse

²⁴ A ideologia mandarim é uma forma comum de enxergar e interpretar o mundo, compartilhada pelos atores pertencentes a este estrato.

estágio, “a posse do capital líquido ainda não se generalizara nem era amplamente aceita como uma qualificação de status social, e os títulos hereditários com base na propriedade da terra, embora ainda sejam relevantes, não são mais pré-requisitos absolutos.” Finalmente, ressaltei a estreita associação e os altos funcionários públicos e a monarquia burocrática. (RINGER, 2001, p. 12)

Ringer achou uma distinção entre o que ele chamou de *ala burocrática* e outra ala que ele chamou de *ala intelectual*; o primeiro constituía-se por altos funcionários da burocracia do governo, enquanto o segundo era formado principalmente por professores universitários. Havia, como ainda há, segundo o autor, uma linha divisória muito clara entre a visão destes dois grupos, um baseado numa visão do *estado cultural* e outra do *estado legal*.

Outra peculiaridade encontrada entre os mandarins foi uma divisão entre o que Ringer chamou de *ala modernista* e a *ala ortodoxa*. Segundo ele, os ortodoxos eram a maioria entre a elite intelectual e representavam mais ou menos a visão oficial desse grupo social. Os modernistas, ou acomodacionistas, constituam o grupo minoritário; acreditavam que era necessário adaptar a tradição mandarim ao novo contexto moderno pelo qual a Alemanha estava vivendo — industrialização, urbanização, democratização da educação e a emergência de novos grupos sociais que reivindicavam sua participação na nova sociedade que estava se formando. Os ortodoxos, por sua vez, acreditavam que a tradição mandarim deveria ser mantida a todo custo, bem como era necessário uma *negação* e, por seguinte, uma *luta* contra as causas que abalariam o status da elite intelectual — o processo de modernização pelo qual a sociedade germânica estava sofrendo.

Ringer, de uma maneira geral, procurou explicitar as características mais importantes da maneira de pensar da elite intelectual alemã em relação aos assuntos mais relevantes para a sociedade da época, o processo de modernização e seus desdobramentos, e explicitando, também, as diferenças e descontinuidades mais explícitas entre eles.

Contudo, mesmo que o trabalho de Ringer possa dar um bom ponto de partida para a pesquisa, seu conceito precisa sofrer algumas adaptações para a realidade local e contemporânea. O autor estudou um ator que agia num contexto e numa sociedade bem diferente do contexto e da sociedade atual. Adaptando o conceito de Mandarim para as especificidades de Manaus, passaremos a considerar mandarins não apenas a comunidade universitária, mas também jornalistas, políticos e, por último, professores universitários em geral. Essa postura em relação ao conceito se dá pelas seguintes razões. Primeiramente considero os conceitos, teorias e

metodologias como um ponto de partida para se analisar a realidade. Nunca um ponto de chegada. Tomar de maneira dogmática o arsenal analítico seria como dar rigidez a algo que nunca foi rígido, a realidade. Mas que isso, seria como deixar de ver a incrível riqueza e complexidade das relações, determinações e contradições existente no mundo social. Por isso, acredito que os conceitos devem passar sempre por um crivo crítico, de adaptação à realidade existente e como ponto de partida para a reflexão sobre o objeto. Em segundo lugar, a intelectualidade amazonense, principalmente a que reflete sobre a zona Franca de Manaus, não está resumida apenas a comunidade acadêmica, mas encontra-se espalhada entre jornalistas especializados em economia, em professores universitários que pesquisam o tema e em políticos habituados em lidar com políticas públicas ligadas ao desenvolvimento regional. Em terceiro lugar, conceitos, teorias e suposições desenvolvidas há décadas, numa sociedade completamente diferente e sobre atores muito diversos dos atuais, não podem se encaixar mecanicamente no contexto amazônico. É necessário haver adaptações. Portanto, adotar acriticamente essas categorias seria fazer o que Guerreiros Ramos (1982) chama de sociologia enlatada.

Tomando a metodologia de Ringer (2001) como ponto de partida, claramente assimilada da metodologia weberiana do Tipo Ideal²⁵, também procurei estabelecer as devidas conexões entre as visões da intelectualidade amazonense, estabelecendo uma tipologia social desses intelectuais e encontrando os pontos em comum a respeito de temas como globalização e ZFM, bem como estabelecer uma diferença, se ela realmente existe, na forma de apropriação e interpretação da temática em estudo, retirando dela(s) as principais características comuns que pudessem possibilitar, através do processo de indução sociológica, estabelecer um grande perfil dessas representações, não apenas enquanto um grande quadro que apresentasse seus caracteres mais gerais, “tentando fazer o mapa de uma paisagem”, mas que me possibilitasse enxergar as disparidades e convergências dessas formulações dos intelectuais do campo universitário, do jornalismo e da política, como fez Ringer ao perceber certas disparidades de interpretação de mundo entre uma ala burocrática que propunha um Estado Legal, uma ala universitária mais ligada à visão de um Estado Cultural e, finalmente, as divergências entre ortodoxos e modernistas na ideologia mandarim.

²⁵Weber estabelece o Tipo Ideal como uma ferramenta metodológica cuja função é propiciar uma aproximação com a realidade, realçando as principais e mais marcantes características do fenômeno estudado. Ver: Max Weber, *Conceitos básicos de Sociologia* (São Paulo, Centauro, 2002).

A compreensão das representações, formas de ver e sentidas questões mais pungentes da sociedade a sua volta requer não apenas as análises dessas ideias em si, mas também colocá-las dentro de uma conjuntura histórica específica e perceber a influência das flutuações sociais, políticas e históricas sobre as formas mais elementares de um grupo de indivíduos e de toda uma sociedade. Entrementes, as influências históricas, econômicas e sociais não são analisadas neste trabalho como um fator determinante às representações sociais dos indivíduos, grupos, e coletividades. Os indivíduos e os grupos sociais não são autômatos diante do mundo moderno e as ideias não surgem no vácuo ou da genialidade de um homem desgarrado da história. Tomei a realidade social e histórica como um ponto de partida para a análise das formas de pensar da intelectualidade local. Um ponto de partida que pode servir para mostrar uma realidade extremamente complexa e fascinante, repleta de contradições, desvios relações de dominação e aspectos que quebram com o senso comum.

Em condições de modernidade, os indivíduos e os grupos agem de maneira racional e entram em relações entre si, mas sempre dentro de uma conjuntura social e histórica determinada, o que lhes possibilita enxergar uma gama de regras e recursos dentro das quais tem um escopo dado de atuação. Assim compreendemos a intelectualidade local.

Epistemologicamente, Max Weber (1986) afirma que o trabalho científico “não tem por base a conexão objetiva entre as coisas, mas as conexões entre os conceitos (WEBER, 1986. pg.83)”. Isso significa que as ciências sociais e, por conseguinte, as ciências humanas, não obedeceriam à mesma dinâmica das ciências naturais, cuja atenção estava direcionada a dados estritamente quantitativos. As ciências do espírito, segundo Weber, se voltariam basicamente para a compreensão de dados qualitativos e cuja definição do problema não obedeceriam a aspectos objetivos, mas estariam influenciados por imperativos subjetivos.

Não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida social cultural, ou — o que pode significar algo mais limitado, mas seguramente não essencialmente diverso, para nosso propósito — dos “fenômenos sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças as quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa. (WEBER, 1986, p.87)

Weber, portanto, vai de encontro à concepção de que a realidade pode ser inferida e esgotada, enquanto estudo, a partir de leis que estabelecessem a sua generalidade e constância no

dever social. A realidade, portanto, é singular, repleta de especificidades e descontinuidades. A imposição de leis gerais não podem dar conta do dever histórico, pois não apreendem a especificidade do objeto de estudo, que se estiliza. Mesmo assim, o estabelecimento de leis gerais não é de todo ruim, mas apenas quando se torna um fim em si mesmo da pesquisa. Esta crítica do autor de *Economia e Sociedade* é direcionado principalmente ao materialismo histórico vulgar que, para Weber, reduzem os problemas históricos apenas a motivações econômicas.

(...) repetidas vezes acreditou-se poder encontrar o critério decisivo também nas ciências da cultura, na repetição regular, ‘conforme leis’, de determinadas conexões causais. Segundo essa concepção, o conteúdo das ‘leis’ que somos capazes de reconhecer na inesgotável diversidade do curso dos fenômenos deverá ser o único fator considerado cientificamente ‘essencial’. Logo tenhamos demonstrado a ‘regularidade’ de uma conexão causal, seja mediante uma ampla indução histórica ou por meio do estabelecimento para a experiência íntima da sua evidência imediatamente intuitiva, admite-se que todos os casos semelhantes – por mui numerosos que sejam – ficam subordinados à fórmula assim encontrada. Tudo o que na realidade individual continue a resistir a seleção feita a partir desta regularidade, ou é considerada como uma remanescente ainda não elaborada cientificamente [...] ou deixado de lado. (WEBER, 2001, p. 125)

Em oposição à esta perspectiva de pensamento, o autor defende que a compreensão da vida cultural deve obedecer a um horizonte onde o que está em jogo são os conceitos de cultura enquanto um conceito de valor, mas os fenômenos imbuídos de significados culturais. Se o que se compreende são os significados das ações culturais, então o próprio conhecimento da vida cultural seria subordinado a pontos de vista notadamente particulares de uma realidade que não possui um fim último. Aqui Weber aproxima-se de Nietzsche, para quem o mundo era um incontável dever e acontecimentos e sucessos.

Cada fenômeno é determinado por incontáveis causas que sucedem outras tantas, ou seja, a reprodução da realidade sob a forma de uma série ilimitada de proposições seria inexecutável. (PINHEIROS, p. 50 2010)

A realidade é um incontável cosmo onde se digladiam forças, fenômenos, sucessos e insucessos e cujo direcionamento final simplesmente não existe, cujo âmago encerra apenas o niilismo²⁶ e o eterno dever. Sendo ela um caos, então nela não existem *objetos* de estudo dados a priori, cabe ao pesquisador cumprir a tarefa de construí-los, cabe a ele o encargo de selecionar os

²⁶ Para saber mais veja: NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre o Niilismo e o Eterno Retorno*, In: Obras Incompletas. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 2005.

aspectos mais relevantes desse todo dinâmico que é a vida cultural, dá-los o tratamento teórico-metodológico correto e conferi-lhes relevância sociológica. Todo conhecimento é construção, todo conhecimento é uma perspectiva, um ponto de vista de um mundo caótico que precisa ser sistematizado — é o cientista quem constrói os objetos.

Weber também expõe o caráter subjetivo deste mesmo conhecimento construtor/sistematizador/compreensivo/valorativo. Um objeto de pesquisa apenas pode surgir quando ocorre a escolha subjetiva do pesquisador diante do grande vórtice infinito e desordenador da realidade.

[...] sem as ideias de valor do investigador, não existiria nenhum princípio de seleção, nem o conhecimento sensato do real singular, da mesma forma como sem a crença do pesquisador na significação de um conceito cultural qualquer, resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo do conhecimento da realidade individual, pois também a orientação de sua conduta pessoal e a difração de valores no espelho de sua alma conferem ao seu trabalho uma direção. (WEBER, 2004, p. 132).

Sendo um processo onde a dimensão valorativa está presente, o conhecimento, para Weber, identificando-se com Nietzsche e Kant, é muito mais um processo que obedece aos imperativos da representação, ou um ponto de vista, que à uma descrição exata dos dados da realidade social, pois “só podemos conhecer o mundo na justa medida dos limites de nosso intelecto e de nossa sensibilidade.” (PINHEIROS, 2010) O conhecimento está impregnado de sentimentos, subjetividades, paixões e vocações. Nele encerra muito mais as *afinidades eletivas* que propriamente a razão.

Se o ato de conhecer é, também, um ato que está repleto de subjetividades, então nele há um conteúdo relacional que não deve ser desprezado. O conhecimento, enquanto ato social é, também, um fruto de variadas causas, conforme diz Morim (1999) ao propor que o conhecimento é bio-antropo-sociológico:

O conhecimento não é insular, mas peninsular, e, para conhecê-lo temos de ligá-lo ao continente do qual faz parte. O ato de conhecimento, ao mesmo tempo biológico, cerebral, espiritual, lógico, linguístico, cultural, social, histórico, faz com que o conhecimento não possa ser dissociado da vida humana e da relação social. Os fenômenos cognitivos dependem de processos infracognitivos e exercem efeitos e influências meta cognitivos. (MORIM, 1999, p.26.)

Esse caráter interdisciplinar do conhecimento, insular mesmo, sob o qual ele é fruto de múltiplos fatores, encontra eco, por sua vez, nas reflexões de Kosik (1979), para quem o ato de conhecer é sempre fruto de múltiplas determinações, sejam sociais, históricas ou econômicas. Ainda segundo o autor, o processo do conhecimento, enquanto processo dinâmico, consiste na decomposição da *coisa*, que para o autor é o próprio objeto da pesquisa social. Kosik estabelece uma diferença, na compreensão dos fenômenos sociais, entre o fenômeno e a essência — está estaria escondida por detrás do fenômeno e só aos poucos se revelaria aos homens, de maneira fragmentária, em sua *práxis* histórica. Para que a possibilidade de conhecimento de fato se concretize é preciso haver a decomposição do fenômeno social em todas as suas estruturas.

O conceito da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significava conhecer-lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. (...) O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa. (KOSIK, 1979, p. 18)

Portanto, o ato de conhecer é um processo de prospecção, onde o pesquisador vai desconstruindo o caráter aparente da *coisa*, decompondo todas as partes constituintes da realidade social e, por conseguinte, vai desvendando suas relações mais obnubiladas para, então, estabelecer as relações da coisa entre si e para si, ou seja, as relações enquanto constituintes da própria coisa e enquanto relacionadas com o contexto mais amplo da realidade em mudança.

O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda à lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência. O que confere a estes fenômenos o caráter de pseudoconcreticidade não é a sua existência por si mesma, mas a independência com que ela se manifesta. (KOSIK, 1979, p. 20)

É importante ressaltar que o pensamento dialético, enquanto um pensamento que destrói a *pseudoconcreticidade*, que é o “mundo dos fenômenos externos, que se desenvolve a superfície dos fenômenos realmente essenciais” (KOSIK, p.15), para ir desvendando os caracteres mais profundos da realidade, não procura demonstrar a falsidade do fenômeno em relação à essência, mas simplesmente mostra sua natureza e propriedade *relacionais*.

A destruição da pseudoconcreticidade – que o pensamento dialético tem de efetuar – não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentado, contra a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado. (KOSIK, 1979, p.20)

A teoria materialista do conhecimento se apoia numa concepção de realidade dentro da qual o fato não é reduzido dentro de si mesmo, mas deve ser explicado a partir da própria realidade “mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu desenvolvimento” (p.35).

O ponto de partida do exame deve ser idêntico ao resultado. Este ponto de partida deve manter a identidade durante todo o curso do raciocínio visto que ele constitui a única garantia de que o pensamento não se perderá em seu caminho. Mas o sentido do exame está no fato de que no seu movimento em espiral ele chega a um resultado que não era conhecido no ponto de partida e que, portanto, dada a identidade formal do ponto de partida e do resultado, o pensamento, ao concluir o seu movimento, chega a algo diverso, pelo seu conteúdo, daquele que tinha partido. Da vital, caótica, representação do todo, o pensamento chega aos conceitos, às abstratas representações espirituais, mediante cuja formação se opera no ponto de partida; desta vez, porém, não como ao vivo mas incompreendido todo da percepção imediata, mas ao conceito do todo ricamente articulado e compreendido. O caminho da caótica representação do todo e a rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações coincide com a compreensão da realidade. O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência. (...) o concreto se torna compreensível a partir da através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. (KOSIK, p. 50. 176)

Este caminhar em espiral, de duplo movimento, significa que é preciso compreender que a realidade é um todo dialético que se forma nas partes e as partes se formam no todo, de que a contradição se forma na estrutura e a estrutura se forma na contradição. A realidade é, em certo sentido, como um amontoado de fatos, como já mencionara Weber. Cabe ao pensamento dialético reordenar estes fatos num todo teórico e racionalmente compreensivo.

O problema não consiste em reconhecer a prioridade da totalidade face às contradições, ou das contradições face à totalidade, precisamente porque tal separação elimina tanto a totalidade quanto as contradições de caráter dialético: a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrárias. A relação dialética das contradições e da totalidade, as contradições na totalidade, e a totalidade nas contradições, a concreticidade da totalidade determinada pelas contradições e a lei própria das contradições na totalidade, constituem um dos limites que marcam a separação entre a concepção materialista da totalidade e a concepção estruturalista. Em segundo lugar, a totalidade como meio conceitual para compreender os fenômenos

sociais permanece abstrata se não se põe em evidência que tal totalidade é totalidade de base e superestrutura, bem como de seu movimento, desenvolvimento e relações recíprocas, embora cabendo a base um papel determinante (KOSIK, p.60. 1976).

O conhecimento só é dialético se ele efetuar a destruição da pseudoconcreticidade, desvendando, por detrás da aparente objetividade do fenômeno, sua objetividade histórica, repleta de contradições e dinâmicas. Se isso não aconteceu, o conhecimento se torna produto da ilusão fetichista e da má totalidade.

A destruição da pseudoconcreticidade, o desvendamento do caráter fenomênico e do caráter essencial da coisa e suas inter-relações entre si, bem como do cuidado de mostrar que as partes formam o todo e o todo se forma nas partes, concebendo que a estrutura é preche de contradições e as contradições são preche da estrutura, não seria possível sem o pesquisador impor-se aquilo que Bourdieu (1999) chama de *vigilância epistemológica*, uma verdadeira disciplina intelectual que o pesquisador precisa cultivar:

Semelhante tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro, ou melhor, como afirma Bachelard, próximo, isto é, retificado. Transporta para o caso das ciências do homem, essa filosofia do trabalho científico como “ação polêmica incessante da Razão” pode propiciar os princípios de uma atividade verdadeiramente científica, definindo no que tem de específico os princípios do racionalismo regional, peculiar a ciência sociológica. (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSREON, 1999, p. 17)

Isso significa que a pesquisa é um processo não-linear, cheio de avanços e recuos, onde o pesquisador social, em virtude da complexidade e da condição mutante e relacional do seu objeto — e da sua própria condição de agente inserido no mundo social — precisa lançar mão de uma constante observação e questionamento não apenas das metodologias usadas, mas também de todo o arsenal teórico — teoria e prática não se separam.

Não é o objeto que deve se coadunar às metodologias, teorias e conceitos, mas, pelo contrário, são elas que devem, devido à sua complexidade, profundidade e caráter relacional, convergirem á este. Dito em outras palavras, o sociólogo não deve considerar seu arsenal teórico e metodológico enquanto um esquema rígido do agir racional sociológico. Longe disso, ele deve ter em mente de que a natureza movediça do mundo social obriga-o a estar sempre relativizando

os esquemas metodológicos, conceituais e teóricos. A liquidez inerente ao processo social, bem como o devir incessante do processo sócio histórico, obriga o sociólogo, em meio ao processo de pesquisa, a não apenas ordenar esse aparente amálgama de fenômenos, mas também a se propor uma construção-racional-teórica-metodológica que dê conta de todos os processos inerentes da realidade social. A pesquisa social, enquanto uma construção intelectual racionalmente convincente, só será possível, portanto, quando houver uma fusão de várias metodologias, teorias e conceitos que, tomados em conjunto, sejam testados até os limites de suas possibilidades de análise e crítica na compreensão desta do mundo social.

As três grandes tradições da sociologia, personificadas nas figuras de Emile Durkheim, Karl Heinrich Marx e Max Weber, também oferecem contribuição para resolver a questão entre indivíduo e sociedade dentro do espectro da sociologia.

Emile Durkheim (1982) direcionou seus esforços de pesquisa sobre os mecanismos que tornavam possível o homem viver em sociedade, bem como as leis coletivamente compartilhadas poderiam exercer sobre cada um dos indivíduos uma pressão incessante sobre suas condutas; era-lhe relevante compreender qual o substrato que tornava a sociedade unida numa época caracterizada, segundo ele, pelo industrialismo, e qual a diferença deste substrato, chamada por ele de solidariedade orgânica, para outras sociedades de caráter tradicional, regidas sob os mecanismos da sociedade mecânica²⁷. Heinrich Marx (1982), por sua vez, não estava necessariamente interessado, como autor francês, em fenômenos como coesão e integração; interessava-lhe, principalmente, pelas condições que levavam ao devir histórico e quais seriam os mecanismos de funcionamento do capitalismo, a partir do qual Marx erigiu uma grande rede conceitual onde compreende o modo de produção capitalista como um artefato histórico e, portanto, transitório, erguido sob determinados pilares sociais e quais grupos sociais participavam da liderança e se beneficiavam dele; inquietava seu intelecto saber, também, como o capital, enquanto realidade sócio histórica, modifica as sociedade pré-capitalistas, bem como sua natureza essencialmente expansionista, predadora e exploratória.²⁸

Para o autor de *Economia e Sociedade*, ao contrário dos outros expoentes da sociologia clássica, sua imaginação sociológica não estava dirigida para as questões mais gerais e objetivas da moderna sociedade capitalista, ou industrial. Weber, que vivia num época em que a Alemanha

²⁷Para saber mais sobre os estudos de Durkheim com relação às diferenças entre sociedades tradicionais e “complexas”, ver a obra Durkheim. Da Divisão do Trabalho Social, (São Paulo, Companhia das Letras, 2007).

²⁸ Ver mais em *A Ideologia Alemã* (2003).

ainda não usufruía de um Estado plenamente unificado e burocraticamente organizado, preocupava-se, sobretudo, com as implicações do fenômeno de burocratização da sociedade (RINGER, 2001). Os pilares societários modernos não eram compostos principalmente pelo industrialismo, como pensava Durkheim, ou pelo capitalismo, segundo Carlos Marx. O alicerce principal da sociedade moderna era a racionalização/ burocratização de todas as esferas a vida social — Weber chamava o capitalismo moderno de capitalismo racional (2007). Aqui, portanto, está o âmago de seu pensamento. Se a sociedade está sendo dominada pela racionalidade em todas as suas dimensões, então, a própria conduta dos indivíduos, enquanto influenciados pela razão socialmente aceita e compartilhada, seria uma dimensão desse processo de racionalização. Preocupava-se essencialmente com a ação dos indivíduos numa sociedade dessa natureza e quais os desdobramentos colaterais dessas ações sobre essa sociedade e sobre outros indivíduos. Sua maneira singular de apreender os fenômenos sociais foi chamada de *individualismo metodológico*. Weber procurava compreender a sociedade a partir do agir o social de seus indivíduos, que ele nomeou de atores, cuja ação nesse palco chamado sociedade, pode ser nomeada como uma ação racional com respeito a fins, racional com respeito a valores ou uma ação tradicional ou mesmo irracional (2002). Weber, embora tenha sido profundamente influenciado por Marx, não se convenciu de que a sociedade poderia ser satisfatoriamente compreendida apenas pela via das influências econômicas. Acreditava que era necessário lançar mão de outras perspectivas metodológicas, como a ação social, e de outras relações causais na compreensão da sociedade capitalista. Segundo ele, não se poderia tomar um esquema interpretativo, seja a partir das determinações econômicas ou das interpretações culturais, como ponto de chegada na compreensão do mundo social, mas apenas como ponto de partida. Influenciado pelo *perspectivismo* de Friedrich Nietzsche²⁹, não se poderia deixar-se levar pela rigidez e unilateralidade de uma ou outra metodologia, era necessário impor uma interdisciplinaridade no trato dos fenômenos sociais. Weber não via o mundo social como puramente objetivo. Essa objetividade só poderia ser compreendida por meio das ações dos indivíduos (2002).

Portanto, em linhas gerais, enquanto que no estrutural funcionalismo, personificado na figuras de Durkheim, há uma centralidade maior nas estruturas sociais que se impõe sobre um indivíduo, que é apenas um reprodutor de regras coletivamente compartilhadas, no materialismo

²⁹ Ver mais em Nietzsche, Friedrich. *Além do Bem e do Mal*. (São Paulo, Companhia das Letras, 1992).

histórico dialético, estas mesmas estruturas estariam sujeitas à flutuações no devir histórico e serviriam a processos de dominações arguidos por uma classe ou grupo social. A centralidade na fenomenologia, por sua vez, passa a ser a identificação de sentido que um determinado ator social, seja ele trabalhador, empresário ou intelectual, empreende a sua ação dentro de um contexto específico.

O processo de prospecção do conhecimento deve ir na raiz do fenômeno, destruindo sua *pseudoconcreticidade*, demonstrando o caráter relacional entre o fenômeno e a essência da coisa, assim como decompor todos os mecanismos do fato social, equacionando seus pressupostos enquanto fruto tanto de caracteres estruturais quanto de ambivalências (KOSIK, 1986). É necessário enxergar a multiplicidade do fenômeno, que significa uma multiplicidade de olhares, significa procurar observar a faceta da realidade tomada para exame a partir das mais variadas perspectivas possíveis sem, contudo, desprezar nenhuma delas (NIETZSCHE, 1992).

Nesse caso, o processo de prospecção e análise de um pedaço do tecido social, para ser o mais abrangente e completo possível, deve obedecer a uma pluralidade de teorias e perspectivas que devem apreender a complexidade do objeto em si e suas relações com o campo social.

O conhecimento da realidade social só é possível se for feito com o *martelo*, deve-se destruir todo o seu caráter a priori, deve ser eivado de uma *radicalidade* capaz de ir na *raiz* de todas as coisas para demonstrar sua face oculta que não se revela aos homens em sua *práxis histórica fetichizada*.

Embora eu tenha elencado uma série de conceitos e categorias, com o fim de abordar a complexidade da realidade social, mais especificamente o pedaço dela que gera as condições e contradições da reprodução social dos mandarins locais, os conceitos, teorias, epistemologias e ontologias são tomadas em seu sentido relativo. Ditos em outras palavras, é o nosso ponto de partida para reflexão. Os instrumentos teóricos e metodológicos utilizados são retirados de seu contexto original e colocados em condições de atender aos contextos contemporâneos, locais e imediatos. São postos num crivo crítico e dialético para que estejam em condições de atender as especificidades da pesquisa.

A seguir vou mostrar os aspectos mais gerais e importantes da pesquisa empírica. Descrevendo os processos, as condições e contradições das representações dos Mandarins amazonenses sobre globalização e Zona Franca de Manaus.

CAPITULO 3: Os Mandarins em Contexto Amazônico: diálogos sobre a globalização e modernidade.

3.1. Breve histórico das representações sociais da elite intelectuais amazonense.

As reflexões a cerca das consequências ou possibilidades da modernização numa região com as peculiaridades da Amazônia, isolada do resto do país, sempre estiveram presentes no estrato dos mandarins e, no decorrer da história, sofreram mudanças e nuances na forma de interpretar e reagir a este processo, segundo os estudos de Oliveira (2001). Há, primordialmente, diferenças sensíveis da maneira como os mandarins de meados do século, em épocas de implantação da Operação Amazônia e da ZFM e de uma geração mais recente, da década de oitenta, notavam as condições e contradições do processo.

A primeira geração de intelectuais, segundo o autor, representados por figuras como Batista (1976), Benchimol (1957) e Bittencourt (1962), por pertencerem a um período histórico em que o Amazonas estava afundado numa crise econômica que já durava algumas décadas, acolheram a medida de economia política arguida pela ditadura civil militar com relativo otimismo. Era uma das maneiras, segundo este grupo de mandarins, de fazer com que a região saísse de sua inércia econômica e social em que foi jogada na primeira metade do século XX para novamente ser uma região importante para o país e para o mundo.

A intelligentsia da segunda geração, por sua vez, era pertencente à década de oitenta, como Araújo (1985), Freitas Pinto (1987), Anciães (1980), vinculados como professores na Universidade Federal do Amazonas e que tinham o referencial marxiano e marxista como ponto de partida reflexão. A Zona Franca de Manaus, e não apenas ela, como também a Operação Amazônia, passa a ser analisada não em termos de uma política de desenvolvimento puramente econômico e de integração regional, mas a partir das contradições deste processo no que tange a desigualdade social gerada e a dependência anômica da região em relação ao capital estrangeiro.

As conclusões a que chegam Oliveira são de que a primeira geração via a experiência industrial e comercial na cidade em termos estritamente de desenvolvimento econômico, enquanto a segunda geração percebia o mesmo fato social na perspectiva da reprodução capitalista na região, de um modo de produção determinado historicamente e detentor de certas características que o fazem imperfeito e gerador de desigualdades e de consequências imprevistas.

A diferença de percepção não se dá apenas em relação a diferenças de teóricas, mas a diferenças de contexto que produziam problemas de pesquisa e reflexão distintos. No meio do século XX, o grande debate social que se trava entre os mandarins amazonenses estava nas possibilidades de recuperar o desenvolvimento econômico que inexistia na região desde a decadência do ciclo da borracha. Nos anos oitenta e noventa, o que estava em jogo não era mais o desenvolvimento da economia, nesta época Manaus já era uma das cidades industriais mais importantes do Brasil e, até a década de oitenta, era um dos lugares preferidos dos turistas para comprar produtos importados. A temática anterior já havia sido superada em favor de novas questões que se faziam mais urgentes: desigualdade social, imigração desenfreada, luta de classes, urbanização sem planejamento, entre outros. Isso não significa que as temáticas referentes ao desenvolvimento tenham sido completamente esquecidas. Mas que as mudanças no contexto histórico impôs novos problemas de análise. A questão do desenvolvimento e da integração regional sempre esteve presente nos autores da segunda geração, mas o que ocorre é uma prioridades de análise. Os mandarins deixam a questão do desenvolvimento e da integração regional em segundo plano e dão mais importância às contingências deste desenvolvimento. Na terceira geração de mandarins, como veremos mais a frente, veremos que ambas as preocupações surgem, o desenvolvimento capitalista e suas consequências, e estão presentes de maneira bastante acentuada nas representações sociais.

È o próprio contexto social que trás implicações, problemas, objetos e possibilidades de formulações teóricas para a intelligentsia, ou mandarins, de uma sociedade. É no jogo de relações, de contradições, mudanças inesperadas na estrutura causada pelo devir social que o estrato responsável pela autoconsciência da comunidade elabora questões, cria soluções, dirige um olhar crítico sobre aspectos ainda não percebidos pelo senso comum. A contradição e a estrutura, a essência e o fenômeno, os indivíduos e a coletividade que, juntos, na fermentação da massa e da metástase social, propiciam um amplo campo de possibilidades de reflexão e crítica para os mandarins locais. O ato de conhecer não depende apenas de condições teóricas e individuais mas, sobretudo, de determinações sociais.

A amostragem empírica recortada para a pesquisa consistiu em onze sujeitos, divididos em três grupos: jornalistas, professores universitários e políticos. O critério para a seleção dos elementos para a pesquisa foi a familiaridade em tratar com os processos econômicos que influenciam a região amazônica. O grupo de professores universitários escolhidos é composto de

dois sociólogos e dois economistas. São eles Marcelo Bastos Seráfico, Renan Freitas Pinto e Maria Izabel de Meideiros Valle (sociólogos e professores do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da Universidade Federal do Amazonas); Noval Benaion Mello e Dimas José Lasmar (professores da Universidade Federal do Amazonas do curso de economia e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional); entre os jornalistas escolhi Carlos Branco (editor de economia do jornal A Critica), Valmir Lima (jornalista especializado em questões sociais, já tendo passado por vários jornais da cidade e atualmente atua na emissora Local TV), Hudson Braga (jornalista especializado em economia do jornal Diário do Amazonas); entre a classe política está Serafim Correa (ex-vereador, ex-secretario de finanças e ex- prefeito de Manaus, formado em contabilidade e reconhecido palestrante sobre Zona Franca de Manaus e questões referentes a economia regional), Jeferson Praia (economista com familiaridade em tratar de questões referentes ao economia regional, já teve programas na TV UFAM e no Amazon Sat especializados em desenvolvimento local, ex-senador e atualmente secretário de governo da atual administração que gere a prefeitura de Manaus.) e Deusamir Pereira (filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira, foi recentemente sub secretario de educação da administração Arthur Virgilio, formado em economia e doutor em marketing empresarial pela FGV).

A metodologia usada na análise das representações sociais dos mandarins locais teve como principal aporte o uso de entrevistas como auxilio do gravador. O questionário usado não levou em conta apenas as representações e da intelligentsia sobre temas como Zona Franca de Manaus e Globalização, mas também procurando apreender a esferas da família destes intelectuais, sua trajetória de vida, como fez para se interessar pela carreira intelectual e pela temática posta em questão. Com isso queremos compreender quais foram as determinações sociais que levaram estes homens a ingressarem no estrato mandarim. Também procuramos saber qual a visão que o ator tem do seu oficio e do lugar onde ele atua, seja a academia, o jornalismo ou o campo político. Por ultimo, procuramos saber quais os principais problemas da sociedade amazonense e como seria possível resolvê-los, com o intuito fazer um panorama mais geral da visão deste estrato sobre assuntos de relevância para a cidade e para o estado.

Essa maneira escolhida para desenvolver a pesquisa se deve ao fato de que, para compreender um fato social, é necessário compreender não apenas como ele funciona em si, sua essência e dinâmica, mas compreender também o contexto que o cerca como já teorizou Karl

Mannheim (2001) quando afirmou que para se efetuar de maneira satisfatória uma sociologia dos intelectuais, se deveria levar em consideração uma ampla série de fatores:

(...) os antecedentes sociais do indivíduo; a fase específica da curva de sua carreira, se ele ascende individualmente ou enquanto membro de um grupo; se ele se encontra bloqueado em seu avanço ou decaído a sua situação inicial; a fase de um movimento social do qual participa (...) seu habitat social; e finalmente o tipo de agrupamentos de qual desenvolve suas atividades (MANNHEIMN, p.128)

Embora não possa ser possível prever as futuras ações destes atores, é possível estabelecer certas tendências de pensamentos e porque elas surgem num dado contexto. (MANNHEIMN, 2001). Também se deve ao fato de que estamos empenhados em compreender formas de representação e opiniões e ideologias, e saber as condições onde elas nasceram e como elas se reproduzem (RINGER, 2001).

Dividimos a análise em grupos. No primeiro momento analisarei os mandarins provenientes da academia, em seguida vou descrever as representações do grupo atuante no jornalismo e por fim, os mandarins cuja ação situa-se no campo político.

3.2 Os Mandarins Atuantes na Universidade: a teoria na interpretação da dinâmica regional.

Uma das características típicas deste estrato é que, em oposição ao grupo dos jornalistas, todos os atores eram provenientes de famílias com boas condições econômicas, uma classe média proveniente tanto do funcionalismo público, da atuação acadêmica ou da política. Como podemos ver na fala dos atores:

Minha mãe é uma das precursoras do Serviço Social em Manaus. Formou-se em Natal e retornou a Manaus atuou em diversas instituições do Estado do Amazonas – presídio, secretaria de produção, leprosário Cardoso Fonte. Exerceu também o magistério e como professora primária lecionou em grupos escolares como o Marechal Hermes, um outro em Educandos (não me recordo o nome), aonde foi diretora e naquele que fica na Joaquim Nabuco próximo ao ICBEU. Minha mãe, trabalhava praticamente os 3 turnos e ainda costurava/bordava, à noite, nossas meias, calcinhas, vestidos, camisolas e por aí vai.

Meu pai era advogado, foi professor de História no Colégio Estadual (Pedro II) e também. no INPA, logo no início do seu funcionamento. Como advogado, prestava serviços sobretudo para os de baixa renda, recebendo, a título de

pagamento, mercadorias como farinha, frutas, animais domésticos que em geral chegavam à nossa residência na época dos festejos do seu aniversário. Era maçom e nessa condição adquiriu o Grau 33 e foi Grão-Mestre da Maçonaria. Exerceu, por 21 anos, o mandato de vereador, pelo PTB e, na época da ditadura, pela ARENA. Era um homem muito respeitado pela sua probidade, conhecimento, caráter. Um grande intelectual de sua época, um político honrado e notável orador capaz de seduzir pelas palavras. Tinha uma vida social intensa fruto da atividade profissional, do prestígio social e intelectual que desfrutava junto à sociedade e aos amigos e também do seu jeito boêmio e amigo de ser. (Isabel Valle, Socióloga)

Em relato semelhante temos de outro ator, Renan Freitas Pinto, cujo avô era professor da Universidade Livre de Manaus e chegou a fazer mestrado nos Estados Unidos, ainda no início do século XX, algo que, devido ao isolamento do Amazonas em relação ao mundo e ao resto do Brasil, era surpreendente:

Meu pai estudou em Manaus na Universidade Livre de Manaus (...) foi engenheiro agrônomo. Meu avô foi professor dessa Universidade no curso de odontologia. Tenho tios que também foram professores (...). Era um pessoal sempre ligado ao ensino e também a pesquisa. (...) Meu avô, por exemplo, foi o primeiro cara que fez mestrado, nos Estados Unidos, Filadélfia. Raimundo Freitas Pinto. (Renan Freitas Pinto, sociólogo)

O mesmo traço de uma classe média é visto em outros três atores:

O meu pai é bacharel em direito, mas militou por muito pouco tempo como advogado (...) Ele foi desde 1967 professor da Universidade Federal do Amazonas no curso de administração. A vida toda. Minha mãe é médica. Trabalhou como pediatra até 1978 e até se aposentar trabalhou como sanitarista. (...) E eu tenho um irmão, mais novo (...) ele é bacharel em direito também, mas trabalha na justiça federal. (...) Uma classe média, uma pequena burguesia. (Marcelo Seráfico, Sociólogo)

Meu pai nasceu em Garanhuns, Pernambuco e minha mãe era amazonense de pais marroquinos. Ele se formou em advocacia em Recife, foi professor catedrático da Faculdade de Direito da UFAM, secretário de estado, presidente do Tribunal de Contas. Ela se formou em educação e foi professora do ensino médio e fundamental. (Noval Mello, Economista)

Meus pais, a instrução deles, que eu saiba era até o primeiro grau. Nascidos no interior. Eu também nasci no interior, num município chamado Jutai. Meu pai era filho de libanês. E o pai dele era uma pessoa considerada instruída. Veio fugindo da guerra. (...) Como ele tinha uma certa instrução, sempre incentivou os filhos a estudarem. (...) Meu pai, por ser filho de comerciante e ter um certo poder aquisitivo para os nossos padrões, disse: não, eu tenho que levar meus filhos para se educarem. (Dimas Lasmar, Economista)

O interesse pelo cultivo do intelecto parece ter sido, na maioria dos casos, resultado do próprio convívio familiar que propiciava condições favoráveis à instrução tanto de caráter formal quando informal.

Meu avô também dava aulas de inglês (...). O clube da madrugada, as primeiras reuniões (...) eram feitas na casa do meu avô.(...) O Luis Barcelar e o Elson Farias lembram perfeitamente dessas reuniões. O meu Interesse por leitura e assuntos intelectuais veio do meu pai.(...) Ele tinha uma biblioteca muito boa, de literatura brasileira, de ciências (...) Foi nesse ambiente, da minha casa mesmo (...) eu me lembro que no meu quarto (...) tinha uma estante muito grande com Machado de Assis, Graciliano Ramos (...) Machado de Assis eu li com quinze dezesseis anos, da mesmo maneira que Graciliano Ramos, José Lins do Rego. Meu pai tinha as obras completas. Meu pai era um grande conhecedor. (...) Ele também adorava fotografia. Fotografava tudo o que ele via. (...) O meu conhecimento de Amazônia veio com essas fotos. (Renan Freitas Pinto, Sociólogo)

O interesse pela vida intelectual e, por conseguinte, por uma carreira acadêmica está vinculada à experiência familiar: pais professores, livros na biblioteca doméstica, jornais de circulação local diariamente em casa, ao amanhecer, círculo de amigos da família prenhe de intelectuais e profissionais liberais, curiosidade com as artes, meu irmão Enéas, sempre interessado nos estudos, na história, o compromisso de minha mãe com a formação dos filhos, a exigência e o compromisso dos meus pais em nos fazer estudar antes de brincar... Na fase adulta, decidi por trabalhar na Universidade pq vi ali um espaço para discussão de idéias e de realização profissional como educadora. Despertei para isso qdo ainda estudante de graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ (Izabel Valle, Socióloga)

Foram as companhias, as amizades, a família. Meu pai teve muita importância nisso. Mas também teve um tio meu. Um médico, intelectual. (...) Era um cara que gostava muito de literatura, historia e tal. E na minha casa a gente sempre conversava muito, debatia bastante. (...) eu gostava muito de historia, gostava muito das disciplinas de humanidades. Quando eu cheguei na universidade, havia um momento muito favorável (...) que foi o momento de transição da ditadura para a democracia (...) que foi em oitenta e nove (...) Havia um debate político muito animado (...) A universidade era um microcosmo do que era a sociedade brasileira e do que era sociedade amazonense na época (Marcelo Seráfico, Sociólogo).

Meus pais sempre me incentivaram a estudar (...) seguir a carreira acadêmica não era a minha pretensão. Era estudar (...) e ter seu negócio próprio. (...) Eu sonhava em ser comerciante como meu pai. (...) Eu entrei na carreira acadêmica por acaso, foi eventual. Meu primeiro emprego foi numa joalheria. Foi quando eu entrei no curso de economia. Por que eu fui fazer economia? Foi Porque na época não tinha mecânica. Perdi uma indicação de bolsa para a Petrobrás e fui fazer economia (Dimas Lasmar, professor e Economista).

Quanto às trajetórias de vida, a gênese do estrato desvinculado típicos dos intelectuais demonstra uma variedade nas trajetórias e nas determinações sociais que levaram os atores a se tornarem mandarins:

Minha trajetória intelectual está ligada ao interesse musical, artístico e cultural. Desde a adolescência gostei de ler livros, os que tinha disponível em casa como, por exemplo, a coleção de Jorge Amado, e os que eram exigidos pela escola. Em geral, pedia para meu pai ler as minhas redações escolares e seus comentários ora me entusiasmavam ora me desafiavam. Ao concluir os estudos secundários, ingressei no curso de ciências sociais da UFRJ, com formação em Sociologia. Fiz mestrado e doutorado tb na UFRJ, na área de Sociologia. Ingressei como docente na UFAM em 1982 e ali desenvolvi atividades sindicais, administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. (Izabel Valle, Socióloga)

Graduei-me em economia pela UFAM. O MSc em engenharia de produção na COPPE me ajudou a pensar a pensar o país de forma crítica e analisar o fenômeno ZFM fora do senso comum, na ótica do impacto do IDE na região. O PhD em economia da educação obtido na UFF veio consolidar esse senso crítico. (Noval Mello, professor e Economista)

Eu qualificaria como errática a minha trajetória (...) Quando eu fiz faculdade eu também trabalhava (...) eu fui fazendo a faculdade sem a preocupação de ser professor (...) Uma coisa que foi muito importante na universidade foi a iniciação científica (...) No meu trabalho também tinha atividade de pesquisa. (...) Uma coisa foi se combinando. Era excepcional eu trabalhar porque era algo que tinha certa proximidade com algo que eu estava fazendo. (...) Terminei o curso em 1994. (...) Em julho de 1994 (...) começou a pintar a idéia de ir para o mestrado porque o Ney e a Marilene tinha ido. O Ney pro mestrado e a Marilene pro doutorado. (...) gostava muito do ambiente acadêmico. (...) Fui fazer a seleção na UNICAMP. Usei o projeto que eu usei na monografia (...). Fui aprovado (...) Não teve plano, as coisas foram acontecendo (...). Em 1998 eu passei num concurso aqui em Manaus. Tomei posse (...) acabei deixando a pesquisa de lado. (...) Em 2001 uma amiga me telefonou e disse (...) que se a gente não defendesse seríamos jubilados (...) como eu andava insatisfeito com o meu trabalho. (...) resolvi terminar o mestrado. (...) em 1998 me casei (...) Defendi dia sete de março de 2002 (...) Voltei com o título de mestre e fui dar aula em universidade privada (...) Na época em que eu mais dava aula eu adoeci. (...) A gente tinha uma certa liberdade de cátedra lá. A sala de aula era respeitada. Realizávamos até eventos públicos (...) discutimos população e meio ambiente em Manaus, discutimos o onze de setembro (...) Tive uma crise de uma estafa ai eu disse pra minha mulher: se continuar assim não vou durar muito (...) a saída seria fazer doutorado. (...) Fiz a seleção e passei (...) (Marcelo Seráfico, Sociólogo).

Em seguida, Seráfico fez o concurso para professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas, onde passou a lecionar e desenvolver seus estudos no campo da sociologia da globalização. O outro ator, veterano nos estudos acadêmicos,

também teve como traço em sua trajetória a mobilidade territorial com para levar a frente à pesquisa pós-graduada.

Foi através da literatura que me interessei de fato. Fui fazer letras na universidade por causa disso. Eu já gostava de ler e não ia me dar trabalho fazer um curso de letras (...) eu já estudava Frances, inglês (...) Minha trajetória foi meio indisciplinada. Eu comecei fazendo o curso de letras. Quando fui ser professor fui dar aula de comunicação. Fui fazer uma especialização em sociologia, já me bandeando para a sociologia (...) Ai fui fazer um mestrado na Federal do Rio Grande do Sul (...) Fui muito bom. Tive contato com figuras como Octavio Ianni (...) Ai fui fazer um doutorado sobre Florestan Fernandes. Tive a oportunidade de conhecer o Florestan (...) Renato Ortiz, que eram pessoas com quem a gente convivia, fui muito marcante essa experiência (...). Esse doutorado foi muito interessante e quando eu voltei fui dar aula de Sociologia (...) Organizamos alguns projetos, desses projetos alguns livros foram publicados como Viagem das Idéias, Vozes da Amazônia, Diário do Samuel Fritz que eu organizei sobre o pensamento social na Amazônia e várias contribuições que eu tive em livros organizados por outros. Agora no meu pós-doutorado está para sair um livro sobre Adorno e também um livro que eu participei, foi até lançado na Alemanha agora, um livro sobre os alemães da Amazônia, em parceria com o meu orientador (...). Nesse intervalo eu participei do clube da madrugada escrevendo no suplemento do clube. Na imprensa também com uma contribuição bastante grande lidando com assuntos vários, mas em geral lidando com a questão de arte e cultura. (Renan Freitas Pinto, Sociólogo).

As representações a cerca da função do intelectual compartilhada por este estrato possui uma relação muito estreita com o seu ofício dentro do mundo acadêmico, baseado na pesquisa empírica e na discussão teórica:

Eu não diria intelectual, mas eu diria qualificação. A qualificação das pessoas é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. É impossível desenvolver uma sociedade sem ter gente qualificada, com uma formação acadêmica. O que explica o sucesso de uma sociedade é uma sociedade educada. (Lasmar Dimas, economista)

Em que pese o recuo da “era do intelectual como a principal face pública de oposição política”, como afirma Hobsbawn no seu livro Tempos Fraturados, a importância do intelectual radica na sua capacidade de formular novas idéias, de produzir um pensamento original, de desenvolver a crítica sobre a sociedade e o ambiente de seu tempo. Nesse sentido, continua a ser uma força importante e poderosa para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e para o estabelecimento de novos valores sociais e morais. (Izabel Valle, Socióloga)

O papel do intelectual tem mudado bastante nas últimas décadas (...). Ele tem um papel fundamental que é o papel de uma auto consciência crítica da sociedade. Quem desperta, que alimenta essa consciência crítica são os intelectuais. As pessoas que pensam os problemas da sociedade (...) Quem se encarrega de preservar, alimentar e reelaborar a memória, são os intelectuais.

Não são os burocratas ou os comerciantes, são os intelectuais. (Renan Freitas, Sociólogo).

Há redução cada vez maior da importância pública do intelectual (...). Esse mundo onde a gente vive criou outras instâncias de interpretação e representação que ganharam mais destaque em relação ao que antes era o papel do intelectual. O intelectual era quem? Era sempre um protagonista dos processos de mudança social (...). Os antigos espaços sociais que antes eram preenchidos pelos intelectuais agora foram ocupados pelas celebridades. (...). Boa parte dos intelectuais (...) se fecharam dentro dos círculos burocráticos de produção acadêmica (...) Ai esse papel, de uma espécie de agitador cultural (...) está sumindo (...). Tem várias coisas por trás disso, a universalização do ensino que transforma cada um de nós num intelectual, então vai sumindo o protagonismo de alguns, mas não necessariamente deveria atenuar o papel público do intelectual. Mas eu não sou muito otimista com o que vem no futuro. As mudanças na estrutura da comunicação, na estrutura da universidade, com o modo como a mídia entra nas nossas casas, isso deslocou o lugar do intelectual na sociedade. Então a gente vai se tornando cada vez mais especialista e despreocupado com questões públicas. Eu acho isso extremamente negativo (Marcelo Seráfico, Sociólogo)

As opiniões que os entrevistados possuem a respeito da Universidade, seu campo de atuação, o lugar onde estão as normas e recursos que normatizam a ação, divergem. Vão desde a percepção de que a Universidade é um lugar de completa autonomia universitária, onde os temas e os estudos a serem postos são livremente escolhidos entre professores e alunos (Izabel Valle, socióloga); a universidade enquanto um intelectual coletivo, como aquela que inaugura a reflexão autocrítica, aquela que tem como missão, com suas pesquisas, ajudar a corrigir as desigualdades regionais (Renan Freitas, Sociólogo). E uma visão pessimista tida por Seráfico, para quem a autonomia universitária seria relativa, com linhas de financiamento que constroem o pesquisador, determinando o que pode ser e o que não pode ser pesquisado.

As representações a cerca da Zona Franca de Manaus passam a ter também diferentes nuances, mas sempre tendo como ponto de partida a hipótese de que o pólo foi resultado da própria dinâmica do capitalismo e de uma conjuntura política determinada:

O estabelecimento da ZFM, em 1967, garantiu a expansão do capitalismo na Amazônia e, em particular, no Amazonas. O governo militar brasileiro garantiu a presença de investimentos estrangeiros em Manaus cujos resultados, transcorridos quase meio século de existência do modelo, estão longe de representar melhorias na qualidade de vida da população do Amazonas e desenvolvimento local e regional. O que assistimos foi um crescimento assustador e desordenado da cidade, elevada concentração de renda, crescimento do número de habitantes sem a contrapartida de moradia, saneamento básico e outros serviços. A ZFM concentrou-se em Manaus e não

foi capaz de realizar um movimento em direção aos municípios vizinhos, o que é lamentável e trágico. (Izabel Valle, Socióloga).

Um modelo que se esgotou sem trazer os benefícios esperados para o estado e a capital em particular. A opinião mais corrente entre os intelectuais por aqui é a de que o modelo PIM tenha ajudado, com a oferta de empregos na capital, a preservar a natureza no interior. Isso requer um estudo mais aprofundado. Ao privilegiar o crescimento urbano de Manaus. Com as devidas exceções, os empregos gerados no PIM são empregos de segunda categoria, em nível de gerência para baixo, com remuneração média de R\$ 1.200,00.

As políticas governamentais tem contribuído além da concentração da renda para com a desorganização do espaço urbano da cidade, que teve forte crescimento da população sem nenhum planejamento urbano, o que tem causado sérios problemas de mobilidade urbana. Some-se a isso o aumento da violência urbana, da falta de espaços públicos para lazer e recreação da população, da falta de escolas públicas e serviços públicos de saúde de qualidade.

Tivesse sido privilegiado o homem do interior no próprio interior, dando as condições para que pudesse se desenvolver um centro de biotecnologia capaz de fazer pesquisa, desenvolvimento e inovação a partir de toda a nossa riqueza da biomassa, e certamente hoje veríamos uma outra economia regional. (Noval Mello, economista)

A Zona Franca de Manaus exerceu um impacto revolucionário (...) quando as coisas mudam radicalmente. A estrutura de emprego que era basicamente extrativista e rural de repente se configura com uma estrutura urbana, industrial e operaria. (...) Um operariado estava sendo inventado com essa industrialização. Isso muda os valores familiares e profissionais. Isso não foi inventado pelos militares, foi uma política imposta ao Brasil, imposta a Amazônia. E continua sendo. Na verdade o que move a Amazônia é o grande capital em suas formas que continuam sendo atualizadas. (...) Os políticos enfatizam que nos não podemos abrir mão da Zona Franca e ninguém sabe por quê. Nós pudemos suspeitar que se criaram muitos empregos, o padrão econômico melhorou muito (...) as industriais que fornecem materiais para essas industriais maiores, a criação de um mercado de trabalho considerável. Além da arrecadação federação estadual e municipal. Apesar de isso não ter resolvido as grandes disparidades sociais existentes em Manaus. (Renan Freitas Pinto, Sociólogo)

A Zona Franca foi um projeto (...) mais do que um modelo é um projeto que quando foi instalado promoveu realmente uma dinâmica com a qual o Amazonas e Manaus não vivia a mais de meio século. Mas foi um projeto com limites bastante evidentes, porque muito dependentes de interesses de fora do Brasil e desconectado da realidade local. Ao mesmo que ela criou essa dinâmica econômica (...) ela esterilizou movimentos em outro sentido (...) e estou falando em termos estritamente capitalistas. E isso gerou um compromisso muito forte, da classe dominante, não só dela, dos trabalhadores até com a manutenção desse mecanismo que tem a ver com os incentivos fiscais. A gente pode falar que a gente vive a maldição da Zona Franca. É uma dependência absoluta, econômica, política e até cultural. A gente não consegue pensar nada. Houve grupos que se

beneficiaram disso. Não há interesse em lutar por outra coisa, a despeito de reconhecer a necessidade. (Marcelo Seráfico, Sociólogo).

As visões da globalização compartilhadas por este estrato estão bem relacionadas com seus estudos sobre Zona Franca de Manaus, são percepções que se complementam. Tanto o processo de globalização quanto a ZFM são resultados de fenômenos cuja origem remonta a lugares que estão muito distantes. A Amazônia, portanto, sofre as flutuações de fatos sociais que não estão, absolutamente, sob controle da região; são forças causadoras de desigualdades e, ao mesmo tempo, criadora de possibilidades de ação para indivíduos e coletividades.

Como afeta qualquer região subdesenvolvida de um país subdesenvolvido. A inserção da Amazônia na globalização se dá pela via do modelo econômico primário-exportador na região como um todo e através do modelo de subdesenvolvimento industrializado do PIM, o setor moderno da economia onde se produz com base no investimento direto estrangeiro, com pouco impacto no emprego de alta qualificação, reduzindo-se a ocupar grande parte de mão-de-obra semi qualificada ou não qualificada. (Noval Mello, Economista)

É interessante notar que a globalização a um só tempo destrói as culturais regionais e nacionais e com elas relaciona-se de forma muito peculiar. Um bom exemplo, no caso amazônico, é a disseminação e o consumo das frutas regionais ao redor do mundo e a sua forma de utilização (penso especificamente, no açaí que alcançando o mundo foi misturado com uma série de outros ingredientes, gerando uma nova forma de saboreá-lo). As populações locais vem sendo mobilizadas, em forma de cooperativas, para produzirem mercadorias destinadas aos mercados externos. Neste processo, incorporam novas técnicas de produzir e estabelecem novas relações sociais que contribuem sobremaneira para a modificação da forma tradicional de funcionamento da sociedade e do ambiente em que vivem. Novas parcelas são incluídas e outras tantas, excluídas (Izabel Valle, Socióloga).

Não podemos ser maniqueístas em relação a isso. A globalização tem aspectos negativos e aspectos interessantes. Por exemplo, na área da informação e da comunicação. Ela facilita muito o acesso a informação. Você imagina esse interior sem internet, seria muito mais complicado. A internet tornou instantânea a informação, que em ultima análise tem a ver com a educação. É um tipo de efeito positivo da globalização. Ela também pressiona as populações a buscarem defender suas identidades. Ao mesmo tempo em que ela universaliza e globaliza. Ela cria um desafio num plano mundial. Ela estimulou um sentimento de identidade. Isso acontece na Amazônia. A identidade indígena (...) Esse movimento tem uma articulação graças a internet. Mas tem um outro aspecto de que a autonomia economia fica bastante reduzida. Interesses locais são em grande medida determinados por decisões que estão bem longe daqui, do local. Este é um dos efeitos negativos da globalização. A perda de autonomia das regiões. Mas estes setores reagem. Quando chega um shoooping de Manaus e chega um Macdonalds, você ver um movimento de

valorização da culinária daqui (...) criam uma espécie de Contra Cultura da Macdonaldização. (...). (Renan Freitas Pinto, Sociólogo).

De todas as formas (...). Qualquer análise que a gente faça sobre a Amazônia precisa levar em conta os processos de globalização. O movimento indígena, economia, meio ambiente. Eu acho uma balela a preocupação hoje com a internacionalização da economia. Isso é uma falsa questão. O problema não é esse. Porque, diante disso, nós renovamos os nossos problemas. Os nossos problemas ficam da vez mais complexos, mais sérios. O problema da desigualdade, de se forjar novas alternativas econômicas hoje. Isso tudo continua posto, era um problema em 1967 quando criaram a Zona Franca. Era um problema quando se criticava os militares pelos grandes projetos na Amazônia. Do ponto de vista da tendência. Mas as mesmas tendências estão sendo mantidas.(...) Eu acho difícil haver dentro da ordem uma reversão. O desafio é esse: como nós podemos compreender a Amazônia no mundo e não a Amazônia em termos gerais, mas as forças sociais presentes na Amazônia que estão em conexão com forças que estão em outros lugares. (Marcelo Seráfico, Sociólogo).

O interesse pela temática ligada à experiência industrial a Amazônia, a Zona Franca de Manaus, e aos processos mais amplos deslocados no tempo e no espaço que influenciam a região despertaram interesse nos mandarins da academia de maneira bastante análoga. As contradições, os processos e as condições ligadas ao fenômeno da ZFM exerceram influência decisiva na sensibilidade científica dos atores.

3.3. Os Mandarins Atuentes no Jornalismo: a reflexão factual como forma de representação.

Ao contrário do grupo de mandarins atuantes na academia, este estrato não está evolvido diretamente com pesquisas ou a reflexão teórica. O jornalismo, enquanto profissão que exija de seu ator que esteja sempre reportando alguma coisa a alguém, lida diretamente com fatos. As regras e recursos do campo que regula a ação destes autores também é singular. A autonomia de ação é menor. As escolhas dos temas e das opiniões precisam passar por um crivo de estâncias superiores. O espaço para reflexão não obedece necessariamente a imperativos teóricos nem a pesquisa disciplinada. As formas de representação e reflexão estão diretamente ligadas aos fatos cotidianos. Isso pode ser provado mais abaixo pelos depoimentos, cujos embasamentos das ideias dos atores estão bastante ligados ao trato factual e conjuntural. Percebi também que, ao contrário da intelligentsia ligada à universidade, os atores do subsistema não são, em suma, originados de famílias abastadas ou, pelo menos de uma classe média de funcionários públicos.

Vieram de famílias humildes, de pequenos agricultores do interior do estado cujos filhos, migrando para a capital, tiveram no jornalismo a forma de ingresso no ensino superior e numa profissionalização de maior renumeração.

Eu venho de uma família muito humilde. Meu pai que eu não o conheci, era padeiro lá em Benjamin Constant (...). Era uma família muito simples(...) Fiz todo o meu ensino básico em escola pública lá em Benjamin Constant mesmo. Fiz um segundo grau no colégio agrícola, em 1981. Eu fui estudar em Manaus para escapar do ensino científico. Depois eu voltei, fiz um concurso público, passei pra trabalhar na fundação SESC(...). Pintou o vestibular no interior do estado, passei pra jornalismo e vim pra cá. Estou em Manaus desde 1991. Minha origem é uma origem muito humilde(...) Na minha família (...) eu fui aquele que primeiro deu um passo para fazer ensino superior. (Carlos Branco, Jornalista)

Minha família é formada por pessoas humildes, de relativa instrução educacional. Minha mãe se dedicou a cuidar dos filhos, meu pai foi taxista, caminhoneiro e nos últimos quinze anos, eles se dedicam a um empreendimento próprio, uma microempresa no ramo da construção civil (Hudson Braga, Jornalista)

Meu pai quando eu nasci era agricultor. Fazia farinha, plantava pescava. Tudo o que um cidadão do interior do Amazonas faz. Ele trabalhava na Zona Rural. (...) Quando eu tinha três anos de idade meu pai resolveu vir para Manaus. Ele queria que nós estudássemos. Nós éramos seis filhos nessa época. Eu era o quinto filho. Chegando em Manaus ele foi trabalhar de pedreiro. Na verdade era uma profissão que ele já exercia. (...) Nós fomos todos criados por ele nessa atividade. Ele colocou a gente para estudar. A família era grande. Tinha muita dificuldade financeira. (...) Ele tinha uma família de dez pessoas para prover. (...) minha mãe era analfabeta, mal sabia escrever o nome. Queria que a gente estudasse e batalhou para isso. Colocou a gente em escola pública. Todos os filhos estudaram em escola pública a vida inteira. Nenhum deles estudou em escola particular. (Valmir Lima, jornalista)

O jornalismo surgiu como uma maneira de ascensão social. Uma opção de ação que a estrutura oferece aos atores subsumidos dentro de um campo limitado de ação.

Eu estava na praia do Conceição do Araguaia e vi uma tribo completamente diferente(...) foi quando eu me interessei por fazer faculdade. Entrar nesse universo mais amplo relacionado ao conhecimento. Perguntei quem são esses caras? Ei, bicho, esses caras aí são universitários. Vem de Goiânia, vem de Brasília e nessa época do ano descem pra curtir a praia. E eu me perguntava: Universidade? O que era isso? (...) Eu tinha uns vinte e poucos anos. (...). Aí eu pensei: quero fazer, quando pintar esse negócio aí eu vou fazer. (...). Entrei para o curso de comunicação social da UFAM. E quando eu estava no último período fui convidado por um amigo para trabalhar no Jornal A Crítica e permaneci. (Carlos Branco, Jornalista)

Eu inicialmente ingressei no curso de Ciências Sociais da UFAM e na faculdade de Construção Civil da antiga UTAM, hoje Instituto de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Após três anos cursando simultaneamente os dois cursos, fiz vestibular para Comunicação Social - habilitação em Jornalismo na Ufam e fui aprovado. A ida para o jornalismo foi pelo prazer em escrever, desde muito pequeno. Sempre digo que se não fosse jornalista, seria arquiteto - teria concluído Construção Civil e feito Arquitetura, mas o curso de Ciências Sociais foi e é muito importante para quem quer ser um bom jornalista, pois o mesmo proporciona ferramentas, teorias que te auxiliam a compreender a sociedade e suas relações. (Hudson Braga, Jornalista)

Com dezessete anos eu comecei a tocar violão e queria ser músico e o primeiro curso que eu ingressei na universidade foi de educação artística. (...) Chegando no curso eu me deparei com um curso extremamente voltado para o ensino. (...) Ai eu fiquei meio desanimado. Depois eu migrei para o curso de jornalismo. (Valmir Lima, jornalista)

Com relação á trajetória destes intelectuais, todos, além de ter demonstrado o jornalismo como opção provável de ascensão social e profissional, começaram sua carreira atuando no campo ainda na graduação e demonstraram ter passado por vários veículos de comunicação e por universidades privadas, exceção feita a Carlos Branco, demonstrando haver na profissão uma intensa mobilidade:

Comecei muito cedo na profissão de jornalista. Iniciei como repórter do jornal A Crítica quando estava no primeiro mês do curso de Comunicação Social, e desde então, isso em 1997, não parei mais. Fiquei dois anos no jornal A Crítica como repórter da editoria de Economia, depois trabalhei dois anos no Jornal do Commercio, também como repórter de Economia, cadernos especiais e assistente na coluna de Opinião do jornal, chamada de Frente & Perfil. Após isso, trabalhei na sucursal da Região Norte do jornal Gazeta Mercantil, um dos mais importantes em sua época em economia na América Latina. Em seguida fui para o jornal Diário do Amazonas, onde trabalhei por cinco anos, sendo um ano repórter e quatro anos como Editor Geral e Editor Executivo. Após o Diário, regressei ao jornal A Crítica, desta vez como editor de Cidades. Sai do jornal e fiquei três anos na assessoria de imprensa da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Em 2008, voltei para o Diário do Amazonas, onde fiquei quatro anos como Editor Executivo e o último ano, de dezembro de 2012 até outubro deste ano, 2013, como diretor de Redação geral dos veículos da Rede Diário de Comunicação - RDC (jornais Diário do Amazonas e Dez Minutos, Portal D24am.com e TV Record News Manaus). Além dessas empresas, também fui por três anos assessor de imprensa da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM) e três anos assessor de imprensa da então deputada federal Vanessa Grazziotin. Estas duas últimas funções foram desenvolvidas em paralelo com a assessoria da Suframa e com cargos no jornal Diário do Amazonas. (Hudson Braga, Jornalista.)

A visão que esse estrato tem dele mesmo, em relação da importância de seu ofício, tem semelhanças com a do estrato acadêmico, enquanto aqueles enxergam seu trabalho como encarregado de preservar a auto consciência da sociedade, propondo soluções para seus problemas e estudando-a a partir de uma perspectiva diferente do senso comum, os jornalistas percebem seu ofício como, também, eivado de espírito publico. A diferença está no fato de que para o intelectual atuante no jornalismo a missão não é a reflexão teórica original, mas:

(...) levar informação ao leitor, ao internauta, aos variados públicos que temos hoje. E mais que isso, o jornalista é o profissional que carrega a missão de levar informações que ninguém, ou determinado grupo social, quer divulgar. É através dessa mediação que o jornalista, os veículos de comunicação levam entretenimento, informação e, o mais importante, variados tipos de conscientização, muitas delas transformadoras e que podem até mesmo mudar regimes políticos e econômicos. É importante estar claro que o tamanho da influência do jornalista na sociedade se dará na mesma proporção da isenção do veículo de comunicação onde esteja atuando. Com a internet, com as redes sociais, esse papel está diluído e todo cidadão pode propalar a sua informação, promover o seu movimento social. É igualmente importante não deixar de lado preceitos jornalísticos que primam pela informação de qualidade, como isenção, precisão, busca pela imparcialidade e garantia de defesa e voz aos lados envolvidos em uma determinada questão. Seguir esses passos é fazer jornalismo responsável. (Hudson Braga, Jornalista)

O que a gente tem presenciado é uma deficiência na formação do intelectual e não só do jornalista não. (...) apesar do acesso a questão do ensino superior a gente banalizou a questão do aprendizado. Professores mal formados. Não tem nenhuma preparação para o magistério. E sem preocupação de buscar. Quando eu comecei eu também não tinha experiência nenhuma (...) mas eu buscava.me aprimorar (...) são raros os jornalistas que terminam o curso e tem condição de fazer um bom trabalho. O trabalho do jornalista é um trabalho que requer uma formação contínua. (...) Tem bons profissionais? Tem. Mas não são todos. É uma minoria. (Valmir Lima, Jornalista)

O modelo da ZFM é interpretado a partir de uma dupla análise: como criador de desenvolvimento e ao mesmo tempo de dependência da região em relação a forças externas. Nossa sociedade não teria, ou não desejaria criar condições, ou pelo menos discutir a possibilidade de criação de projetos alternativos de desenvolvimento que levasse em conta as potencialidades da região:

Eu acho que o modelo é mal aproveitado. (...) Nós não estamos nos preocupando em fazer do modelo um meio para o desenvolvimento regional, mas o modelo é um fim em si mesmo. O modelo gera um progresso desgraçado

e gera mazelas. Resolveria se a gente usasse o modelo como um projeto (...) no sentido de debater um projeto de desenvolvimento para a Amazônia. Um desenvolvimento centrado nas nossas potencialidades econômicas e no que nós podemos aproveitar racionalmente. (...) Não dá para jogar esse modelo fora de uma hora para outra. Mas há que se criticar que passados quarenta e seis anos, desde que ele foi fundado a gente não tem produzido efetivamente desenvolvido um setor com capacidade para gerar uma alternativa ao modelo. (...) Esses incentivos não vão levar a nada. (...) A contexto mudou e é ilusório pensar que nós vamos fazer uma travessia segura com os resultados desse modelo, com a forma como ele hoje opera. (Carlos Branco, Jornalista)

O modelo de desenvolvimento econômico Zona Franca de Manaus surgiu para promover a ocupação e desenvolvimento de uma região estratégica do País e a política de incentivos fiscais é a forma necessária para atrair fábricas para se instalarem em Manaus, cidade situada em uma região com problemas graves de logística e distante dos grandes centros consumidores. A questão é que décadas se passaram e as "lideranças" empresariais e políticas locais não buscaram alternativas para a região, em particular Manaus, a capital-Estado viver sem o modelo ZFM como foi concebido pelo governo militar ou mesmo tê-lo consolidado sem a política de incentivos fiscais. Em outras palavras, o modelo ZFM é uma espécie de mal necessário por incompetência da própria elite local, pois se a política de incentivos fiscais for hoje instinta, e ela tem sido minada ao longo dos anos, o Amazonas cairá em um marasmo econômico como o que se viu após a Ciclo da Borracha. (Hudson Braga, Jornalista)

O que me incomoda no modelo Zona Franca é essa coisa de você estar sempre correndo atrás do governo federal, do congresso para prorrogar. Porque ela antes tinha uma data de validade. Eram vinte anos, depois virou dez, depois virou mais quinze, agora querem mais cinqüenta. (...) Então na verdade, é um modelo que se hoje os incentivos fiscais fossem retirados, não ficaria nenhuma empresa e o Amazonas entraria em colapso. O grande problema é esse. Os políticos usam esse modelo apenas para fazer discurso e para se beneficiar politicamente. Não tem uma ação do poder público nem para perenizar a Zona Franca e nem para gerara alternativas de desenvolvimento. A produção de açaí e a produção de pescado seria uma alternativa, mas ninguém faz nada (...) (Valmir Lima, jornalista).

A globalização, por sua vez, é vista como um processo, ou uma força, que impõe certos desafios, problemáticas, dilemas e contradições à região Amazônia:

A globalização sempre se deu, de modos diferentes, e sempre motivada pelo desejo do homem de expansão, de conquista de novos territórios. No atual sistema econômico não é possível viver isolado do mundo, pois decisões e questões fora de seu País, de uma região afetam todo o mundo, seja em relação à Economia ou a problemáticas ambientais. O que entendo é que as nações, as populações tradicionais, os formadores de opinião, a sociedade civil organizada devem defender os seus interesses, a sua cultura e o seu ambiente. Nesse aspecto, entendo que a questão ambiental é a mais desafiadora, pois a pressão econômica por recursos naturais é cada vez maior, mas com sabedoria, através de manejos sustentáveis é possível explorar a natureza sem extingui-la. E esse,

ao meu ver, é o maior desafio em todo o mundo, não só na Amazônia. (Hudson Braga, Jornalista)

Ela poderia afetar de um modo positivo. Por que se há uma globalização há uma liberdade maior pros negócios. Por que nos atinge de um modo ruim. Nós globalizamos o capital aqui. A Zona Franca globalizou o capital aqui. (...) Então essas empresas que estão aqui são elas que tem o capital, são elas que tem a tecnologia e são elas que nos esterilizam para o aproveitamento das nossas riquezas. (...) Poderíamos tirar proveito disso se houvesse essa preocupação política (...) no sentido de desenvolver e mapear as nossas potencialidades e traçar um plano de dar viabilidade econômicas para elas. (Carlos Branco, jornalista)

A representação deste estrato a respeito de temas como Zona Franca e Globalização estão determinadas por demandas factuais, por flutuações conjunturais ou pelas novas articulações de uma classe política que, a seu ver, apenas se utiliza das potencialidades e limites do modelo para sua própria reprodução social. A questão do desenvolvimento aparece neste grupo de maneira mais realçada.

3.4 Os Mandarins Atuantes na Política: o poder e suas relações.

A intelligentsia acadêmica enxerga a Zona Franca a partir de suas reflexões teóricas que tomam como referência um contexto mais amplo da dinâmica da sociedade moderna. Os atores do jornalismo, por sua vez, se preocupam muito mais na reflexão factual. O estrato da intelectualidade cujo campo de atuação está circunscrito a política, por sua vez, possui formas de reflexão e análise que estão determinadas pela conjuntura do subsistema do campo político. E de serem oriundos de famílias de classe média.

Eu sou filho de pais portugueses, que vieram pra cá em 1925. O meu avô materno veio pra cá em 1915. Ele era garçom e meus pais e avós eram operários da construção civil. Não tinha emprego em Portugal. Eles vieram trazidos pelo comendador J.G Araujo. (Serafim Correa, ex-prefeito de Manaus)

A minha avó Natalia era uma satere mawé e nunca falou uma palavra em português. Logo a minha mãe era uma satere. A minha família é uma família reproduzindo isso (Deusamir Pereira).

A minha família (...) minha mãe trabalhou do tribunal de justiça, depois saiu e passou a cuidar da família. O meu pai ele foi um empresário de porte médio em Manaus. Cidadão que veio do interior do estado e se tornou um empreendedor médio. Ele trabalhava com estivas e vendia para o interior do estado. (...) (Jeferson Praia, ex-senador)

A trajetória:

Eu trabalhava com o meu Pai. Ele tinha uma loja de materiais de construção. Em 1976 eu fiz concurso para receita federal, fui aprovado. Trabalhei em Brasília. De Brasília fui nomeado para trabalhar em Boa Vista, de Boa Vista fui para Manaus. Fiquei 28 anos na Receita. Nesse período eu estudei muito economia, principalmente a área de incentivos fiscais. Em 1986 fui candidato a vice governador, fui eleito vereador em 1988. Em 1989 fui secretário de economia e finanças. Em 1992 fui reeleito vereador. Em 1996 disputei a prefeitura e perdi. Em 2000 disputei a prefeitura e perdi e em 2004 disputei a prefeitura e ganhei. E atualmente atuo politicamente pelo Partido Socialista Brasileiro. (Serafim Correa, ex-prefeito)

Jeferson Praia, por sua vez, formou-se em econômica, participou de alguns programas de televisão locais que abordavam a temática o desenvolvimento regional (Programa Negócios da Amazônia, do canal Amazon Sat), candidatou-se a vereador algumas vezes, tornou-se suplente do senador Jeferson Peres em 2002 e com o seu falecimento em 2008 veio ocupar seu lugar no senador federal até 2010.

O interesse pela carreira pública dos entrevistados tem como ponto em comum o fato de que todos começaram a militância política cedo, ainda nos tempos de estudante. Praia foi percebendo a necessidade do engajamento pela coisa pública quando começou a concorrer por cargos estudantis Universidade Federal do Amazonas, onde fez economia. A exceção é para Serafim Correa que sentiu a vocação para a política já com certa idade, quando trabalhava na Receita Federal. Um exemplo bastante típico é o de Deusamir Pereira, fundador do Partido da Juventude na década de 1990 e sub-secretário de educação da administração Arthur Virgílio em 2013:

Primeiro a carreira política é essa indignação que nós conservamos com o fato de que nós estamos pisando no solo mais rico do planeta terra e convivendo com a pior elite política do país, a elite política que domina esse estado. A consciência que a gente tem do que representa a Amazônia e a forma como isso é conduzido. (...) Uma vontade de servir ao meu povo e ao meu estado. (...) a medida como a gente vai tomando consciência do processo. A forma com a Amazônia foi colonizada. A forma como os nossos ancestrais foram dizimados. A forma como isso aqui foi descaracterizado, a nossa cultura, a nossa gente. Isso permanece até hoje. (...) (Deusamir Pereira, ex-secretário de estado)

A visão sobre Zona Franca de Manaus varia entre o otimismo, na visão de Serafim Correa, ao tomar como indispensável para o estado a capacidade de geração de empregos e receita para a máquina pública, e a visão crítica, de Deusamir Pereira:

A Zona Franca morreu. É uma paciente na UTI. O que nós estamos é discutindo é esse suspiro, se dá mais dez anos, quinze anos. Mas se nós não alterarmos o diagnóstico, se não curar na hora que ele que morrer ele morre. A Zona Franca foi um modelo muito bem sucedido, ela nasceu dentro de um paradigma macro econômico chamado de substituição de importações. (...). Ele estaca ancorado em três galhos. 1) Reserva de mercado. (...) 2) Onde há o exército de miseráveis (...) 3) pacote de favores e benefícios fiscais. (...) Quando o residente Collor assume ele explodiu esse modelo. Acabou com o modelo de substituição de importações. Fez a segunda abertura para as exportações. (...) Explodiu o galho de reserva de mercado. Dentro desse paradigma (...) que não é mais de substituição de importações, mas de competição e competitividade, mão de obra barata e miserável desapareceu porque o que tem valor agora é mão de obra qualificada. (...) Ai você fica preso só naquele galinho que é dos incentivos, com data certa para terminar. (...) Se deveria ter dado um upgrade (...) e modificar esse modelo para aproveitar nossas potencialidades que são tantas (...). A Zona Franca é um paciente em estado terminal na UTI. Nós temos que interferir no diagnóstico deste paciente e concertar, mas ao invés disso ficamos renegociando prazos de permanência dele na UTI. Ele está contra toda uma política macro econômica. Isso custa mais de cinquenta milhões de dólares ao contribuinte brasileiro. (...) Nós estamos contra o país. Nós temos um modelo que importa 19 bilhões e exporta três. Ele é negativo (...). Esse não é um modelo, não é um projeto. É o único modelo de desenvolvimento do Estado. O desaparecimento desse modelo iria fazer desaparecer o Estado do Amazonas (...) (Deusamir Pereira, ex-secretário de estado)

Serafim Corrêa, por sua vez, vê na ZFM uma importante ferramenta para o desenvolvimento regional, que dinamizou a economia do estado e foi gerador de uma considerável receita para o Amazonas e para o Brasil. O modelo apenas precisaria de alguns ajustes como, por exemplo, a desburocratização da Suframa para agilizar o processo de aprovação de projetos (CORRÊA, 2002). Visão esta também compartilha por Jeferson Praia, que vê no modelo não apenas uma forma de desenvolvimento, mas também um instrumento de proteção ambiental (PRAIA, 2010).

Quais são os grandes obstáculos da Zona Franca e que não são postos de forma clara: energia. Não dá pra ter um parque industrial com a energia que temos aqui. (...) Segundo nó: comunicação: a nossa internet é uma das piores do Brasil. Problema três: nós temos dois portos, quanto deveríamos ter cinco ou seis (...). Nós temos um aeroporto que não funciona final de semana. (...). Não temos a ligação por terra que seria uma opção. Nós não temos porque essa estrada custa rios de dinheiro (...) Essa missão tá colocada não só para a classe política, mas para a academia. (Serafim Corrêa, Ex-prefeito)

Para este estrato, a globalização passa a exercer influência sobre a Amazônia a partir do surgimento da causa ambiental.

Hoje há uma cobrança a nível internacional para nós aproveitemos (...) A Zona Franca foi um modelo de 1967 que não fez o que deveria fazer, senão não teríamos o percentual expressivo de áreas preservadas. Como as energias foram para o setor secundário (...) O setor primário ficou atrofiado. (...) Nós dizemos e com razão que esse modelo nos ajuda a preservar e conservar. Mas temos que ter a percepção que a interiorização do desenvolvimento deverá acontecer. Nos últimos anos nos deixamos de aproveitar os recursos naturais diante da nova concepção da sustentabilidade. (...) O nosso estado passou a ser muito cobrado nesse ponto. (...) O nosso estado tem que se desenvolver dentro do contexto da sustentabilidade. (Jeferson Praia, ex-senador).

A globalização afetou muito. Quer dizer, as grandes decisões estão sendo tomadas dentro do contexto global. Ai entra a questão ambiental, que acho que é o nosso grande triunfo nessa relação internacional. Nós estamos muito fora do contexto. Nós precisamos nos inserir, ter clareza de que nos últimos dez anos houve algo avanço nesse sentido, das pessoas percebem do que esta acontecendo em Manaus é uma decisão que foi tomada na china e no Japão e reflete aqui. Essa correlação de forças está sendo desprezada. Nos hoje achamos que somos o centro do mundo e não somos (...) (Serafim Correa, ex-prefeito).

A globalização afeta a Amazônia na medida em que nos temos um mercado global para as nossas potencialidades. (Deusamir Pereira, ex-secretario de estado)

Com relação ao papel do homem público para a sociedade local, tanto Serafim Correa quanto Jeferson Praia comungam da visão de que o político tem como tarefa primordial promover o debate e buscar o bem público. A voz dissonante, mais uma vez, é Deusamir Pereira:

(...) A política no Brasil, quem se dá bem e quem vai pra vida pública é porque não tem competência e nem conhecimento de se realizar na atividade privada. E ai ele vai pra área pública sem formação ou vai pro narcotráfico ou pro crime organizado. Dadas as condições estruturais brasileiras esse é o paraíso deles, nos a sociedade é que estamos acovardados. (Deusamir Pereira, ex-secretário de estado)

As representações a cerca da Zona Franca de Manaus estão condicionadas a chamada Demanda do Presente. Dito em outras palavras, o segmento político se concentra apenas em solucionar determinados problemas que estão em evidência na sociedade. Deste modo, as medidas que resolvem, mesmo que parcialmente, este problema à curto prazo passam a ser defendidas. Um exemplo é a demanda por emprego. O medo de ficar desempregado é um dos maiores entre a classe trabalhadora de Manaus, e do Brasil. Uma das medidas que dão conta desta demanda na cidade é a Zona Franca de Manaus, ou Polo industrial de Manaus. Por isso que

a classe política tanto o defende, muitas vezes até em detrimento de uma política alternativa de desenvolvimento. Portanto, não importa para este grupo, em sua lógica de atuação, se a ZFM impede a formulação de outros vetores de desenvolvimento. O que é realmente importante é a criação de empregos, a geração de receita para o estado e a preservação da floresta em pé. Em resumo: se funciona, então é algo que deva ser defendido.

Capítulo 4: Os *Mandarins* amazonenses, a ZFM e a globalização.

4.1 A crítica e análise da modernização na Amazônia.

O poder central brasileiro, na tentativa de desenvolver a Amazônia, implantou na região um projeto que acarretou um intenso desenvolvimento para a região e a criação de novas formas de exploração e desigualdades. Contudo, o desenvolvimento capitalista também trouxe a possibilidade de uma maior mobilidade social e a criação de uma nova classe média gestada na universidade e que atuaria dentro dos mais variados campos, como a política, o jornalismo e o acadêmico.

Em linhas gerais, a Operação Amazônia foi uma ação do estado brasileiro que tinha como fim o desenvolvimento da região amazônica. Mas esse mega projeto não teve apenas como consequência a reprodução capitalista intensa e extensa na região, com a mudança completa dos seus laços de solidariedade sociais. Sem embargo, as mudanças que ocorreram na cidade de Manaus e no estado do Amazonas não foram só econômicas, mas culturais. Imersa em novas relações, sua vida cultural, bem como sua vida econômica, também deveria se coadunar a elas. Em sociedades de intensa acumulação capitalista, elas produzem não apenas trabalhadores e empresários, dominadores e dominados, consumidores e produtores mas, também, um segmento da intelligentsia, ou mandarins, que possam dar uma autoconsciência social necessária a uma região de acumulação periférica. Foi um resultado inesperado da ação Operação Amazônia que esta intelligentsia passasse a criticar as condições e contradições das relações subalternas da Amazônia em relação ao resto do mundo.

Isso acarretou o desenvolvimento de uma nova classe intelectual que critica as consequências da modernização e, posteriormente, as possibilidades e limites do desenvolvimento econômico e social da região e da cidade de Manaus em um contexto de globalização. Esse novo estrato mandarim, provindo das mais variadas classes sociais, possui como campo de atuação tanto a academia, com reflexão teórica, o jornalismo, com a demanda factual, e a política, com o manuseio das relações de poder.

Conforme mostrei na pesquisa acima, a intelectualidade local possui uma multiplicidade de origens sociais e formas diferentes de representação que, por sua vez, são influenciadas pelo

campo de atuação destes atores sociais e pelas determinações do contexto da sociedade local em condições de globalização. Há, portanto, múltiplos fatores que influenciam este estrato.

Os mandarins atuantes na universidade vieram de famílias com relativo poder aquisitivo. Uma classe média típica. Como foi relatado por Noval Mello, cujo pai já fora secretário de estado. Izabel Valle teve como genitor um influente advogado que chegou a ser prefeito de Manaus. O pai do professor Marcelo Seráfico foi advogado e professor da Universidade Federal do Amazonas e a mãe foi médica sanitária. Renan Freitas, advindo de uma família que remonta a linhagem de professores universitários iniciada com o seu avô.

O interesse pela vida intelectual dos mandarins da universidade acabou surgindo como uma consequência do próprio convívio familiar. Numa atmosfera onde o contato com os livros, e com o debate corrente de ideias, o resultado acaba sendo a preparação do *habitus* do ator, moldando e predispondo sua ação para o ingresso na vida acadêmica. O ambiente familiar e as condições reais de existência oferecidas pelas famílias para estes indivíduos foram importantes na hora de escolher a carreira profissional.

O período de formação de um professor é longo e caro. O indivíduo que opta pela profissão precisará de um amplo tempo para estudar e ter apoio financeiro para seguir com a pesquisa pós-graduada. Ser professor universitário é algo que não depende apenas de esforço individual, mas de amparo estrutural para efetivação da ação e de um *habitus* já moldado por convivências familiares e fácil acesso a livros. Não estou afirmando que a escolha individual ou que os imperativos da ação dos atores são condicionados mecanicamente pela estrutura. Mas que as condições estruturais que regulam a ação são forças que precisam ser levadas em conta. A escolha, o esforço e as características individuais são importantes para a compreensão da ação, mas, para compreendê-las, é necessário levar em conta as conjunturas estruturais. A ação social é sempre uma mistura de pulsões individuais e condicionamentos, estímulos ou limitações estruturais.

A maneira como estes atores enxergam o seu ofício está diretamente ligada à figura do intelectual público, ou seja, o intelectual que direciona as suas pesquisas sempre tendo em conta problemas de ordem social e procurando transformar problemas particulares em problemas coletivos. O verdadeiro intelectual, para este estrato, é aquele que procura sempre alimentar a Àgora³⁰ com questões relevantes para o bem comum.

³⁰ Ver nota 24.

A questão da Zona Franca de Manaus e da Globalização aparecem de maneiras interligadas na visão dos intelectuais. Em linhas gerais, ela surge como um processo típico da historicidade do capitalismo, como um fenômeno revolucionário que destruiu e remodelou todas as relações de uma sociedade estagnada, vitimada pela própria mudança no ritmo do modo de produção capitalista décadas antes.

Para os intelectuais da academia, teria sido revolucionário o impacto promovido pela experiência industrial na Amazônia. Submetida aos impactos do processo de modernização autoritária imposta pelos Estados Unidos e acatada pelos militares, a região se reposicionou no jogo de forças globais e, novamente, dentro de um novo contexto, volta a ser uma região dominada culturalmente, socialmente, politicamente e economicamente por forças exógenas (SERAFICO, 2011). De cidade extrativista exportadora, tornou-se uma cidade decadente e isolada do mundo e do Brasil, depois uma típica cidade industrial e, por último, uma cidade global, centro econômico e financeiro da região norte³¹.

Segundo Marcelo Seráfico, Manaus sofre com a *maldição* da Zona Franca. O modelo proporcionou um grande desenvolvimento capitalista na região, propiciou a emergência de vários atores sociais e a dinamização do setor empresarial, ao mesmo tempo em que acabou por travar qualquer alternativa de desenvolvimento. A ZFM, segundo este ator, mobilizou uma ampla gama de setores sociais, como políticos, empresários e trabalhadores, que passaram a se beneficiar de seus dividendos econômicos e políticos, o que acomodou estes grupos e pulverizou tentativas de criação de outros projetos de desenvolvimento baseados em vetores endógenos (SERAFICO, 2011).

A globalização é como um processo, ou fato social, que reorganizou a região e a inseriu dentro de uma dinâmica mundial. Mas esse processo subordinou a região numa nova forma de dominação. A globalização, segundo Noval Mello, é uma reedição de antigas formas de subalternidade sob o cânone do neo-liberalismo (2006). Entretanto, não se pode ser maniqueísta sobre a globalização, segundo Freitas Pinto, os novos desenvolvimentos tecnológicos em comunicação podem propiciar chances para desenvolver o interior do Amazonas e democratizar a educação.

Já para Maria Izabel de Medeiros Valle, a globalização mobiliza as populações locais e suas culturas para as demandas externas, modificando a forma tradicional como elas se

³¹ Ver capítulo 1.

organizam. Mas o processo de articulação destas populações tradicionais as demandas globais não significa que vá ocorrer uma homogeneização de todas as culturas do mundo. As culturas e as populações reagem, conforme nos diz Freitas Pinto, com o que o autor chama de *contra-cultura da macdonaldização*.

A ZFM e a globalização, para este segmento da intelligentsia local, em linhas gerais é vista como resultado de uma gama de relações e forças mais amplas, cujas origens, influências e conseqüências estão relativamente além do manejo das populações locais (VALLE, 2007) (MELLO, 2006) (SERÀFICO, 2011). Contudo, isso não significa que as populações locais estejam engessadas diante das conseqüências da modernidade. É possível, segundo os mandarins da universidade, as populações tradicionais se organizarem e aproveitarem o leque de possibilidades de ação deixado pela globalização, seja se organizando coletivamente ou aproveitando as novas tecnologias de comunicação para fomentar o desenvolvimento social de suas comunidades.

O interesse pelo estudo da modernização na região amazônica e dos processos de globalização está diretamente ligado à própria biografia dos atores. As transformações radicais que a cidade estava vivendo despertaram seus imaginários, fazendo com que os transformassem em problemas de pesquisa, em questões de ordem coletiva, em temáticas a serem discutidas na arena pública. Sem embargo, o processo de reinserção da Amazônia nos processos internacionais e posteriormente globais, a experiência industrial na floresta com a criação de um novo tipo de operário da indústria, o surgimento de novas oportunidades de investimento para os empresários locais, as formas de gerenciamento do trabalho no interior das fábricas, as determinações econômicas e políticas que subjazem a experiência industrial em Manaus, o aparecimento de bairros pobres, o aumento da violência e a incapacidade do Estado em lidar com novas exigências são alguns dos principais fenômenos que ocorriam na cidade e na região amazônica que despertaram a sensibilidade de pesquisadores desta camada mandarim. Em outras palavras, a compreensão das conseqüências da Operação Amazônia para a sociedade local ou, simplesmente, como entender as conseqüências da modernização para a cidade de Manaus e para a Amazônia foi a tarefa primordial deste estrato dentro do seu campo de ação³².

³² A atuação do indivíduo interessado em dedicar-se a academia pressupõe uma dedicação intensa a ciência. Ver mais em WEBER, Max. *Ciência como Vocaçao* in: *Ciência e política: duas vocações*. Martin Claret, São Paulo, 2005.

Quando iniciei meus estudos sobre a elite intelectual local, acreditei que todos os atores pertencentes a este grupo seriam todos provenientes de famílias de bom padrão econômico, mas qual não foi minha surpresa quando percebi que todos os atores atuantes no subsistema da imprensa local são oriundos de famílias simples, vindas do interior do estado, cujos pais possuíam pouquíssima instrução formal. Lembremos do relato de Carlos Branco que nunca tinha ouvido falar de uma universidade até os vinte e poucos anos ou de Valmir Lima, filho de um agricultor que, com a migração para a Manaus, tornou-se um operário da construção civil. Mas o que fez com que estes filhos do interior escolhessem o jornalismo? Por que não acabaram se tornando trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus, como seria esperado? E por que escolheram o jornalismo? Todos os atores relataram que iniciaram a carreira na imprensa ainda muito cedo, na graduação. Por terem vindo de famílias populares, era forte a necessidade de arranjar logo um emprego. O jornalismo surge como alternativa viável num contexto de mobilidade social, onde certos indivíduos conseguem transpor as barreiras sociais onde seus pais estavam circunscritos. O ingresso na universidade é um sinal deste processo de mobilidade.

A demanda por fatos e pelos últimos acontecimentos conjunturais é o que determina as formas de representação deste estrato. Sua visão é conjuntural. Não há interesse teórico ao tratar da Zona Franca de Manaus ou da globalização. São fenômenos que são tratados enquanto interesse jornalístico, como um fato com repercussão frente ao mercado consumidor do órgão de imprensa. Seu interesse se dirige para as mais recentes flutuações do mercado, para os níveis de importação e exportação da ZFM, para como as contingências dos mercados rivais a afetam. Isso cria o seguinte fenômeno: suas reflexões estão mais voltadas para a demanda do dia-dia, algo semelhante ao visto pelo grupo atuante na política.

A perspectiva da representação que estes atores possuem da ZFM se além aos limites desse modelo e de sua incapacidade de aproveitar as potencialidades regionais, da sua falta de ligação com o interior do estado e como um fruto da incapacidade da classe política de gerar outros projetos alternativos. *Não importa entender o porquê, mas descrever o que é.* A globalização, por sua vez, é vista como um arco de possibilidades que poderia ser mais aproveitado pelas populações locais, mas que, pela falta de competência da classe política, ela se torna, na verdade, fruto de um processo de dependência.

Ela, a globalização, torna todas as regiões do mundo interligadas entre si. Portanto, os vários grupos, coletividades e seus líderes devem procurar defender os interesses de suas

comunidades e nações, sua cultura e seu ambiente. Deste modo, os mandarins jornalistas acreditam que a Amazônia é afetada pela globalização através da causa ambiental, como podemos reportar na fala de Hudson Braga:

Nesse aspecto, entendo que a questão ambiental é a mais desafiadora, pois a pressão econômica por recursos naturais é cada vez maior, mas com sabedoria, através de manejos sustentáveis é possível explorar a natureza sem extingui-la. E esse, ao meu ver, é o maior desafio em todo o mundo, não só na Amazônia.

O interesse pelas consequências da modernidade e da globalização foi despertado pelos atores por dois fatores distintos. Primeiro pelas desigualdades sociais que a cidade de Manaus apresentava e, segundo, pelas funções que estes jornalistas passaram a ter nas redações, ao ficar responsáveis pelas pautas referentes à economia e sociedade. Isso significa que, ao contrário do grupo acadêmico, cuja orientação de pesquisa ocorreu por uma influência maior da escolha individual, devido à relativa autonomia universitária de pesquisa, as determinações que levaram os mandarins atuantes no jornalismo à tratar da temática foi, também, de caráter estrutural, ou seja, resultados dos imperativos da profissão.

Quanto à visão que este grupo possui de sua própria profissão, como ofício intelectual, ela é relativamente semelhante à visão dos mandarins da academia. Os jornalistas, embora enxerguem a profissão como uma técnica, acreditam que seu dever está imbuído de uma tarefa pública, que é a de reportar fatos e notícias que são de interesse da coletividade, da comunidade, do público — mesmo que isso signifique contrariar interesses de certos grupos dominantes.

No início da pesquisa empírica a cerca do estrato político, imaginava que todos os indivíduos deste grupo eram provenientes de familiares abastadas. Contudo, mais uma vez, minhas expectativas foram frustradas quando notei que todos os entrevistados eram provenientes não da tradicional elite comercial e política manauara, mas de uma classe média composta de pequenos comerciantes. A forma de inserção destes atores no mundo da política ocorreu como uma opção possível, e mais plausível, dentro de uma gama de outras possibilidades. Jeferson Praia iniciou sua militância política ainda na universidade; Serafim Correa percebeu que tinha capacidade de liderança quando atuava como no funcionalismo público e Deusamir Pereira começou a militância ainda jovem quando formou o Partido da Juventude.

Todos os atores deste grupo afirmaram que o ingresso na política se deu devido ao senso de comprometimento público, pois perceberam a necessidade de intervir junto à sociedade Amazonense e contribuir para a resolução de seus problemas. A política torna-se a opção mais

plausível para estes atores ingressassem no debate público a cerca dos problemas da cidade. Segundo Deusamir Pereira, era o modo de lutar contra a corrupção existente na cidade, ou segundo Jeferson Praia, era a única possibilidade de fazer com que os seus sonhos coletivos se tornassem realidade. Entrar para a política foi uma ação racional cujo fim era participar das redes de poder na cidade e no Estado. Portanto, a vida pública foi uma opção de ação, dentro do amplo arco de possibilidades oferecidas pela estrutura, que se apresentou mais acessível a estes atores.

No grupo acadêmico os mandarins enxergam a ZFM como um processo fruto de determinações políticas, econômicas e históricas e os jornalistas como um modelo de desenvolvimento que não aproveita as potencialidades regionais. A classe política, nos depoimentos, enxerga o modelo apenas como um mecanismo que deveria ser aperfeiçoado para prover mais empregos e mais renda para a população local. A exceção à regra vai para Deusamir Pereira, para quem a ZFM é um modelo ultrapassado e vulnerável. A crítica comum que este grupo tem ao modelo reside na impossibilidade dele aproveitar as potencialidades regionais, que são os produtos da floresta e seus derivados, crítica semelhante ao grupo jornalístico.

As representações concernentes à globalização versam neste mesmo tom de aproveitamento das vocações da região amazônica, de se inserir no mercado de maneira autônoma e sustentável. Assim como as representações dos acadêmicos e dos jornalistas, os mandarins atuantes na política entendem a globalização como uma chance para a geração de emprego e renda para a população local.

Uma coisa que chamou minha atenção no discurso destes atores foi a preocupação intensa sobre a questão do emprego e renda. A Zona Franca de Manaus, a geração de modelos de desenvolvimento e a globalização é sempre pensada nos termos de geração de postos de trabalhos e aumento da renda familiar. Por que essa peculiaridade? O campo de atuação dos grupos e atores que se destinam a luta pelo poder está determinada por demandas pragmáticas. O caráter da ação direciona-se para os problemas e distorções que, no momento, mais chamam atenção da sociedade. As soluções ou formas de atacar o problema também são determinadas por ações de curto prazo. A questão do emprego e da geração de renda é um exemplo. A falta de comprometimento, ou capacidade de criação de projetos alternativos de desenvolvimento para o Amazonas, que estejam além da Zona Franca de Manaus, se circunscreve a esta peculiaridade da ação do homem público. Se a ZFM está sendo capaz de gerar empregos, criar renda para o trabalhador e gerar receita para o Estado, então é um modelo de desenvolvimento que deve ser

defendido. As características da ação social do homem público estão determinadas por estas peculiaridades de caráter tanto individual quanto estrutural. 1) Atenção aos problemas de maior repercussão. 2) Resolução ou desoneração a curto prazo destes problemas. 3) Necessidade de ganhar capital político o mais rápido e no menor tempo para garantir a vitória nas eleições e sua reprodução social enquanto ator do poder³³.

Todos os atores falaram da importância coletiva da política convencional e da relevância do homem público como o agente que preza pelo bem estar de sua sociedade. A resposta dissonante, mais uma vez, foi de Deusamir Pereira. Este ator acredita que a política foi tomada por indivíduos sem consciência pública e que seria necessário que “os homens de bem” voltassem a tomar conta da política.

Para este estrato, as representações a cerca da globalização e da Zona Franca de Manaus estão determinadas pela capacidade destes de gerar empregos.

4.2 Os três momentos na historia da representação dos mandarins amazonenses: desenvolvimentista, critica e globalizante.

A preocupação em investigar as possibilidades de desenvolvimento de uma região e que ofereça uma nova perspectiva sobre velhas questões ou formular criticas e soluções sobre temas de relevância para a sociedade, como desigualdade e pobreza, são algumas das formas de ação social da intelligentsia moderna. Ela não está mecanicamente comprometida com uma classe social e nem é abastecida por um único estamento, como foi durante o período pré-moderno (MANHHEIM, 2001). Sua função é formular soluções para as questões sociais, econômicas e políticas típicas do mundo moderno. O Mandarim moderno tem como missão alimentar a Ágora com questões relevantes para a sua comunidade. Para ser mais preciso, ele deve ser capaz de transformar questões particulares em questões públicas.

Um dado comum que encontrei no relato de todos os mandarins de todos os grupos foi o diagnóstico dos principais problemas da cidade de Manaus e as maneiras de resolvê-los. Todos apontaram as deficiências em educação, da falta de políticas para interiorização do desenvolvimento ou de inclusão da população ribeirinha e indígena, da falta de ligação da capital amazonense com o resto do país, da falta de planejamento urbano da cidade, da incapacidade de

³³ Todo homem que se dedica á politica almeja o poder. Ver mais em WEBER, Max. Política como Vocação in: Ciência e politica: duas vocações. Martin Claret, São Paulo, 2005.

liderança e da corrupção inerente as nossas elites políticas e econômicas foram os principais problemas apontados por estes atores. A solução também mostrou traços em comum. Todos disseram que a saída para estas distorções passava por uma discussão coletiva destes assuntos e pelos investimentos da máquina pública. O fato de as soluções apresentadas terem um viés de caráter público perpassa também pela própria imagem que estes atores tem de seu ofício, como tomados por um caráter coletivo. Os mandarins amazonenses, segundo os relatos, sempre pensam e refletem tendo em vista por em debate problemas de ordem pública. A intelligentsia regional considera-se intelectuais públicos. As pesquisas acadêmicas, as pautas a serem selecionadas, os projetos a serem discutidos na arena pública são direcionados para o interesse coletivo. Portanto, é previsível que as soluções apresentadas por eles tivessem que passar obrigatoriamente por discussões públicas e pela ação estatal. As soluções individuais são para problemas do indivíduo. As distorções públicas são passíveis de ações coletivas.

Encontramos aqui um duplo aspecto que forma os mandarins locais. São ações individuais que procuram operar mudanças na estrutura. Há uma relação dialética e relacional entre o ato unidade³⁴ dos atores, que procuram criar mutações no tecido social, e a estrutura da sociedade, ou contexto histórico, que pauta e fornece a intelligentsia uma ampla floresta de símbolos, processos, fenômenos, fatos, condições, conteúdos e contradições a serem exploradas. A intenção de agir é individual. Mas as possibilidades para isso são dadas pela sociedade. Indo mais a fundo, o agente torna-se intelectual por decisão individual, mas a forma de conhecimento é dada pelo contexto. O caso dos Mandarins amazonenses é um exemplo claro do dilema clássico da sociologia, e mesmo de todo o pensamento humano, da resolução do enigma das relações entre o indivíduo e a sociedade. Marx tentou resolver esse impasse colocando-o dentro de uma determinação, a história e o modo de produção. Durkheim desprezou o indivíduo e viu a sociedade como um monstro dotado de super poderes e capaz de guiar o indivíduo a ser um agente útil a solidariedade social. Weber viu na ação social um componente determinante nas relações e interpretou com pessimismo o processo de racionalização da vida. Parsons ressuscitou o debate para o que ele chamou de aleatoriedade e não aleatoriedade da ação e afirmou que a

³⁴ “(...) um ato envolve logicamente o seguinte: (1) Implica um agente, ou seja, um ator. (2) Para objetivos de definição, a ato tem um fim, um estado de coisas futuro em cuja direção ao processo da ação é orientado. (3) Deve ser iniciado em uma situação cujas tendências de desenvolvimento diferem em um ou mais aspectos importantes do estado de coisas para o qual a ação é orientada, ou seja, o fim. (...) (4) há inerente a concepção desta unidade uma relação entre estes elementos. Isto é, na escolha de meios alternativos, há uma orientação normativa da ação. Dentro da área de controle do ator, os meios empregados não podem, em geral, serem concebidos como escolhas feitas ao acaso ou como dependentes exclusivamente das condições da ação.” Em PARSONS, Talcott. *A Estrutura da Ação Social: Um estudo de teoria social com especial referencia a um grupo de autores europeus recentes*. Petrópolis, Editora Vozes, 2010.

estrutura, sociedade, muda a partir de estágios evolutivos. Bourdieu viu que os homens, ao nascer, eram condicionados dentro de um campo já construído que lhes conferia um *habitus* próprio, uma maneira de ser, pensar e agir. Giddens, por sua vez, tentou conciliar o dilema entre ação e estrutura pondo a estrutura em movimento, vendo-a como um todo dinâmico. Bauman viu o mundo contemporâneo como um lugar onde as relações se tornavam cada vez mais frágeis, líquidas mesmo, deixando os indivíduos leves, a deriva, sem qualquer possibilidade de criar laços coletivos que lhe dê segurança outrora conferida pelas instituições do que ele chama de modernidade sólida.

A questão dos mandarins é uma atualização deste debate clássico na sociologia ao notarmos como a estrutura cria condições para o surgimento de um grupo social que, por sua vez, tenta com sua ação prover mudanças significativas nesta mesma estrutura, ao mesmo tempo em que a atuação destes atores promove a reprodução do sistema social. Embora as visões compartilhadas pelos autores mencionados acima tiveram grande contribuição para a compreensão do social, acreditamos que a visão de Giddens combinada a de Weber e Mannheim é a mais correta para entendimento da pesquisa. Os intelectuais, ou mandarins, são atores que agem dentro de uma gama determinada de possibilidades dadas pela sociedade em um dado momento histórico.

Em tempos de globalização, o estrato dos mandarins se encontra, portanto, diante de um novo desafio. As demandas criadas pelo mundo contemporâneo fazem com que as contradições, os problemas, as desigualdades, as condições e as possibilidades de uma região, nação, indivíduos e grupos estejam submetidas às forças que em muito extrapolam o território onde as consequências destas forças se materializam. Interpretar os processos, reportar os fenômenos e propor uma solução pública diante destas novas condições são os principais desafios ao segmento dos intelectuais na contemporaneidade.

Os impasses e possibilidades que a globalização impõe aos povos do mundo fazem com que os mandarins das mais variadas sociedades estejam refletindo sobre fenômenos similares e em contradições semelhantes. O desafio agora é global. A intelligentsia do mundo globalizado agora tem como missão refletir sobre a possibilidade de sua sociedade se inserir de maneira autônoma no processo de globalização. Como superar localmente contradições que se produzem em escala mundial e ao mesmo tempo aproveitar suas possibilidades de desenvolvimento? Está é uma das mais importantes questões impostas pelo mundo globalizado.

As possibilidades de inserção da região amazônica no mercado internacional foi, sem dúvida, uma das preocupações da intelligentsia de meados do século XX³⁵, quando acolheu com relativo otimismo a experiência industrial no estado que na época era apenas um *porto de lenha*, uma sombra do que foi nos tempos áureos do extrativismo gomífero. Nas décadas de oitenta, outra geração de intelectuais refletiu sobre outro contexto e a partir de outros referenciais teóricos que davam conta de absolver as contradições das condições de existência da época (OLIVEIRA, 2001). Já no início do século XXI, o contexto social da cidade passa a ser outro. Manaus deixa de ser aquela tradicional cidade industrial encravada no meio da floresta para se tornar uma urbes global, o centro econômico corporativo e financeiro da região norte³⁶. As temáticas, as teorias, as notícias e os projetos de poder passam a estar condicionados não mais ao desenvolvimento regional, a integração da região a dinâmica nacional e internacional, nem as consequências da industrialização imposta pela economia política autoritário modernizante, mas as contingências e possibilidades da globalização e às flutuações causadas pelos altos fluxos de capital.

Em outras palavras, temos três momentos distintos da dinâmica das representações dos mandarins amazonenses. A primeira foi a *representação desenvolvimentista* de meados do século que se encaixava com o contexto histórico em que estavam inseridos a região, a nação e o mundo. Apregoavam que o desenvolvimento da região e, por conseguinte, da integração da Amazônia ao Brasil e ao mundo, só poderia ser possível com a ação energética do estado como indutor do desenvolvimento econômico, expressos nos grandes programas de fomento econômico tanto estadual quanto federal. A segunda foi a *representação crítica* da década de oitenta que problematizava a sociedade local dentro de um paradigma que condizia com a forma de inserção de Manaus na dinâmica internacional e nacional. Quando os grandes projetos arguidos pelo governo federal já estavam devidamente implementados na região e suas consequências inesperadas já se faziam mostrar, essa geração de intelectuais passou a centrar seus esforços de compreender as contingências e contradições da reprodução capitalista na região (OLIVEIRA, 2001). As representações que faziam a apologia do desenvolvimento não mais davam conta de analisar satisfatoriamente os novos processos desigualdade social e reprodução social que passaram a serem pungentes a partir da década de oitenta. Por isso surgiu a matriz de análise crítica, marxiana ou marxista, útil para analisar as formas de reprodução capitalista

³⁵ Consultar item 1 do capítulo 3.

³⁶ Ver o primeiro capítulo.

internacional numa cidade que despontava como uma típica cidade industrial. Por fim temos a mais recente, a representação social influenciada pela globalização ou simplesmente *representação globalizante*, que é objeto deste estudo, que se adéqua ao recente desenvolvimento da cidade de Manaus como cidade global e a partir do novo contexto histórico mundial dominado pela globalização.

No presente momento histórico, os mandarins amazonenses passam a propor seus temas de pesquisa levando em conta as demandas da era global, ou era do globalismo (IANNI, 1996). Na *representação globalizante*, todas as opiniões, críticas, pensamentos, representações, formas de ideologizar e fabular, de formular problemas e intuir soluções aos problemas sociais pelos atores e grupos selecionados para análise, são influenciados pela contradição entre o global e o local. As formas de reflexão dos atores em questão recebem influência das condições e contradições do processo de globalização que impõe condições análogas de desenvolvimento em todos os lugares do mundo. O processo dialético entre as pressões globais e as especificidades regionais criam relações, contradições, desigualdades e abre campos de reflexão sobre a realidade regional em relação com o global que os atores pertencentes ao estrato mandarim se encarregam de por em debate. As formas de conhecimento, crítica e reflexão estão submetidas por questões estruturais/sociais.

Ao mesmo tempo, as especificidades da ação social devem de ser levadas em conta. Os mandarins são indivíduos que, ao exercer seu ofício, entram em relação uns com os outros. O mundo social oferece uma ampla gama de possibilidades que os atores podem aproveitar conforme suas habilidades, limitações e lugar no todo social. Eles aproveitaram o capital simbólico e econômico que tinham a sua disposição e, dentro de suas possibilidades, estabeleceram estratégias e entraram no campo profissional previamente escolhido por eles. O indivíduo faz história e segue seus impulsos e desejos, mas apenas o faz dentro das possibilidades oferecidas pela sociedade.

As formas como pensam um grupo social, como formam suas relações entre si e com o mundo, como se configura o campo de formação de seus indivíduos e como estes se tornam integrantes de um grupo devem levar em conta o movimento dialético entre as pressões individuais e as determinações estruturais. No caso dos mandarins, são um estrato que é abastecido por indivíduos oriundos de famílias tanto com poder aquisitivo, quanto por famílias de agricultores do interior do estado e por migrantes pobres. Sua ação social está sempre

vinculada ao *habitus* previamente estabelecido de seu campo de atuação. Seu lugar de trabalho exerce uma série de pressões sociais, como fatos sociais mesmo, no sentido de adequar a atuação deste indivíduo ao seu local de atividade. As formas de pensar e fabular, por sua vez, são influenciadas tanto pelo seu lugar de atuação, quanto pelo contexto histórico e pelo lugar da sua região e, ou comunidade na dinâmica global e nacional.

A vontade de adquirir conhecimento é individual. Mas as possibilidades de conhecimento e as formas de conhecer são estruturais. A ação social é formada por um duplo aspecto, pela conformação entre desejos individuais e direcionamentos sociais. No limite, ela é adequada, em tempos contemporâneos, por determinações globais. As formas de criação dos grupos sociais, de recrutamento de indivíduos para os estratos mandarins e as formas de reflexão destes segmentos estão direcionadas a demandas propostas pela globalização. São elas a causa ambiental, o desenvolvimento sustentável, a inclusão econômica de grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade e o aproveitamento racional das potencialidades regionais no mercado mundial. São temas, problemas, projetos e demandas que passaram a fazer parte da pauta de reflexões entre os mandarins a partir da década de noventa e de potencializou no século XXI. Embora a preocupação com o desenvolvimento/modernização e com suas consequências seja uma pauta presente na intelectualidade local desde os anos cinquenta, como apontou Oliveira, agora ela se transfigura e toma outra forma, agregando outras agendas e problemas, se tornando e se adaptando a formas de interpretar e criticar o mundo que passam a ser cada vez mais endêmicas a nível global. O desenvolvimento regional, a reprodução e exploração capitalista, a urbanização, o movimento ambiental, a subjetividade operária, a ação política das elites econômicas são temas que, em tempos de globalismo, entram em contato, se fundem e se transformam em algo novo, algo que foi criado, determinado, pautado, instigado e/ou influenciado pela era global. O movimento de globalização do mundo está criando uma nova mentalidade na intelligentsia local, moldando sua subjetividade e estimulando seu senso crítico. O globalismo não é apenas um processo econômico e tecnológico, mas um processo cultural, que molda nossas representações e subjetividades³⁷.

Por fim, estamos assistindo ao processo de mudança do perfil da intelectualidade local, mudança esta que está coordenada com as interferências da globalização na sociedade amazonense.

³⁷ Há autores que já trabalham com a emergência de um senso comum global. Ver mais em ORTIZ, Renato. O Senso Comum Planetário in: Mundialização: saberes e crenças. São Paulo, Brasiliense, 2006.

Considerações Finais.

A compreensão das representações sociais de um grupo de atores requer uma série de cuidados. Primeiro é preciso levar em conta o ambiente de reprodução social destes indivíduos, depois é necessário saber como este grupo social é formado e, por último, descobrir como ocorre às relações entre contexto social, campo de atuação e formas de representação social.

Quando me propus a estudar o processo de reprodução social e as representações da intelectualidade local sobre globalização e Zona Franca de Manaus, formulei a seguinte pergunta: como é possível efetuar as conexões, se é que elas existem, entre formas de pensar e contexto social? Contudo, para a compreensão do objeto de pesquisa, precisei ir além das representações sociais dos temas citados, procurando saber as trajetórias de vida dos atores e sua visão mais geral dos principais problemas da sociedade local. Se me limitasse a explorar os campos do desenvolvimento regional provavelmente não teria aprofundado as nuances do objeto.

Outro ponto a ser dito é que, no início da pesquisa, esperava encontrar uma grande dificuldade de marcar uma entrevista com estes indivíduos. Isso se devia a vários depoimentos de outros pesquisadores que se envolveram com o tema relativo às elites sociais. Haviam dito que, ao contrário dos estratos mais populares, pesquisar pessoas com relativo poder aquisitivo é mais complicado em virtude de serem indivíduos que reagem a sua pesquisa, seja criticando ou rebatendo os propósitos da investigação. Mas, para a minha surpresa, a pesquisa empírica ocorreu com relativa tranquilidade. Todos os entrevistados foram extremamente receptivos e não se furtaram a responder nenhuma pergunta. Talvez isso se deva pelo fato de que, enquanto atores que tem como objetivo fazer valer suas ideias no campo do debate público, ter algum pesquisador interessado em sistematizar e registrar seus mais valiosos preceitos sobre a sociedade regional pode ter significado para eles, ao meu ver, como uma oportunidade de divulgar suas ideias e opiniões.

Também quero destacar que o desenvolvimento capitalista ocorrido a partir dos finais da década de sessenta na região amazônica, além de ter mudado as formas de solidariedade social na região, inserindo-a outra vez na dinâmica global e propiciado a emergência de vários atores sociais, como trabalhadores do chão de fábrica e empresários que tem seus negócios vinculados ao Polo Industrial de Manaus, também fomentou a mudança na forma de representação da

intelligentsia local, entendida aqui como mandarins, a respeito de temas que imaginam serem relevantes para a sociedade local.

A análise das representações sociais destes atores, atuantes nos campos da academia, jornalismo e política, mostrou que há pontos em comum nas formas de pensar e problematizar aspectos essenciais da sociedade local. Os mandarins locais pensam a globalização em termos de um processo conflituoso, causador de desigualdades sociais e de dominação sobre a população local, ao mesmo tempo em que pode ser uma possibilidade para estes os povos se organizarem coletivamente e, usando as possibilidades de atuação deixadas pela globalização, como as ferramentas como a tecnologia de comunicações, lutar por melhorias em suas condições sociais de existência. A globalização é pensada em termos de um duplo aspecto, ao mesmo tempo em que o processo ela abarca as várias regiões e integra-as no capitalismo global, os povos destas regiões integradas reagem ao processo com um movimento de revalorização de sua própria cultura. A questão ambiental também surge no imaginário mandarim como uma forma de pressão, ou cobrança, das potências mundiais para a preservação dos recursos naturais da Amazônia, ao mesmo tempo em que pode ser uma possibilidade de desenvolvimento regional que leve em conta as potencialidades da região.

A Zona Franca de Manaus, por sua vez, é vista ou como algo necessário e importante para o Estado do Amazonas, ou como um modelo ultrapassado em vias de ser sepultado pelo contexto do capitalismo global ou mesmo como um instrumento de economia política que esvaziou o interior do estado, fomentou a exploração capitalista na região e, por seu sucesso de geração de empregos, tornou inviável qualquer outra alternativa de desenvolvimento.

Quanto à trajetória de vida destes atores, chego à conclusão de os mandarins locais não são provenientes de uma classe ou segmento determinado. A elite intelectual local não é abastecida por integrantes da própria elite política e econômica. Sua origem provém tanto de famílias de classe média, quanto por famílias notadamente abastadas, por pequenos comerciantes e famílias pobres migrantes do interior do estado.

Em termos de escolhas e determinações que fizeram estes atores escolherem pela profissão de intelectuais, ela foi uma escolha racional com relação a fins, uma possibilidade mais vantajosa dentro de várias possíveis dentro do arco de atuação oferecido pela sociedade para estes indivíduos que ocupavam um lugar determinado na estrutura social.

O social, o global e o individual criam um todo dialético e bem articulado de relações. Tomando essas reflexões como um movimento que sinaliza uma tendência fundamental no todo social, me oponho veementemente ao pensamento fundamentalista conservador, que ganha força no debate político e social atualmente, que considera as possibilidades de conhecer como simplesmente frutos de desejos individuais e as chances de ascensão social seriam apenas resultado da subjetividade do indivíduo. “Não existe sociedade, apenas indivíduos” Disse nos anos oitenta Margaret Thatcher. Tais formulações, além de reducionistas da realidade, não levam em conta o rico mundo de oposições, relações e síntese que é o mundo social. Se o ato de conhecer fosse mesmo um imperativo puramente individual, então os intelectuais não formulariam seus projetos, problemas e teorias dialogando com as especificidades de sua sociedade e de seu tempo. Os mandarins pensam sempre a partir de referenciais de oposição e de relação de seu tempo e de sua sociedade. Não importa o quão teórico ou abstrato o investigador tente ser, ele vai orientar seus problemas, de maneira mais ou menos evidente, dentro de um arco de problemas típicos de seu tempo.

Outra coisa importante que pretendo afirmar é que, se os processos de globalização do mundo ou globalismo são também um processo cultural que criam novas formas da intelectualidade apreender o mundo, então é possível inferir que, muito provavelmente, muitos grupos sociais estão tendo suas representações e subjetividade tocadas e modificadas pela globalização. Compreender quais são os traços culturais que estão se tornando globais e como eles se fundem ou simplesmente transformam as representações dos mais diferentes grupos pode ser uma promissora agenda de pesquisa.

A prospecção sociológica mostrou que as trajetórias de vida dos indivíduos, em contexto de modernidade, não depende apenas de suas escolhas individuais. Mas também de determinações sociais que ora impulsionam, ora limitam, suas formas de ação. Assim, vemos um duplo caráter da ação social: a dialética contínua entre o indivíduo que é moldado e que, por sua vez, molda a sociedade. O indivíduo não é o vetor absoluto das relações e nem a sociedade é um monstro onipotente capaz de determinar todas as coisas. Os indivíduos e as coletividades reagem, criticam, se organizam e tentam reverter às determinações vindas da estrutura. Também não considero que a sociedade obedeça a uma mudança de estágios, como pressupôs Parsons e Durkheim, os dois mais proeminentes representantes da corrente estrutural funcionalista. A sociedade, ou o todo social, é um todo dinâmico, em continua transformação, onde os indivíduos,

grupos, coletividades e grupos entram em relação, lutam por capital econômico, cultural e político. A sociedade torna-se um eterno devir, um organismo que cria e ao mesmo tempo sofre mudanças e reformulações.

Os mandarins são um estrato que sofre com as flutuações e determinações de sua sociedade, ao mesmo tempo em que tentam modificá-la e direcioná-la.

REFERÊNCIAS

A CRITICA. **Seis capitais concentram um quarto da riqueza brasileira.** IN: http://acritica.uol.com.br/noticias/capitais-concentram-riqueza-brasileira_0_827317272.html. Acessado em: 01/10/2013 às 22:00 a.m.

_____. **Manaus se mantém com o 6º maior PIB do País, segundo IBGE.** IN: http://acritica.uol.com.br/manaus/Manaus-mantem-PIB-Pais-Amazonia-Amazonas-Economia-IBGE_0_827317327.html Acessado em: 01/10/2013 às 22:00 a.m.

_____, **Verticalização de Manaus privilegia apenas algumas Zonas da Cidade.** Manaus, 26/08/2012.

_____, **Mercado Imobiliário Cresce sem Medo de Bolha.** Manaus, 19/11/2011. PORTAL AMAZÔNIA. Paisagem de Manaus em Transformação com a Verticalização. Manaus, 2011.

ARAÚJO, Nice Ypiranga Benevides de. **O milagre dos Manauaras: Zona Franca de Manaus** (Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da Universidade como formadora de mão de obra especializada). 376 páginas. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Em busca da política.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.

_____. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo, EDUSP/Editora 34, 2000.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia** (análise do processo de desenvolvimento) Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1976.

BENCHIMOL, Samuel. “**Desenvolvimento Econômico e Planejamento**”. In: Problemas de Desenvolvimento Econômico com especial referência no caso amazônico. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso & Cia., 1957.

BENTES, Rosalvo. **A Zona Franca e o processo migratório para Manaus.** 170 páginas. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Belém, 1983.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo, Companhia das letras, 2007.

BITTENCOURT, Agnello Uchoa. **Aspectos sociais e políticos do desenvolvimento regional**. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1962.

BORDIEU, Pierre; CHAMBORENON, Jean Claude & PASSERON, Jean Claude. **O Ofício de Sociólogo**; preliminares epistemológicas. (Introdução) Tradução de Guilherme Teixeira. 3 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, p. 7-72.

BORON, Atilio. A questão do imperialismo. IN: **Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. Expressão Popular. Org. Atilio Boron, Javier Amadeo & Sabrina Gonzales. CALCSO Livros, Buenos Aires, 2006.

CAMPOS. Roberto. **Lanterna na Popa**: Memórias. Top Books. São Paulo, 1994.

CACCIAMALI, Marcia Cristina. **Século XX e o trabalho industrial**. São Paulo, 2003.

CHAUÍ, Marilene. A História do Pensamento em Marx. IN: **Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. Expressão Popular. Org. Atilio Boron, Javier Amadeo & Sabrina Gonzales. CALCSO Livros, Buenos Aires, 2006.

COSTA. Heloisa Lara Campos da. **Patriarcado e dominação capitalista**: uma análise da reprodução da subordinação feminina do espaço doméstico ao espaço fabril. 210 páginas, Dissertação (Mestrado), Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

CORRÊA, Serafim. **Zona Franca de Manaus**: história, mitos e realidade. 2002.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social**, (São Paulo, Companhia das Letras, 2007).

FREITAS PINTO, E. R. **Como se produzem as zonas francas**. Trabalho apresentado no seminário “A Amazônia sob a divisão internacional do trabalho”. Belém: NAEA/UFPa, set., 1986.

_____. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

KOSIK, Karel. **O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição**, Reprodução espiritual e racional da realidade e A totalidade concreto [1963]. In: KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.p. 13-.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina**. 4º Ed. São Paulo, Global, 2009.

_____, **Sociedades de Classes e subdesenvolvimento**. 5º. São Paulo. Global, 2008.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Stampa, 1977.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. EDUSP, 2 ed. 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Ciência e técnica enquanto ideologia**, in: Os Pensadores. São Paulo, Ed. Abril, 1980.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 26º Ed. 1995.

IGBE. **Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos Municípios Brasileiros 2012**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2012.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Civilização Brasileira, 2º Ed. São Paulo, 1986.

_____, **A Era do Globalismo**. Civilização Brasileira. 3º Ed. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

LIMA, Valmir. **O sucesso da ZFM e a estagnação do Estado**. In: <http://amazonasatual.com.br/colunistas/valmir-lima/o-sucesso-da-zfm-e-a-estagnacao-do-estado/>. Acessado em 30/01/14 às 10:00 a.m.

MARX, Karl Heinrich. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Martin Claret, 2003.

_____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes; a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O manifesto do partido comunista**. Martin Claret, 2003.

MANHHEIM, Karl. **O Problema da Intelligentsia: um estudo de seu papel no passado e no presente**. IN: Sociologia da Cultura. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2008.

_____, **Ideologia e Utopia: uma introdução a sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro, 1972.

MELLO, Noval B. **Desenvolvimento industrial e desenvolvimento regional: o caso da Zona Franca de Manaus**. Dissertação (Mestrado). 157 páginas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Subordinação reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**. Manaus, EDUA, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo, Cia. Das Letras, 2006.

_____, Friedrich. **Obras Incompletas**. Ed. Nova Cultural, 2005.

OLIVEIRA, Antônio Pereira de. **Zona Franca de Manaus: análise dos discursos intelectuais nas categorias estado e desenvolvimento regional**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2001.

ORTIZ, Renato. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo, Brasiliense, 2006.

PRAIA, Jeferson. **È Hora de prestar contas**. Atuação parlamentar – discursos. Brasília, DF, 2010.

PINHEIRO, Júlio Cesar Ferrão. **Ecoss de Nietzsche na Teoria de Marx Weber**. In: Revista de Filosofia Argumentos. Ano 2, Nº 4, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Seis interpretações sobre o Brasil**. IN: Dados Revista de Ciências Sociais, vol. 25, n 03. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1982, p.269 a 306.

PEREIRA, Deusamir. **Amazônia Insustentável: Zona Franca de Manaus: estudo e análise**. 2ª Edição. Valer, Manaus, 2006.

PARSONS, Talcott. **A Estrutura da ação social: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2010.

RAMOS, Guerreiro. **Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociologia**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982.

RAMALHO, José Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo**. Jorge Zahar Editor, 2004.

RINGER, Fritz. **O declínio dos Mandarins Alemães: a comunidade acadêmica alemã (1890-1933)**. EDUSP, 2000.

SALAZAR, João. **O novo proletariado de Manaus e as transformações sociais possíveis**. Tese de doutorado, USP, Dept. de Sociologia, 1992.

SERÁFICO, Marcelo. **O empresariado local e a Zona Franca de Manaus**: reprodução social e globalização econômica. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRS, 2009.

_____; SERÁFICO, José. **A zona franca de Manaus e o capitalismo no Brasil**. Estudos Avançados, v. 19, p. 99-113, 2005.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1997.

SILVA, R.L. da. & PEDROSA, Ana Paula. **A dinâmica do Mercado Imobiliário em Manaus**. Artigo apresentado no IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, São Carlos, 2013.

SCHERER, Elenize Faria. **Assistência aos desassistidos manauaras**: gênese e história da gestão estatal dos segmentos pobres da cidade de Manaus. Dissertação (mestrado). 227 páginas. PUC, São Paulo, 1989.

SORJ, B. **Sociologia e Trabalho**: mutações, encontros e desencontros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000.

SOUZA, Marcio. **A Expressão Amazonense**. Editora Valer, 3º Edição. Manaus, 2010.

TEIXEIRA, Carlos. **Servidão Humana na Selva**: O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Ed. Valer, Manaus, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia**: Natureza, homem e tempo. Civilização Brasileira, 2º Ed. Rio de Janeiro, 1982.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Martin Claret, 2007.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. Martin Claret, São Paulo, 2005.

_____. M. **Ensaio de sociologia**. GERTH, H. H; MILLS C. W. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo, Centauro, 2002.

_____. **Sociologia**. Organizador: Gabriel Cohn. Editora Àtica. 2003.

VALLE, Izabel. **Globalização e reestruturação produtiva**: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. EDUA, Manaus, 2007.